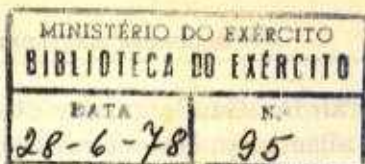


A Defesa Nacional

REVISTA DE ESTUDOS MILITARES E BRASILEIROS



RIO DE JANEIRO • ANO 63 N. 668 • JULHO/AGOSTO 1976



A Política Militar Francesa

Maj Cav QEMA
AGNALDO DEL NERO AUGUSTO

"Senhores, convido-os ao silêncio. O plano de batalha foi traçado, o comandante está designado, a ele compete chefiar a operação." (Luiz XIV)

INTRODUÇÃO

Com a citação de Luiz XIV na batalha de Fontenoy, o Presidente da França pretendeu responder àqueles que não querem apoiá-lo e reagem à reformulação de alguns conceitos da estratégia militar formulada pelo General De Gaulle. (1)

Essa reação se fez sentir desde que o General Guy Méry, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas francesas, trouxe a público que a defesa da França não começaria no Reno, mas sim no Elba.

Enquanto se afirmava que, no caso de ameaça soviética à República Federal da Alemanha, a França colocaria suas forças ao lado dos aliados ocidentais, não havia o que estranhar. Mas quando se adiantava que, neste caso, os exércitos franceses acampariam no Elba e não no Reno e, mais ainda, como chegou a anunciar a imprensa, que as posições a serem ocupadas naquela linha seriam todas na fronteira germano-tcheco-eslovaca, exatamente aquelas que lhe eram reservadas pela estratégia aliada, a reação começa a ganhar certo sentido.

(1) Essas reações provocaram, em julho do corrente, a reforma compulsória do Almirante Antoine Sanguinetti, o primeiro oficial francês a ser transferido para a reserva ex-ofício, nestas três últimas décadas.

É verdade que o General De Gaulle nunca disse que não se colocaria ao lado dos aliados em caso de conflito, nem esperaria que as forças soviéticas alcançassem o Reno para reagir.

O problema político se ampliou devido às declarações do General Méry. Ao não excluir a participação francesa na batalha para frente e propugnar pelo reforço de unidades convencionais, admite o citado general um conflito Leste-Oeste com duas dimensões, a nuclear e a clássica, e assume, coincidentemente, a posição norte-americana, preconizada, não faz muito, pelo antigo Secretário da Defesa dos EUA, James Schlesinger.

Dizia então Schlesinger: "Na era da paridade nuclear, não é possível que nos contentemos com um conceito de defesa da Europa baseado essencialmente no recurso rápido às armas nucleares. Uma defesa não nuclear da Europa é praticável e é igualmente desejável do ponto de vista de dissuasão, que tal defesa seja secundada a qualquer instante pelas forças nucleares do teatro de operações".

Para os *gaullistas*, a atual concepção de segurança francesa representa um salto atrás de 10 anos.

As objeções mais sérias parecem se centrar na rejeição feita na nova concepção francesa quanto à segurança, à tese do *tudo ou nada* nuclear. Isto seria para os *gaullistas* a renúncia à dissuasão.

É importante notar que, neste caso, comunistas e socialistas defendem a dissuasão nuclear. Certamente, esta é a primeira vez que os comunistas defendem o Poder Nuclear de um país do Ocidente. Os socialistas, que lideraram a oposição ao governo, interpelaram o Presidente da França para que declarasse, claramente, se resolveu abandonar a dissuasão nuclear estratégica.

É proveitoso, para o entendimento do problema, que recordemos que as políticas militares da França de De Gaulle

e dos EUA sempre se depararam com impasses. É verdade que impasses essencialmente políticos. De um lado, os EUA pretendendo manter a liderança sobre todo o Ocidente; de outro, a França desejando a liderança dos países da Europa Ocidental. Em consequência dessas posições, sempre divergiram quanto à forma de enfrentar o inimigo comum: enquanto EUA defendiam a necessidade da integração de todas as forças ocidentais, a França entendia ser viável combatê-lo com forças nacionais não-integradas.

O pensamento americano, de cerca de 13 anos atrás, era conhecido como a *doutrina Mac Namara*, que tinha como escopo no campo militar a constituição de uma força multilateral dos países ocidentais. Todavia, essa doutrina carregava em seu bojo as pretensões já destacadas, com base nas quais o teórico militar francês, General Pierre Gallois, classificou a *doutrina Mac Namara*, não como uma proposta para o estabelecimento de uma força multilateral, mas uma proposta para o estabelecimento de despesas multilaterais.

Ao considerarmos esses dados iniciais que afetam a questão em estudo, é interessante que tenhamos em mente também que, no momento, estão sendo negociadas em Viena, pela Alemanha Ocidental, os países do Benelux e os EUA, em nome da OTAN e pela Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Polônia e União Soviética, representando o Pacto de Varsóvia, as RMEF — Reduções Mútuas e Equilibradas de Forças, negociações a que a França se opõe e das quais recusou-se a participar.

Os EUA acharam que as RMEF proporcionariam proteção contra a pressão do Congresso, em Washington, pela retirada unilateral de forças americanas.

A França rejeita essas reduções com base no seguinte argumento: como as RMEF só tratam da redução de forças no coração da Europa, permite que os soviéticos façam o que quiserem fora dela; havendo tal desequilíbrio estrutural, acentuado pelo fato de que, enquanto as forças soviéticas se

afastariam um pouco para leste, os EUA levariam suas forças para o outro lado do Atlântico, não se pode chegar a um equilíbrio militar. É, como diz o Ministro do Exterior francês, "uma situação que não pode ser remediada em negociações".

Essas eram algumas informações que, refletindo aspectos da política interna francesa, bem como, revendo alguns fatos passados atinentes à sua política de segurança, nos pareceu interessante recordar para uma melhor compreensão das importantes decisões que a França vem de tomar.

Essas decisões foram reveladas em duas oportunidades, com enfoques e a níveis diferentes, pelo General Méry e pelo Presidente Giscard D'Estaing, no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França (IHEDN), respectivamente, nos dias 15 Mar e 1.º Jun, do ano em curso.

É com base nesses pronunciamentos que pretendemos desenvolver o tema proposto. Poderíamos apenas tirar deles as conclusões que nos interessam para a análise do problema. Todavia, nos pareceu interessante apresentar, pelo menos, as principais idéias neles contidas, por duas razões: a primeira, porque, contando o leitor com informações mais completas, tem possibilidade de tirar suas próprias conclusões; a segunda, porque essas idéias se nos afiguraram como muito interessantes de serem conhecidas, ainda que sinteticamente. Essas duas razões valem o risco que uma exposição longa sempre traz (2)

A NOVA ESTRATÉGIA FRANCESA

A exposição do General Méry se dividiu em quatro partes, cada uma das quais visando a dar resposta às seguintes questões:

- Forças Armadas para fazer o que e como?
- Forças Armadas com que meios?

(2) O texto completo desses pronunciamentos foi publicado no número de Jun da Défense National e no O Estado de São Paulo, de 13 de Jun.

- Forças Armadas com que finanças?
- Forças Armadas com que moral? (3)

Pelas suas relações mais íntimas com o assunto em exame, trataremos das duas primeiras questões, nos fixando, particularmente, na primeira delas.

"Sanctuarisation élargie"

Na primeira parte de sua palestra, o general analisa a situação mundial e tira três conclusões:

- a primeira, que, neste mundo, não é suficiente um país dispor de uma economia forte, ter instituições estáveis, manter uma doutrina política vigorosa, ter acumulado uma cultura radiante; ele precisa também dispor de forças armadas que o situem no seu lugar no concerto das nações. A existência mesmo dessas forças constitui uma condição indispensável à eficácia das ações, susceptíveis de serem tratadas por outros meios, no quadro de uma estratégia que, doravante, não pode deixar de ser global;
- a segunda, que a busca da *détente* é um imperativo que se deve impor a todos; mas que será extremamente perigoso buscá-la sem dispor de meios para garantir a própria segurança;
- a terceira que esta segurança própria não pode ser verdadeiramente garantida, dentro do estado atual de coisas, fora da posse do armamento nuclear.

Com base nessas consequências, examina alguns conceitos de segurança.

(3) Segundo as palavras iniciais do General Méry, sua exposição respondia a indagações que lhe foram postas, previamente, pelos alunos do IHEDN e do Centro de Altos Estudos do Armamento (CHEAR), presentes à palestra.

Rejeita a concepção que denomina de *santificação total*, baseada na dissuasão nuclear, por julgá-la inviável do ponto de vista geral, político e militar. E apresenta, para essa rejeição, os seguintes principais argumentos:

- não levar em conta a *universalidade* dos problemas e conduzir a França à adoção de uma atitude muito próxima da neutralidade;
- não crer que a vontade nacional francesa seja a destruição em massa, ainda que, para assegurar a própria sobrevivência;
- não ser conciliável com a vontade francesa de promover uma entidade européia.

Não aceita, por outro lado, a doutrina de *todos os azimutes* que visa a intervir, quando necessário, por meios militares, em qualquer parte do mundo. A razão única apresentada para sua rejeição é ultrapassar, em muito, as possibilidades de uma potência média como a França.

Orienta-se, então, para um conceito intermediário que denomina *sanctuarisation élargie*.

Tal concepção deve garantir a integridade do território nacional francês; intervir, com toda ou parte de suas forças, nas áreas onde a segurança de seu território puder ser mais imediatamente ameaçada, ou seja, a Europa e suas proximidades imediatas, compreendendo, particularmente, a bacia mediterrânea.

Fora desse primeiro círculo, a França não pode pretender, mesmo com a liberdade de ação que lhe confere a posição do armamento nuclear, ir além de ações de forças restritas e limitadas no tempo, a ações de presença ou participações para manutenção da liberdade de suas linhas de comunicação ou a ações de apoio, que vão do auxílio técnico militar ao fornecimento de certos armamentos.

Dentro desse conceito, considera necessário poder intervir a todo momento e com o nível de forças conveniente, o que significa que essas forças devem estar permanentemente disponíveis. Recusa, pois, a idéia de um Exército ativo reduzido ou uma duração do serviço militar muito curta, que implique na necessidade de uma mobilização importante, incompatível com a rapidez do surgimento e desenvolvimento das crises.

Após analisar esses aspectos gerais que delineiam a nova concepção da estratégia militar francesa, passa a ver questões a ela concernentes e que vão clarificá-la.

1) *A participação francesa numa batalha na Europa*

Afirma aqui, como preâmbulo, que a estratégia francesa é inteiramente fundada sobre a idéia de independência. Essa independência do domínio militar, quer dizer que somente à França caberá decidir com que meios, onde e com que missão serão empregados. Uma independência de decisão, afirma, "que não conduz, necessariamente, a uma autonomia na ação".

Complementa: "É essa razão pela qual através dessa independência, jamais temos cessado de procurar os entendimentos ou os acordos particulares, como jamais deixamos de fazer parte da Aliança Atlântica. O que temos feito é deixar a organização militar integrada dessa Aliança, que implicava num grande abandono de nossa liberdade de decisão".

Dá, então, uma idéia mais precisa do que seja a *sanctuarisation élargie*, que gerou toda a celeuma a que já nos referimos, mas sem as deturpações apresentadas na imprensa.

"Dentro de tal esquema, nós não nos engajaremos no avanço desde o tempo de paz, até ocupar uma *aménie* dentro do quadro da estratégia aliada de defesa para

frente. Mas não está de modo algum excluído, pelo contrário, que participaremos dessa batalha para frente. Eu penso mesmo, por minha parte, que seria extremamente perigoso para nosso país, se conservar voluntariamente afastado desta primeira batalha, ao curso da qual se jogará, de fato, a nossa própria segurança".

Depois de considerar vários motivos pelos quais não está excluída também a batalha na própria fronteira francesa, inclusive em função de outras possíveis ameaças, razões que justificariam o não empenho da França, desde logo, fora de seu território, considera as dificuldades do emprego das forças na batalha para frente e advoga uma participação da França, de preferência, em segundo escalão, naquela primeira batalha.

2) *O emprego do armamento nuclear tático (ANT)*

Considera o general, que o emprego eventual do ANT francês deve marcar claramente uma mudança na natureza do combate, devendo significar para o adversário a determinação da França de ir até às últimas consequências. Ressalta o caráter político que adquire, nestas circunstâncias, esse emprego, o que o torna uma decisão do mais alto nível governamental. Reforça essa idéia, chamando a atenção para o fato de que essa decisão ultrapassa uma simples situação local, havendo que se considerar, além do inimigo, o interesse aliado.

O ideal seria, comenta, que a ameaça de sua utilização pudesse impedir o combate, mas pode ser que seu emprego seja necessário e a autorização correspondente não seja imediata, o que levará os chefes militares a engajarem, na batalha, o essencial de seus meios convencionais.

Finalmente, após salientar a impossibilidade de estabelecer paralelo entre as armas disponíveis aos países europeus e aos americanos ou aos soviéticos, chama

atenção para a diferença que há na utilização desse recurso, para as duas superpotências e para os países da Europa central: enquanto o *santuário nacional* daquelas está distante, o destes constituirá o próprio teatro de operações.

Essa é uma razão de peso na modificação da estratégia militar francesa.

3) *A perspectiva de uma defesa européia*

As idéias apresentadas pelo General Méry a respeito de uma defesa européia podem ser assim sintetizadas:

- a impossibilidade de uma defesa européia sem uma união política européia, ou seja, sem a existência de um poder político europeu;
- a defesa européia, ao contrário de certas alegações simplistas, não poder ser feita somente em torno das forças nucleares francesas e das forças convencionais alemãs. Diz o general: “eu penso, neste particular, que seja necessário que as forças convencionais francesas se tornem suficientemente numerosas, a fim de se contrabalançar com as poderosas forças convencionais de que se dotou a Alemanha Ocidental, há alguns anos, porque nenhuma verdadeira união pode ser realizada dentro de um desequilíbrio mesmo parcial”. Neste aspecto, o general enuncia um princípio para, sobre ele, a seguir, criticar a forte influência dos EUA na OTAN. Lembrou-se bem, o General, do desequilíbrio das forças convencionais mas deve ter-se esquecido que, ao que se sabe, a Alemanha Ocidental não dispõe de meios nucleares e que um raciocínio idêntico, por parte daquele país, tornaria igualmente inviável essa união;

- finalmente, trata da dificuldade em se conceber uma defesa européia, totalmente independente de uma aliança com os EUA. Deixa, porém, bem entendido que uma Europa unificada permitirá encontrar, dentro de uma nova aliança, um melhor equilíbrio do que dentro da OTAN, onde o peso dos Estados Unidos é sem dúvida preponderante.

Forças Armadas com que meios?

Não desceremos aos detalhes da longa exposição feita pelo General Méry a respeito dos meios com que pretendem os franceses dotar suas forças armadas. Trataremos apenas da orientação geral que norteará essa evolução e que se funda em três idéias básicas:

- O esforço nuclear feito pela França, sem dúvida necessário, conduziu a um desequilíbrio de suas forças, detrimento das forças convencionais. Face a uma série de razões que alinha, mostra o equívoco em se manter essa tendência e conclui pela necessidade de se buscar um equilíbrio mais harmonioso entre as forças nucleares e convencionais;
- Além do desequilíbrio das forças, salientado no item anterior, as forças convencionais estão organizadas, equipadas e, particularmente, estacionadas, em função exclusiva da hipótese de um conflito maior contra o Estado. "Esta hipótese, embora a mais perigosa, não é a mais provável" diz o general. Chama então a atenção para o fato da manutenção pelo bloco soviético, de um potencial militar, extremamente importante, ao longo de toda a *cortina de ferro*, o qual se constitui, ao menos inicialmente, numa forma de fixação, que lhe permitirá os movimentos bem mais longos pelos flancos, de que os eventos de Angola, são indícios inquietantes. Neste ponto, fica clara a preo-

cupação dos militares franceses em não manter todas suas forças face ao Leste, mesmo que a ameaça a seu território só pudesse partir dos soviéticos, pois isso deixaria desguarnecidas suas demais fronteiras, particularmente as marítimas, o que não impediria a ação dos próprios soviéticos nas mesmas. Esta, talvez seja uma das fortes razões, porque não desejam se empenhar, desde logo, na batalha para frente e a preferência em atuar naquela em segundo escalão. (4)

- O terceiro ponto decorre, ainda, da crítica à organização das forças francesas, na qual teria imperado a ambição em querer, de maneira muito cartesiana, organizar tipos de forças adaptadas a cada tipo de missão. Isto se verifica, particularmente, no Exército, onde se encontra uma divisão um tanto artificial entre forças de manobra, forças de intervenção e forças de defesa territorial. Em sua crítica, diz o General: "como o esforço não pode ser geral, encontramos uma força de manobra corretamente equipada e bem treinada, uma força de intervenção exterior bem treinada, mas insuficiente quanto a seu equipamento e valor, e uma força de defesa territorial, cuja missão nunca foi claramente especificada, sacrificada em seu equipamento". Com base nestas observações esboça o que pensa deva vir a ser o aparelho militar francês, dando as diretrizes que orientarão o desenvolvimento das forças nucleares e convencionais para as três forças singulares. (5). Em síntese, podemos dizer que a reorganização das Forças Armadas fran-

(4) É conhecida a vulnerabilidade do flanco meridional da OTAN, onde a própria geografia da região torna sua defesa difícil, além de aí existirem culturas antigas e totalmente díspares, fisicamente separadas por montanhas, territórios neutros ou mares. Também é notória a dependência desse flanco das linhas marítimas para questões vitais de defesa, bem como, a rápida diminuição da antiga vantagem numérica da OTAN no Mediterrâneo, e Oriente Médio, após haver alcançado suas aspirações na Europa Central.

(5) Na Seção Informações desta revista, podem ser encontrados dados atinentes à programação militar francesa de 1977 a 1982.

cesas se orientará por uma ênfase maior no desenvolvimento das forças convencionais e, para o exército, que nos interessa mais de perto, além de uma modificação na ordem de batalha, pela polivalência das U e GU.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA

O discurso do Presidente Giscard D'Estaing repete, em muitos pontos, aspectos enfocados pelo General Méry. Mantivemos, no seu trato, critério semelhante ao adotado no caso anterior, todavia com uma diferença: enquanto no primeiro caso, vimos com mais detalhes certas partes do pronunciamento, neste demos um tratamento mais global, uma vez que mantendo sua estrutura, objetivamos apresentar um esboço do próprio processo decisório francês, que dela transparece. Alertamos, porém, que os subtítulos apresentados na exposição que se segue, não se encontram necessariamente como no original.

A conjuntura e o objetivo nacional francês

O problema que se apresentava dizia respeito à redefinição da estratégia francesa face a uma nova realidade ou, pelo menos, face a uma nova visão da realidade. Implicava, sobretudo, em vencer resistências internas, para se adaptar a uma política que já vinha se desdobrando. Exigiu, por isso, uma decisão do mais alto nível e, até mesmo, o reexame dos próprios objetivos franceses.

Inicia o Presidente o seu discurso, por uma análise da conjuntura mundial, onde considera uma França que se mantém historicamente como uma Potência Autônoma e como uma Potência Militar.

Depois de dar toda ênfase, através de longa exposição, a estes dois pontos históricos, considera a posição da França

no mundo. Nesse, vê duas superpotências: os EUA e a URSS e, como um caso à parte, a China, Estado potencialmente capaz de alcançar o *status* de superpotência, num bem grande número de anos. Situa a seguir um grupo de países com ordem de grandeza comparável, mas sem possibilidade de aspirar a condição de superpotência. São eles: o Japão, a Alemanha Ocidental, a Inglaterra e a própria França.

Após tecer comparações entre a extensão territorial e a população da França e das superpotências, e considerar o nível de desenvolvimento econômico da Alemanha Ocidental, superior ao francês, expõe o objetivo da França: "Nossa ambição, quer em matéria econômica, quer em matéria de segurança, deve ser a de colocar a França à frente desse grupo".

Na continuidade da análise da realidade mundial, o Presidente da França aprecia sob o aspecto da segurança. Vê, de um lado, um mundo superarmado sob a ótica do conflito Leste-Oeste, no qual os EUA e a URSS chegaram a um nível bélico sem precedentes e a um nível que não cessará de subir. Vê de outro lado, um mundo muito instável regionalmente, seja por razões ideológicas, seja por problemas de desenvolvimento, onde têm-se localizado as últimas perturbações que agitam o mundo. Reconhece que, no eixo Norte-Sul, as tensões não são da mesma índole e que nem o equilíbrio que se busca aí é procurado através de dispositivos militares, razão por que considera fadado ao insucesso qualquer esforço para solucionar as tensões aí existentes, dentro de uma mesma ótica Leste-Oeste. Enquanto adianta que as tensões Leste-Oeste levam a encarar a hipótese de um conflito de tipo *relativamente clássico*, pois, se o armamento não for convencional, o conflito será de qualquer modo militar, deixa subentendido o tipo dos conflitos no eixo Norte-Sul.

É com essa visão da conjuntura que irá enunciar as necessidades básicas para alcançar os objetivos colimados, agora apenas no campo militar.

As necessidades básicas e a capacidade de satisfazê-las

1) *Necessidade de reflexão*

É entendida como a necessidade de meditar para determinar o que fazer face a recursos escassos. Com vistas a essa necessidade o Ministério da Defesa e os EM trabalharam por mais de 18 meses e elaboraram o texto de uma lei de programação militar. Esta lei, levada ao Parlamento, define a programação militar francesa para os próximos seis anos.

2) *Necessidade de meios*

A decisão foi aumentá-los. Se isso não era possível há 10 anos atrás, com o corpo social e político de então, hoje a reação a essa decisão é positiva. O Parlamento francês aprovou a lei referida no item anterior, com expressiva maioria, uma das mais elevadas jamais registradas.

3) *Necessidade de um esforço metódico de organização*

Esta necessidade, que o Presidente reputou mais importante do que as anteriores, compreende uma doutrina a ser trabalhada nas escolas militares, em todos os escalões e em todas as oportunidades, a fim de preparar um instrumental de segurança de grande eficiência. Repousa também, na escolha de chefes capazes e em cinco idéias gerais, em cujo exame nos deteremos um pouco mais no próximo item, que apresentam feição de verdadeira diretriz.

Diretriz

1) *Buscar, sempre, a posse das armas mais avançadas*

Primeiro, porque se constitui numa necessidade ponderante da segurança.

Segundo, porque, dada a sua natureza, sua posse cria uma distância, sem precedentes no passado, entre as esperanças de ganho do agressor e o risco de perdas que a agressão lhe fará sofrer. Esta distância é a razão da dissuasão.

Neste aspecto, o esforço da França deve ser no sentido de manter-se a 3ª potência nuclear do mundo, devendo preservar seu esforço tecnológico, científico, e industrial, para possuir a arma nuclear e ser capaz de utilizá-la, de forma a manter o domínio dessa arma, à altura do que ela está destinada a ser anos vindouros.

2) *Inexistência de impasses*

O impasse a que se refere o Presidente Francês deve ser entendido por uma estratégia que, não podendo abarcar o feixe de hipóteses desejável, se contenta em cobrir a hipótese julgada mais importante, assentando a segurança sobre dispositivo que deixa hipóteses a descoberto.

"Não havendo um único tipo de conflito, a defesa não pode ser concebida em função dessa única hipótese", diz o Presidente.

Na continuidade de sua argumentação, refere-se aos numerosos conflitos surgidos desde a última guerra, que colocaram quase sempre em jogo, direta ou indiretamente, uma potência nuclear e foram resolvidos sem o uso do dispositivo nuclear e, até mesmo, sem a eventualidade de seu emprego. Além do que, admite então o Presidente, "a desestabilização da segurança se verificará também, no interior do território francês".

Assim, conclui, "a concepção estritamente lógica da hipótese única, a saber, da dissuasão como condicionante da tonalidade dos comportamentos, não se adapta à situação de uma sociedade e um universo desestabilizados,

que podem perfeitamente reagir de maneira desordenada e anárquica. Ao lado dos meios supremos de segurança, precisamos de uma espécie de presença de segurança, isto é, de ter um corpo social organizado em função dessa carência, dessa necessidade de segurança”.

O Presidente Giscard D'Estaing utilizou o vocábulo “impasse”, talvez visando mais os defensores da hipótese única que, por serem adeptos desta, advogam, por exemplo, uma marinha submarina, mas não chegam a dizer, como seria lógico, que a orientação por essa linha de raciocínio deveria implicar no desaparecimento da marinha de superfície.

3) *Não aceitar o tudo ou nada nuclear*

Com esta idéia o Presidente francês refuta a alegação de que a nova concepção da estratégia representa a renúncia à dissuasão, mas rejeita a idéia, defendida por muitos pensadores militares da própria França, segundo a qual, a concentração sobre um único meio, faça com que se veja unicamente tal meio, de sorte a se crer mais na possibilidade e na vontade de recorrer a ele, pois que seria este, ao mesmo tempo, o último meio.

O Presidente francês, ao contrário, diz crer que o tudo ou nada em matéria de defesa, põe em risco a credibilidade. Refere-se então, pela primeira vez, à instabilidade política nos países vizinhos da França.

“A França pode se ver face a situações complexas, como a de profundas perturbações em países vizinhos... Se, então, a França só puder falar e agir em função do tudo ou nada nuclear, faltará crédito à sua atitude.”

4) *Fazer a batalha*

Nesta idéia, como o General Méry, o Presidente Giscard D'Estaing critica a organização das forças fran-

cesas e conclui que o "todo" da organização de defesa deveria ser constituído de elementos capazes de participar do combate.

Aventa a seguir a hipótese da implicação da França num conflito. Alega que alguns raciocinam como se um conflito fora do espaço nacional pudesse deixá-la totalmente alheia à batalha. Haveria, para esses, dois espaços; o espaço do conflito entre a Tcheco-Eslováquia e o Reno e o espaço francês, inteiramente pacífico, onde toda preocupação seria sustentar o esforço longínquo dos combatentes. "Não é uma concepção realista", diz.

"Efetivamente, no caso de um conflito e em virtude da rapidez dos meios de transporte e comunicações, especialmente aéreos, haveria um único espaço e o espaço francês estaria, desde o início, dentro do espaço de uma batalha, que seria geral e, se não há mais que um espaço, é razão para que se mantenha um único complexo militar nesse espaço".

5) *Um engajamento popular*

Esta questão se prende à opção entre ter forças armadas profissionais ou por convocação.

Considera o Presidente que, financeiramente, a primeira linha de ação é muito onerosa e portanto desfavorável, mas que este argumento não deve ser decisivo, pois se esta solução fosse a melhor, a França deveria fazer um sacrifício durante 10 a 15 anos até poder pô-la em prática.

A solução, porém, deve dar-se no plano da concepção política de segurança. "A segurança não deve ser considerada função particular, exigindo um engajamento popular. Apenas as funções especializadas devem ser desempenhadas por uma pequena fração do corpo social. A contribuição devida por cada francês à tarefa de defesa deve atingi-lo na vida e nas ocupações".

O Presidente Giscard D'Estaing encerra seu discurso com a citação apresentada em epígrafe, neste artigo, à qual aduziu: "agora que o programa está traçado, que os meios foram reunidos, não se deve gastar energia em torno destes últimos. É preciso fazer aparecer a capacidade de nossa organização militar, ao colocá-lo em prática".

CONCLUSÕES

Alguns analistas consideram que não houve uma efetiva mudança na estratégia francesa, apenas um ajustamento às necessidades de eficiência. (6)

Outros há que sustentam ter a França, simplesmente, adotado a posição preconizada por Schlesinger. Ambos são pontos de vista que guardam íntima relação com o pensamento de correntes políticas internas.

Já, o jornalista soviético Victor Louis, cuja opinião reflete muitas vezes a política do Kremlin, afirmou que as decisões francesas deverão provocar uma mudança na estratégia militar soviética na Europa, acrescentando que, na opinião dos estrategistas de seu país, a nova atitude francesa alterará o equilíbrio de forças em favor da Aliança Atlântica. (7)

A verdade é que a França decidiu mudar sua estratégia militar, ajustando-a à Política de Segurança que se desdobra desde o início do atual governo.

(6) Essa opinião é baseada no fato de a França manter cerca de 50.000 homens na RFA e estar obrigada, pelo tratado de Bruxelas, a dar ajuda imediata, automática, a seus parceiros europeus (todos pertencentes à OTAN) até 1998. E, mais, ao fato de a França ter deixado o Comando Integrado da OTAN, mas ter-se mantido ligada à essa organização como membro de seu Conselho e dos Comitês de Produção de Armamento e de Defesa Aérea Coordenada.

(7) Em artigo publicado no *France-Soir*, Victor Louis afirmou que Moscou considera a posição francesa como dirigida "diretamente contra a União Soviética" e, em função dela, se o EM das forças soviéticas já não o fez, provavelmente fará um reexame de suas atitudes.

A estratégia francesa era baseada no *tudo ou nada* nuclear. Foi assim concebida, mais como uma opção, imposta pela capacidade francesa em orientar seu esforço em uma única direção. Uma opção que parece ter sido política e militarmente acertada, à época em que foi tomada, atingindo seus objetivos de independência e prestígio internacional, mas que hoje se torna bastante perigosa.

A evidência da mudança é o esforço considerável que a França fará. Sua programação militar exigirá que dobre, em seis anos, o seu orçamento de defesa.

Essa programação permitir-lhe-á modernizar suas forças convencionais, tornando-as aptas e disponíveis para atuar além do território francês, nas áreas onde se faz mais imediata a ameaça à sua segurança.

Dar-lhe-á as condições necessárias para participar da batalha *para frente* que, não só admite, como julga indispensável à sua segurança. Como consequência, passa a aceitar, respeitados certos limites relativos à sua independência de decisão, que no coração da Europa deva agir um único complexo militar, o que lhe leva a aceitar, também, uma dependência na ação entre os aliados ocidentais.

Ao mesmo tempo, sem cercear a evolução de seu armamento nuclear, até pelo contrário, reduz a importância relativa do mesmo em sua estratégia.

Essa nova estratégia pode ser assim resumida:

- na Europa, solidariedade de fato e de intenção a seus parceiros, dentro de seu conceito de *sanctuarisation élargie*, contribuindo, também, para a dissuasão de uma agressão na região;
- fora da Europa, apoio que vai do auxílio militar ao fornecimento de certos armamentos e mesmo, ações de força restritas, visando a contribuir para a segu-

rança dos países com os quais está ligada por acordos ou por uma solidariedade de fato, econômica ou cultural, o que implica no apoio, pelo menos a suas ex-colônias;

- no mar, estar em condições de proteger seus interesses e contribuir para a segurança do tráfego marítimo indispensável à continuidade de seu abastecimento.

Com sua *sanctuarisation élargie*, a França atende com mais flexibilidade e coerência às hipóteses de guerra, particularmente com o Leste, cuja ordem de preferência seria, segundo analistas ocidentais: coexistência pacífica; guerra convencional; guerra nuclear limitada; se tudo mais falhar, guerra total. (8)

Com essa concepção, a França se ajusta à estratégia de resposta gradual da OTAN e fortalece o bloco ocidental.

Esta consequência não significa, todavia, que a França tenha abdicado do não alinhamento automático a posições de outros Estados. A independência continua a ser princípio básico de sua política de segurança e não apenas de sua estratégia militar. Aliás, essa independência será observada em todas as suas atitudes e ações e juntamente com o equilíbrio se constituem na pedra angular de sua política de segurança.

É no exercício daquela independência e em busca do equilíbrio que se descartou das negociações de Viena, nas quais anteviu a possibilidade de um aumento do desequilíbrio estratégico europeu.

A coerência na aplicação desses princípios tem-lhe rendido bons dividendos, conduzindo-a à consecução de seus principais objetivos.

(8) A respeito do pensamento ocidental acerca da estratégia militar soviética, ver na *Military Review*, edição brasileira, de Fev 75, o artigo do TC Dallas C. Brown Jr., *Guerra Convencional na Europa — O Ponto de Vista Soviético*.

Essa sua posição política faz com que o Leste tenha que considerar, distintamente, a OTAN e a França e essa distinção, sem dúvida, crescerá à medida que venha a pôr, efetivamente, em prática a sua programação militar, em atendimento a sua nova concepção estratégica.

Esta posição permite à França movimentar-se, como peça importante, numa área que parecia destinada apenas às ações das superpotências. Ao mesmo tempo, essa distinção assegura-lhe, de fato, as condições, sempre almejadas, de liderança na Europa, liderança que, no futuro, se exercerá numa entidade política européia, móvel de sua política de segurança e que agora já caminha a passos menos lentos para sua concretização. (9)

Naturalmente a política de segurança da França não se restringirá a subárea estratégica da Europa. Deve se estender para fora dessa área em atendimento às preocupações francesas quanto à proliferação nuclear no Terceiro Mundo e ao controle exercido por certos Estados sobre as fontes de energia e matérias-primas. (10)

Nesta área, a ênfase da política de segurança não está assentada no campo militar. Nela é significativo observar que a França, que sempre se mantivera à parte, como sócia privilegiada da África, cuidando apenas das relações preferenciais com suas antigas colônias, realize ali um grande esforço político, não só junto a suas ex-colônias, mas também junto às ex-colônias de língua inglesa e portuguesa.

(9) A aceitação unânime do princípio de eleição direta, e não da indicação pelos governos dos representantes dos diversos países para o Parlamento Europeu, é considerada um passo decisivo para a concretização de uma entidade política européia. A França vê, nessa entidade política, a possibilidade dos países europeus poderem influir efetivamente, de maneira mais consentânea com suas posições de interessados maiores e mais diretos, na segurança européia.

(10) As preocupações francesas, quanto à proliferação nuclear no Terceiro Mundo, devem ter diminuído depois que conseguiu vender duas centrais nucleares à África do Sul e negocia a venda de uma usina de processamento de urânio ao Paquistão.

Ao lançar o diálogo Norte-Sul, a França ganhou boa posição na África e se insinuou como interlocutora entre os países ricos e os países em desenvolvimento. (11)

No seu desejo de desempenhar o papel de líder na África, a França propôs a criação de um fundo dotado de recursos depositados pelos países industrializados que tenham laços históricos com a África (vale dizer, seus parceiros da OTAN) e, possivelmente, os EUA. Além disso, pretende destinar 0,9% de seu PNB para a ajuda ao desenvolvimento naquele continente.

Não há dúvida que a penetração francesa na África deverá ser usada pelos seus parceiros europeus e mesmo pelos EUA, para contrabalançar o peso cada vez maior da URSS e dos países socialistas de uma maneira geral, no território africano. Isto fará crescer o prestígio da França, ao mesmo tempo que lhe garante as matérias-primas que lhe são indispensáveis (inclusive para sua política nuclear), tanto quanto os mercados que ali se lhe abrem e são imprescindíveis a sua desejada expansão econômica.

A *sanctuarisation élargie* que é apenas a estratégia francesa no campo militar, se ajusta assim à idéia global de segurança francesa, segundo a qual a segurança não abole a defesa mas a engloba e a ultrapassa pela diversidade de meios econômicos, políticos e militares que para ela concorrem, e se aplica, particularmente, à subárea estratégica da Europa.

(11) O resultado dessa política não tardou. Veio, não faz muito, logo após a III Conferência Franco-Africana, através do Presidente da Costa do Marfim, que disse: "Pedimos à França que seja nossa advogada junto a seus associados europeus e aos americanos, para que uma mesma vontade política os anime na busca da instauração de uma nova ordem econômica mundial".

Reflexões Sobre a Crise do Petróleo na Conjuntura de 1974

Ten Cel Art

MARIO FERNANDO CAVALCANTI DE LIMA

PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS

O petróleo não se distribui uniformemente em toda a face da terra. Dentro dos continentes, as regiões petrolíferas estão circunscritas a zonas bem definidas que, em épocas remotas, constituíram enormes bacias ocupadas pelas águas de mares e lagos. São as chamadas bacias sedimentares.

No hemisfério ocidental, a principal região é a formada pela bacia do Mar das Antilhas, englobando os Estados Unidos, Venezuela e México como os produtores mais importantes.

Outra grande região produtora é o Oriente Médio, que reúne o Golfo Pérsico, a região mediterrânea oriental da Europa e os arredores dos mares Cáspio, Negro e Vermelho. A terceira zona em importância é a Oceania, compreendendo a região entre a Ásia e a Austrália, principalmente a Indonésia. As regiões árticas são atualmente consideradas promissoras, em vista dos fortes indícios da presença de petróleo.

Existem ainda várias regiões petrolíferas relativamente menos importantes espalhadas pelo mundo, como por exemplo as jazidas da Califórnia, nos Estados Unidos, da Argentina, Brasil, Equador e Peru, na América do Sul, Alasca e Canadá na América do Norte, Sibéria e Sakhalin na Ásia e Mar do Norte na Europa.

Os mais importantes produtores durante o primeiro semestre de 1974, segundo estatísticas divulgadas pelo Ministério das Minas da Venezuela, foram:

- a União Soviética, o maior produtor mundial, com uma média diária de 9 milhões e 18 mil barris;
- os Estados Unidos com 9 milhões de barris;
- a Arábia Saudita com 8 milhões e 300 mil barris;
- o Irã com 6 milhões e 100 mil barris;
- a Venezuela com 3 milhões e 100 mil barris;
- o Kuwait com 2 milhões e 800 mil barris;
- a Nigéria com 2 milhões e 300 mil barris;
- a Líbia com 1 milhão e 900 mil barris;
- o Canadá com 1 milhão e 800 mil barris;
- o Iraque com 1 milhão e 700 mil barris.

Ainda são grandes produtores: a Indonésia, a Argélia, Emirados Árabes, Qatar, o México, a Argentina e, em menor escala, o Equador, Peru, Colômbia, China e Brasil.

A procura de novas áreas

O acentuado aumento dos preços do petróleo teve, como consequência direta, uma intensificação na busca do petróleo em todos os recantos do globo. Qualquer perfuratriz disponível está em ação ou a caminho de um campo petrolífero.

Nos Estados Unidos, mais de 1.500 perfuratrizes estão operando, o que representa um aumento de 25% em relação ao ano de 1973. Não apenas procuram novos campos, como também, tendo em vista que o aumento dos preços mudou a estrutura da indústria, atuam em campos já conhecidos e em regiões anteriormente consideradas antieconômicas.

Quase todos os países estão ocupados em alguma forma de atividade petrolífera, dos trabalhos geofísicos à perfuração e à produção. Existem várias premissas comuns:

- ninguém espera encontrar uma área que rivalize com o Golfo Pérsico, simplesmente porque as condições geológicas, que fizeram do Oriente Médio o reservatório de petróleo que ele é, não existem em nenhum outro lugar;
- a maioria das futuras tentativas e provavelmente as grandes descobertas ocorrerão na plataforma continental;
- o petróleo é mais difícil de extrair e mais caro de pesquisar à medida que a busca passe para a plataforma continental e para alguns dos lugares mais agrestes da terra;
- cada vez mais, as áreas produtoras existentes serão reexaminadas com emprego de melhores técnicas geofísicas e utilização de novos métodos de recuperação.

A maioria das estimativas consideram as atuais reservas comprovadas em cerca de 600 bilhões de barris, dos quais dois terços no Oriente Médio. Ao atual ritmo de produção, de 20 bilhões de barris/ano, as reservas se esgotariam em 30 anos.

As estimativas de futuras descobertas variam, mas a previsão de British Petroleum as situam em torno de 760 bilhões de barris.

PRINCIPAIS CONSUMIDORES

Das sete mais importantes nações industriais não comunistas, apenas duas — Estados Unidos e Canadá — têm hoje produção significativa de petróleo, embora a Inglaterra tenha grandes esperanças na sua costa do Mar do Norte. Este é o

ponto crucial da crise de energia: os países que mais usam petróleo têm de comprá-lo de alguém.

Alguns problemas têm sido debatidos e ansiosamente se procura uma solução:

- Quais são as fontes disponíveis de petróleo?
- Quais são as fontes alternativas de energia?
- Quais são as possibilidades de redução do consumo de petróleo?
- Que partes de sua indústria são particularmente afetadas pela crise de petróleo?
- Que fazer para garantir os suprimentos futuros?

Estes países procuram responder a algumas destas questões do seguinte modo:

Estados Unidos

Os Estados Unidos são o maior consumidor do mundo — cerca de um terço do consumo mundial de energia. Para satisfazer sua atual demanda de, aproximadamente, 17 milhões de barris/dia, os Estados Unidos produzem 9 milhões de barris/dia. Além disso, convertem gás natural em líquido num volume equivalente a 1 milhão e 700 mil barris/dia. A diferença é atendida por importações, hoje da ordem de 6 milhões de barris/dia.

Todavia, os Estados Unidos dispõem de fontes alternativas de energia, pois têm os maiores depósitos de carvão do mundo, que podem ser usados para compensar a escassez de petróleo, especialmente para as usinas de energia térmica.

A médio prazo, os Estados Unidos esperam atingir a auto-suficiência com a exploração dos campos do Alaska e

de sua plataforma continental, embora — como no problema do xisto (folheto pirobetuminoso) — seja bem acentuada a oposição, devido aos problemas ambientais.

Japão

O segundo maior importador mundial — 5 milhões e 400 mil barris/dia, em 1973 — e extremamente dependente de matérias-primas para seu diversificado e sofisticado parque industrial, tem sido um dos países mais abalados pelo espectro da crise mundial que ronda os países capitalistas.

No primeiro semestre de 1974, o produto nacional bruto japonês diminuiu de 8%, índice que representa o retrocesso mais profundo nas atividades econômicas do país nos últimos 20 anos.

Um estudo do *Fundo Monetário Internacional* ressaltou que a inflação no Japão atingiu seu auge em fins de 1973 e no começo de 1974, período este que coincidiu com o clímax da crise do petróleo. Nos primeiros 8 meses de 1974, seu déficit do balanço de pagamentos foi aproximadamente de 6 bilhões de dólares.

O complexo industrial construído pelos japoneses desde a Segunda Guerra Mundial depende 99% do petróleo estrangeiro. Não obstante a incessante busca em sua plataforma submarina, as esperanças não são favoráveis. No ano de 1974 o consumo diminuiu de 2%; maior economia é difícil, particularmente devido às necessidades de sua poderosíssima indústria petroquímica, fundamental pela receita em dólares que proporciona.

Na tentativa de assegurar um fornecimento crescente e ininterrupto no futuro, o Japão tendeu para o lado árabe na disputa do Oriente Médio e tem procurado trocar tecnologia por Petróleo.

Alemanha Ocidental

A Alemanha Ocidental, a nação mais rica da Europa e com as maiores reservas cambiais do mundo, é o país onde a crise energética é sentida com menor intensidade, em que pese a sua condição de terceira maior importadora de petróleo do mundo. Seu consumo diário atingiu, em 1974, 2 milhões e 600 mil barris, 95% dos quais importados.

Apesar de sua situação mais favorecida economicamente, reduziu seu consumo em cerca de 5%. Bonn revelou seus planos energéticos a longo prazo. Procurará diversificar as fontes de seu petróleo. No passado, a Líbia e a Arábia Saudita supriram a metade de seu consumo. Os alemães deverão agora procurar fontes não árabes — provavelmente a União Soviética.

França

Seu déficit de comércio é elevado. Suas reservas cambiais não são de molde a suportar um contínuo déficit no balanço de pagamentos, durante o tempo necessário para equilibrar seu comércio internacional.

A França tomou as medidas mais severas para reduzir os gastos. O governo estabeleceu um teto de 10 milhões de dólares para importação de petróleo em 1974 e determinou reduções no consumo industrial e doméstico.

A França produz 25 mil barris/dia e tem um consumo diário de 2 milhões e 500 mil barris.

Esta dependência de 99% de petróleo importado obrigou a França a uma política pragmática de aproximação com os árabes.

Esta tendência para acordos bilaterais tem continuado, não obstante a forte oposição dos Estados Unidos, que defendem a organização de um grupo das nações importadoras

com o objetivo de resistir e reagir à atitude econômica dos árabes.

Itália

O custo das importações de petróleo, dois terços dos quais da Líbia e outros países árabes, tornou a situação econômica da Itália a mais desesperada da Europa. Cerca de 2 bilhões de dólares das suas grandes reservas de ouro foram hipotecadas à Alemanha Ocidental, para ajudar a pagar o custo majorado do petróleo.

Apesar dos apuros, o governo cronicamente instável da Itália parece estar fazendo o mínimo para poupar petróleo. Todavia, o consumo, em parte por causa da recessão industrial, diminuiu cerca de 1,5% em 1974 em relação aos 2 milhões e 100 mil barris diários consumidos em 1973.

Inglaterra

Atribulada com uma desorganização industrial e crise no balanço de pagamentos, a Inglaterra, devido às medidas tomadas pelo governo, conseguiu, em 1974, uma redução de 10% no consumo, em relação aos 2 milhões e 300 mil barris diários de 1973. No entanto, a Inglaterra pode encarar o futuro com otimismo. Sua grande esperança são os enormes campos de petróleo e gás do Mar do Norte, onde os ingleses lutam contra as dificuldades locais, para desenvolvê-los rapidamente.

Além disso, a Inglaterra possui grandes reservas de carvão.

Canadá

Único país industrializado a produzir mais petróleo do que consome, o Canadá é, ao mesmo tempo, exportador e importador. A falta de um oleoduto a leste de Ontário significa

que o petróleo excedente produzido nas províncias ocidentais é exportado para os Estados Unidos, enquanto os mercados de Quebec e das províncias orientais são supridos pela Venezuela e pelo Oriente Médio. Os planos para a construção de um oleoduto para o leste estão sendo apressados.

O Canadá dispõe de enormes reservas de petróleo, praticamente intactas, nas areias de alcatrão de Atabasca, em Alberta, e grandes reservas de carvão em várias áreas. A busca por novos depósitos de petróleo está sendo feita no Ártico e na plataforma continental.

União Soviética

Contrariamente ao que está se passando no Ocidente, a União Soviética vê com satisfação, tanto do ponto de vista econômico como político os aumentos do preço de petróleo.

Apesar de ainda importar petróleo do Oriente Médio em decorrência de seus acordos políticos e comerciais, a União Soviética é um importante exportador de petróleo e tem colhido vantagens econômicas substanciais.

Politicamente, o aumento do preço do petróleo e a expulsão das companhias ocidentais do Oriente Médio diminuiu a influência que o Ocidente dispunha sobre esta importante região petrolífera, vizinha de seu imenso império.

Alguns peritos americanos em energia soviética — como o professor Arthur W. Wright — esperam que a União Soviética reestruture seu consumo de energia para se aproveitar dos altos níveis de preço mundiais. O professor Wright sugeriu que será duplo o impacto do aumento da receita petrolífera sobre a economia soviética. Em primeiro lugar, Moscou poderá se sentir encorajada a expandir a produção mais cara de alguns dos campos petrolíferos na Sibéria e outras regiões remotas ou inóspitas. Por outro lado, poderá rever seus planos de consumo interno, convertendo as usinas ge-

radoras de energia, que assim deixariam de consumir petróleo e passariam a ser acionadas por carvão, possibilitando a maior disponibilidade do produto para fins de exportação.

Estas medidas trariam um maior ingresso de divisas, reduziriam a necessidade de créditos de Moscou e ajudariam a pagar as tão necessárias importações da tecnologia ocidental.

A construção de terminais de grande calado, permitindo a atracação de grandes petroleiros no Mar Báltico e do grande oleoduto de 16 mil quilômetros, da Sibéria ao Mar Negro, transformarão a União Soviética em um dos principais exportadores de petróleo.

Moscou parece voltar-se para o mercado ocidental e embora a Europa Oriental ainda continue dependendo do petróleo soviético para atender à maioria de suas necessidades, nos últimos anos a União Soviética vem instando com seus aliados para que procurem fontes adicionais do produto no mercado mundial.

PROBLEMAS INTERNACIONAIS DECORRENTES DO PETRÓLEO

Política petrolífera internacional

Até fins do século passado, os Estados Unidos dominavam, praticamente sozinhos, o mercado mundial de petróleo.

Por essa época capitais russos e suecos deram início à exploração das jazidas do Cáucaso, e, em pouco tempo, ameaçavam a supremacia norte-americana.

Pouco antes da I Guerra Mundial, capitais holandeses e ingleses começaram a exploração no Oriente Médio. A I Guerra Mundial demonstrou a necessidade imperiosa do petróleo. Com o término da guerra e o desmembramento do Império Turco, intensificou-se a penetração de empresas europeias no Oriente Médio, particularmente nos territórios sob mandato e protetorado.

O exclusivismo europeu no antigo *Império Turco* deu margem a protestos dos americanos, os quais se insurgiram contra a política de portas fechadas no Oriente Médio. Após uma luta intensa travada nos bastidores do mundo dos negócios petrolíferos, empresas norte-americanas conseguiram penetrar nessa importante região.

Novas descobertas naquela parte da Ásia intensificaram a exploração, particularmente no Iraque, na Arábia Saudita, no Bahrein e no Kuwait. Assim, ao iniciar-se a II Guerra Mundial não havia mais dúvidas quanto às praticamente inesgotáveis reservas do Oriente Médio. Terminado o conflito, houve uma verdadeira explosão de nacionalismo nessa região que culminou com a tentativa de nacionalização da indústria no Irã, pelo Primeiro-Ministro Mohammed Mossadegh. Todavia, a reação desencadeada pelos interesses estrangeiros abortou esta primeira tentativa de modificação das extraordinárias regalias que as companhias internacionais dispunham — pagavam aluguel por uma determinada área e tinham liberdade de fixar o preço e produzir o volume que fosse conveniente a seus interesses.

A partir de 1950, manifestou-se na maioria dos países produtores acentuada tendência para uma rigidez na regulamentação das condições de exploração pelas companhias internacionais.

Alguns países, como o Canadá e a Venezuela adotaram o sistema de concessões de áreas limitadas. Outros exigiam o pagamento de *royalties*, cujo montante variava de uma zona para outra.

Posteriormente, novas exigências foram sendo sistematicamente adicionadas nos contratos petrolíferos, tais como a exigência de técnicos nacionais nas empresas, reinvestimento dos lucros nos países produtores, etc.

A divisão dos lucros meio a meio foi inicialmente aplicada na Venezuela em 1943 e, em pouco tempo, era adotada na maioria dos países produtores.

A primeira nacionalização do petróleo ocorreu com a revolução comunista russa em 1917.

Em 1938 o México instituiu o monopólio estatal. Várias outras nações seguiram seu exemplo, como o Brasil, em 1954, com a *Petrobrás*.

A OPEP

A grande reação dos países produtores iniciou-se em 1960. Inquietos com a baixa dos preços efetuada naquele ano por manobras de companhias internacionais, os produtores, liderados pela Venezuela, reuniram-se em Bagdá no mês de setembro, e criaram a *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* — OPEP — com o objetivo de defender seus direitos, negociando com as companhias petrolíferas.

Atualmente, fazem parte da OPEP a Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes, Equador, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela.

Conscientes de sua força econômica — 64% das reservas, 48% da produção, 85% das exportações de petróleo — e política, esses países têm por principal objetivo a manutenção das vantagens já obtidas.

O aumento dos preços

A partir da Conferência de Trípoli, em fevereiro de 1971, os países da OPEP passaram a exigir aumento do preço do barril de petróleo.

Foi por causa da guerra de 1973 entre árabes e israelenses que os países árabes da OPEP, a pretexto de sanções políticas, reduziram ou cortaram o fornecimento de petróleo aos países que não consideravam aliados, trazendo, como consequência inevitável, a alta vertical dos preços.

Mesmo depois de restabelecido o fornecimento, a alta de preços — que beneficiou igualmente os países produtores e as companhias exploradoras e comercializadoras — mantém em precário equilíbrio econômico os países industrializados, notadamente aqueles que dependem em maior grau do petróleo do Oriente Médio.

Todavia, não foi a guerra de 1973 a única responsável pelo aumento dos preços.

Previendo a impossibilidade de um retorno à situação anterior, quando exerciam um domínio absoluto em todas as fases do ciclo do petróleo, desde a produção até a comercialização, as companhias internacionais incentivaram a alta de preços que lhes proporcionou os maiores lucros na história da indústria petrolífera.

Estes lucros eram essenciais a fim de intensificar a pesquisa em regiões hostis que exigia grandes investimentos, como o Alaska e o Mar do Norte.

Ademais, era necessário intensificar a pesquisa em torno do xisto — do qual os Estados Unidos dispõem das maiores reservas mundiais — e incentivar o desenvolvimento de novas fontes de energia.

O desenvolvimento de novas fontes de energia

As reservas de petróleo existentes e as por descobrir não acabarão a curto prazo, mas é lícito supor que dentro de 30 a 50 anos o petróleo forçosamente terá de ser substituído por outra fonte de energia que seja abundante e barata.

De qualquer modo, no futuro, o homem terá de utilizar outra fonte de energia. Para tanto, intensificam-se as pesquisas na Europa e sobretudo nos Estados Unidos.

As fontes alternativas mais estudadas são: o óleo de xisto, o carvão, a conversão em eletricidade da energia do sol, a utilização das fontes geotérmicas, o aproveitamento da energia das marés e o hidrogênio.

A crise econômica no mundo ocidental

A forte expansão econômica experimentada pela maioria dos países industrializados após a II Guerra Mundial foi, em grande parte, baseada nos preços baixos das matérias-primas produzidas pelos países subdesenvolvidos. Entre estas, avulta pela sua importância o petróleo.

Quando a OPEP quadruplicou os preços do petróleo, as economias dos países industrializados estavam superaquecidas, em pleno processo inflacionário. Os altos preços acentuaram a redução do crescimento econômico e aprofundaram a inflação mundial, ambos preexistentes à nova conjuntura petrolífera.

Pela importância desempenhada pelo petróleo, os novos preços causaram um impacto imediato nas economias dos países industrializados, com reflexos no balanço de pagamentos que passou de um superavit de 13 bilhões de dólares, em 1973, para um deficit de aproximadamente 40 bilhões de dólares, em 1974.

A opção militar

O fracasso em encontrar rapidamente uma solução para as consequências econômicas da quadruplicação dos preços petrolíferos e a possibilidade de um novo embargo petrolífero podem conduzir os países industrializados à procura de uma solução militar para o problema.

Declarações em 1974 do Presidente e do Secretário de Estado americanos, bem como do Ministro das Finanças alemão deixaram antever que os países industrializados examinam a possibilidade de adotar represálias militares contra os produtores.

Apesar de imoral, ilegal e de conteúdo nitidamente colonialista, a história mostra que as nações têm freqüentemente recorrido à guerra em busca de vantagens econômicas contra adversários militarmente fracos.

PETRÓLEO NO BRASIL

A primeira fase da exploração petrolífera no Brasil — através da iniciativa privada e sem nenhum êxito — teve fim com a criação do *Conselho Nacional de Petróleo* pelo Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938.

A segunda fase iniciou-se radiante com o evento de 21 de janeiro de 1939, quando pela primeira vez no Brasil foi descoberto petróleo, em Lobato, na Bahia.

O estabelecimento do monopólio estatal, abrangendo a pesquisa, lavra, refinação e transporte, foi feito pela *Lei número 2.004*, de 3 de outubro de 1953.

A criação da *Petrobrás* — através do Decreto n.º 35.308, que aprovou seus estatutos — iniciou a terceira fase da história da exploração do petróleo brasileiro.

Até então, pouco havia sido feito em matéria de exploração petrolífera. Apenas 413 poços tinham sido perfurados, dos quais 242 produziam óleo e 24 gás.

Com as precárias condições existentes na época, ninguém podia afirmar que o Brasil era um país com potencial petrolífero, a não ser pela extensão de suas bacias sedimentares.

Necessitava-se de recursos financeiros, técnicos especializados, equipamentos de perfuração, meios de transporte, além de refinarias.

Entre 1956 e 1966, a *Petrobrás* investiu fortemente no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Pouco a pouco os técnicos brasileiros foram assumindo a direção dos trabalhos de exploração, geologia e geofísica.

Por outro lado, a economia proporcionada com essa substituição de técnicos estrangeiros por nacionais, a eliminação do subsídio ao consumo de derivados, a oficialização do mo-

nopólio da importação de óleo cru e derivados, a reformulação da Lei de Imposto Único sobre combustíveis líquidos, além de outras decisões governamentais fizeram com que se elevasse substancialmente o nível de recursos da Empresa para seus programas de exploração e produção.

As bacias sedimentares no Brasil compreendem, em terra firme, 3.165.000 km².

São consideradas áreas favoráveis do tipo "A" — com grande possibilidade petrolífera — 100.000 km² e do tipo "B", 135.000 km². O restante da área sedimentar é considerada com menor possibilidade petrolífera e classificada com o dos tipos "C" e "D".

A plataforma continental dispõe de uma bacia sedimentar de 800.000 km².

A *Petrobrás* vem concentrando seus esforços exploratórios naquelas áreas que apresentam as melhores perspectivas, notadamente na plataforma continental. As bacias do Acre, Alagoas, Sergipe, Recôncavo Baiano, Tucano e Espírito Santo, também vêm sendo amplamente pesquisadas, com auxílio de novas técnicas e novos equipamentos.

Sempre que os reestudos aconselham, maior ênfase é dada a outra área sedimentar.

Na execução de seu *Plano Geral de Pesquisa*, a *Petrobrás* vem aplicando a maioria dos investimentos nas regiões que possam proporcionar, no prazo mais curto possível, a descoberta de substanciais reservas petrolíferas.

Em todas as regiões petrolíferas do mundo, as plataformas continentais têm revelado maior produtividade do que os campos terrestres. As pesquisas realizadas por mais de 6 anos no Brasil confirmam essa tendência.

Este fato justifica a concentração de esforços da *Petrobrás* na extensa plataforma brasileira, onde se estima uma reserva de 25 bilhões de barris de óleo.

Atualmente, o Brasil consome em torno de 800 mil barris por dia. Sua produção, inferior a 200 mil barris/dia, está concentrada na Bahia, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e na plataforma continental sergipana.

A política de ênfase na plataforma continental vem apresentando bons dividendos. Recentemente novos campos produtores foram revelados na costa nordestina — Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe — e, particularmente, na plataforma de Campos, no Estado do Rio.

O mais importante das novas descobertas é que, pela primeira vez, desde a descoberta no Lobato, o Brasil antevê a possibilidade de uma próxima auto-suficiência na produção.

No que diz respeito ao refino, o Brasil é auto-suficiente, com 11 refinarias espalhadas pelo território nacional. Deste total, 8 pertencem à *Petrobrás* e respondem por mais de 97% da capacidade total de refino do país.

No que concerne ao transporte, a *Petrobrás* dispõe de linhas oleodutos e de uma moderna frota, esta com um porte bruto da ordem de 2 milhões e 100 mil toneladas. A frota está em contínua expansão e, para o próximo quinquênio, já foram assinados contratos para a construção de navios que elevarão a capacidade total de transporte marítimo, em 1980, para além de 4 milhões de toneladas.

As atividades petroquímicas são desempenhadas através da *Petrobrás Química S.A.* — *Petroquisa* — subsidiária da *Petrobrás*, que opera unidades industriais próprias ou em associação com empresas nacionais ou mesmo estrangeiras.

A *Petrobrás Distribuidora S.A.* é outra subsidiária que, desde sua criação em 1971, cuida da distribuição dos derivados de petróleo em todo o território nacional e atende a um terço do mercado.

Para desenvolver atividades no exterior, a *Petrobrás* conta com outra subsidiária, a *Petrobrás Internacional S.A.* — *Braspetro* — criada em 1967. Associada a outras empresas

internacionais, a Braspetro já opera em vários países produtores: Irã, Iraque, Egito, Líbia e Argélia. A criação da *Braspetro* teve em vista assegurar não só a diversificação de fontes de suprimento, auferir lucros, preservar as reservas em território nacional, como também constituir-se no melhor meio para o aprimoramento dos técnicos brasileiros.

REFLEXOS PARA O BRASIL DA SITUAÇÃO ATUAL

Aumento da dívida externa

O aumento dos preços do petróleo causou uma série pressões sobre o balanço de pagamentos. De 500 milhões de dólares em 1973, as importações de petróleo pularam para mais de 3 bilhões em 1974. Este valor é superior a um terço do total recebido com as exportações brasileiras nesse ano.

Como consequência imediata do desequilíbrio do balanço de pagamentos, houve um crescimento da dívida externa brasileira, particularmente se atentarmos para o fato de que, além das contas do petróleo, existiram outras áreas deficitárias.

Necessidade de diminuição do consumo interno supérfluo

O consumo supérfluo no Brasil é particularmente encontrado na utilização do automóvel e no transporte rodoviário.

Quanto à utilização do automóvel, é necessário que o governo não subsidie a gasolina e crie condições que facilitem a produção de modelos de carro de menor consumo de combustível.

Onde o problema criado pelo petróleo terá de induzir uma mudança de ênfase é no setor de transportes. Torna-se necessário intensificar os transportes ferroviário, marítimo de cabotagem, fluvial e lacustre, além de se promover a con-

versão do transporte rodoviário a gasolina para o diesel. Isto, porém, criará, em grande parte, outros problemas.

Deve-se, também, incentivar ao máximo o transporte coletivo urbano e desestimular a utilização de automóveis particulares nos centros urbanos das grandes cidades.

Efeitos sobre a agricultura

No domínio das exportações podem surgir dificuldades para alguns produtos agrícolas, cujas altas cotações mudiais estão sendo consideradas como elemento importante para aliviar o balanço de pagamentos.

As culturas de exportação — soja, milho, café, cana de açúcar, etc — são precisamente as que mais usam os fertilizantes químicos, que são extremamente dependentes de importação.

No ano de 1974, o preço dos fertilizantes à base de petróleo — nitrogenados — subiu mais de 200%.

Sem fertilizantes, o surto agrícola de que o País necessita urgentemente para minorar a crise do balanço de pagamentos não será possível.

Necessidade de utilização de outras fontes de energia

Enquanto o progresso tecnológico não encontrar uma resposta adequada para o problema criado pelos novos preços do petróleo, deve-se procurar estabelecer as condições para utilização dos meios de que dispomos.

Em primeiro lugar, está o xisto (folhelho pirobetuminoso) o Brasil possui uma das maiores reservas do mundo deste mineral e as pesquisas visando ao seu aproveitamento já estabeleceram um *know-how* brasileiro, o sistema Petrosix, que entretanto ainda não se tornou economicamente compensador.

Deve-se procurar incentivar o aproveitamento do álcool para mistura com a gasolina, o que trará como consequência imediata a necessidade do aumento da produção da cana de açúcar e, também, de refinarias produtoras de álcool. Isto, no entanto, constitui aspecto polêmico em face da exportação do álcool e do açúcar, cujos preços no mercado internacional vêm ascendendo sistematicamente.

É urgente a necessidade de acelerar os estudos para a instalação de usinas atômicas nas regiões que necessitem de suprimento adicional de energia elétrica e que não possam ser atendidas pelas usinas hidroelétricas existentes ou planejadas.

É essencial a conversão das usinas termoelétricas existentes à base de óleo para utilização do carvão vapor.

Ademais, deve-se procurar instalar termoelétricas a carvão nas regiões do sul do País carentes de energia elétrica e que não possam ser atendidas por energia hidroelétrica.

Mudança na política internacional brasileira

A utilização do petróleo como arma política não deve afetar o Brasil em caso de um novo embargo petrolífero.

O Brasil não está envolvido na trama do jogo político do Oriente Médio, na bipolaridade do poder mundial, nem sua atitude é hostil a qualquer dos blocos.

Recentemente, seguindo uma tendência observada nos países da Europa Ocidental e no Japão, o Brasil tornou pública uma mudança sutil de sua tradicional política com relação ao conflito árabe-israelense.

Esta mudança de atitude justifica-se pelos interesses do Brasil no mundo árabe, onde a *Braspetro* já opera em quase todos os países e pela necessidade de garantir o abastecimento e de procurar uma melhor barganha de preço.

Deve-se procurar incentivar o aproveitamento do álcool para mistura com a gasolina, o que trará como consequência imediata a necessidade do aumento da produção da cana de açúcar e, também, de refinarias produtoras de álcool. Isto, no entanto, constitui aspecto polêmico em face da exportação do álcool e do açúcar, cujos preços no mercado internacional vêm ascendendo sistematicamente.

É urgente a necessidade de acelerar os estudos para a instalação de usinas atômicas nas regiões que necessitem de suprimento adicional de energia elétrica e que não possam ser atendidas pelas usinas hidroelétricas existentes ou planejadas.

É essencial a conversão das usinas termoelétricas existentes à base de óleo para utilização do carvão vapor.

Ademais, deve-se procurar instalar termoelétricas a carvão nas regiões do sul do País carentes de energia elétrica e que não possam ser atendidas por energia hidroelétrica.

Mudança na política internacional brasileira

A utilização do petróleo como arma política não deve afetar o Brasil em caso de um novo embargo petrolífero.

O Brasil não está envolvido na trama do jogo político do Oriente Médio, na bipolaridade do poder mundial, nem sua atitude é hostil a qualquer dos blocos.

Recentemente, seguindo uma tendência observada nos países da Europa Ocidental e no Japão, o Brasil tornou pública uma mudança sutil de sua tradicional política com relação ao conflito árabe-israelense.

Esta mudança de atitude justifica-se pelos interesses do Brasil no mundo árabe, onde a *Braspetro* já opera em quase todos os países e pela necessidade de garantir o abastecimento e de procurar uma melhor barganha de preço.

Investimentos árabes no Brasil

A manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico do Brasil exige um fluxo de capitais estrangeiros capaz de assegurar a execução dos programas de infra-estrutura.

Até agora os principais fornecedores de recursos têm sido os países industrializados e as agências internacionais de desenvolvimento.

A contingência atual poderá conduzir para a necessidade de investimentos árabes no financiamento de projetos específicos em áreas carentes de recursos.

Os árabes, também, poderiam fazer parte de um banco internacional em associação com capitais brasileiros, o qual financiaria projetos indicados pelo governo.

Na iniciativa privada, os árabes encontrariam na indústria e em outros campos, uma imensa possibilidade para aplicação de seus capitais excedentes.

ASSINE

"A DEFESA NACIONAL"

Alguns Aspectos da Ação do Estado na Ordem Econômica *

SEVERO GOMES

Ministro da Indústria e do Comércio

I

O processo de industrialização requer, fundamentalmente, além das pré-condições históricas, políticas e sociais, a conjugação de dois fatores: capital e técnica.

Nos tempos passados, quando se forjou a base da estrutura industrial dos países hoje desenvolvidos, os horizontes e dimensões da atividade industrial eram compatíveis com iniciativas e esforços de pequena amplitude, até mesmo a nível de indivíduos ou famílias, tanto na mobilização de recursos quanto no conhecimento tecnológico.

O processo de agregação e acumulação para enfrentar empreendimentos de maior vulto foi lento e gradual.

Aos poucos, no entanto, foi-se alargando o distanciamento entre aqueles países e os outros que, por motivos históricos ou políticos, não se puderam beneficiar desse processo.

Esse distanciamento, que assumiu escala crescente com o desenvolvimento tecnológico gerado no último conflito mundial, a par de outras razões, tornou impossível, para os países retardatários, repetir o modelo seguido pelos industrializados.

(*) Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, no ano letivo de 1978.

As etapas iniciais do esforço de industrialização passaram a exigir empreendimentos com dimensões cada vez maiores, ao alcance apenas de instituições mais fortes, fossem elas públicas ou privadas.

A escassez de capitais e de técnica, tão característica das economias não industrializadas, torna sua mobilização muito mais penosa, ou até mesmo impossível, pelas instituições privadas nacionais.

Aí está uma das mais fortes razões para a participação do Estado no processo de industrialização dos países retardatários.

Assim tem ocorrido no Brasil.

Vejamos como exemplo o caso da siderurgia.

Os primeiros registros históricos sobre o aproveitamento do ferro em nosso País falam de iniciativas no âmbito individual, porque bastante remotas e anteriores mesmo à iniciação siderúrgica na América do Norte e no Japão.

Em 1578, Afonso Sardinha Filho iniciou, em Sorocaba, com duas forjas catalãs, a primeira indústria de ferro no Brasil.

Iniciativas como essas, surgidas posteriormente, embora incipientes, poderiam contudo ter prosperado, no sentido da acumulação de capital e de conhecimentos técnicos, não fosse a política inibidora da Metrópole em relação ao desenvolvimento de atividades de indústria na Colônia, que culminou, em 1785, com a ordem de destruição de todos os fornos existentes no Brasil.

Só no início do Século seguinte, com a vinda da família real, é que se renovaram as esperanças — frustradas, por sinal — de crescimento industrial do País.

O primeiro ato de D. João VI, ao desembarcar no Brasil, foi a abertura dos portos às nações amigas. Não por suges-

tão do Visconde de Cayru, mas por imposição do Embaixador Inglês, Lord Strangford, na véspera da partida de Lisboa, já cercada pelas tropas francesas.

Transferiam-se, assim, diretamente para o Brasil, todas as desvantagens estabelecidas nos tratados de comércio com a Inglaterra, e que até aquela época tinham paralisado o desenvolvimento econômico do Império Português.

Em 1812, o Barão Eschwege obtém, pela primeira vez, em Congonhas do Campo, uma corrida de ferro líquido. Logo em seguida, em 1814, o Intendente Câmara, utilizando carvão vegetal, inaugurou a produção de gusa em alto-forno, façanha repetida por Varnhagen em 1818, em Ipanema.

Mas o esforço pioneiro destes homens não encontrou terreno fértil.

E do mercantilismo de Methuem ao liberalismo do Século XIX, só fez piorar a impotência nacional no trato com as nações emergentes para o capitalismo moderno.

Foi assim que o Brasil, em nome do liberalismo econômico, abriu, não apenas os portos, mas a potencialidade de seu mercado interno à penetração de produtos estrangeiros, sobretudo os manufaturados ingleses, frustrando o surto de industrialização que poderia ter prosperado com a transferência da corte portuguesa.

Sobre o assunto, assim se expressa Roberto Simonsen:

"A quase totalidade de nossas tarifas, durante o Século XIX, teve caráter acentuadamente fiscal. Nunca tivemos um Governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os Governos Norte-Americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista".

A falta de atuação firme e consciente do Estado, orientada no sentido de acompanhar, no momento histórico oportuno, os novos rumos apontados pela revolução industrial

operada na Inglaterra, foi fatal para o processo de desenvolvimento. A atitude brasileira provinha de uma falta de consciência nacional e de um conceito político que amalgamasse o Estado nascente e os regionalismos seculares, ricos de tradições emancipadoras, na construção do destino comum.

Ao contrário do que ocorreu em outras partes do mundo — como na América do Norte e no Japão — nossa economia voltou-se para fora. Os recursos nacionais encaminharam-se principalmente para a lavoura do café, enquanto o comércio, com crescente participação estrangeira, se estruturava para a exportação de produtos primários e a importação de manufaturas européias.

A inibição da atividade industrial se estendeu por muito tempo, mesmo depois de alcançada a independência política. Tem-se notícia de que, nas duas décadas que vão de 1822 a 1841, foram fundadas apenas 14 fábricas e duas sociedades anônimas nacionais.

Já nos Estados Unidos, desde 1791, o protecionismo ganhava expressão com o "Report on Manufactures, de Alexander Hamilton, alargando-se por volta de 1812 com o conceito de "Defesa da Indústria Nascente" e, pouco mais tarde, com o argumento de que a indústria deveria assegurar as bases para a transformação de matérias-primas nacionais. De acordo com o recenseamento americano de 1810, existiam na época nada menos de 153 altos-fornos.

E no Japão, só em 1857, quarenta anos portanto depois do Brasil, é que se punha em marcha o primeiro alto-forno a carvão vegetal, junto às minas de Kamaishi.

Essas minas passam às mãos do Estado em 1873, iniciando-se pouco depois a construção da usina estatal de Kamaishi, próxima ao porto, para o abastecimento de gusa a Nagasaki, contando com dois altos-fornos de 25 toneladas cada um, importados da Inglaterra.

Pouco antes, em 1871, havia sido fundado pelo Governo o "Technical College", onde o ensino da metalurgia em larga escala difundiu-se, promovendo o aparecimento de considerável literatura sobre o papel estratégico da indústria siderúrgica no desenvolvimento da moderna civilização. Num desses trabalhos, Takahira Konda defendia, em 1875, ser dever do Estado promover o progresso da siderurgia, no interesse da economia japonesa.

Começou a prosperar, então, a idéia de um novo empreendimento integrado estatal, à base de coque, culminando com a implantação da usina de Yawata, que iniciou operações em 1901.

Depois de um período inicial de dificuldades, a usina firmou-se, estabelecendo sólida base tecnológica, que permitiu atingir, em sucessivas expansões, a capacidade produtiva de 200.000 t/ano antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O sucesso do empreendimento estimulou a instalação de diversas usinas privadas não-integradas, que vieram a receber apoio técnico da unidade estatal.

A recessão que adveio à Primeira Guerra Mundial levou a uma profunda reorganização do setor siderúrgico japonês. Em 1934, foi aprovada a Lei de criação da Japan Iron & Steel Co. Ltd., que incorporou a Yawata e mais seis produtores privados. Abriu-se nova fase de progresso para o setor, já então orientado para fins militares.

A produção de aço no Japão chegou a atingir 7,6 milhões de toneladas em 1943, ano crítico da Segunda Guerra Mundial, cujo desfecho levou à privatização do setor, em decorrência das imposições do Tratado de Paz.

No Brasil, a consciência da imperiosa necessidade do desenvolvimento siderúrgico foi uma das importantes consequências da Primeira Grande Guerra. No início dos anos vinte, o Governo decide-se a fazer várias concessões com aquele objetivo.

Apesar disso, e a despeito do surgimento da Belgo Mineira em 1921, o País chega à década seguinte sem contar com a produção de aço condizente com suas necessidades de industrialização.

Tanto que, em 1931, em discurso pronunciado em Belo Horizonte, Getúlio Vargas afirmava: "O problema máximo, pode dizer-se básico, de nossa economia, é o siderúrgico".

A partir de então, três correntes principais se formaram em torno da idéia de uma nova usina. Uma, partidária da participação alemã, outra, preferindo os americanos, havendo ainda os que defendiam o controle em mãos nacionais.

Em 1939, finalmente, o Governo decidiu-se pela solução americana, sob responsabilidade da U.S. Steel. Mas logo no ano seguinte, essa empresa manifestava seu desinteresse, não obstante a insistência do Governo brasileiro e do próprio Departamento de Estado americano, em nome da "política de boa vizinhança".

A essa altura, já deflagrado o conflito mundial, era inviável a alternativa alemã, restando apenas a possibilidade de construção da usina sob iniciativa nacional.

Criada a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, o capital privado não teve condições de assumir a posição majoritária, tornando-se a empresa de propriedade e direção governamentais.

A indústria do aço encontra-se na base do desenvolvimento material das nações. No Brasil, como em outros países, vem cabendo ao Estado construir essa base.

O avanço tecnológico, entretanto, veio ampliar o elenco de setores — antes restrito à siderurgia — sobre o qual se assenta o processo de industrialização do mundo moderno.

II

A economia oferece um quadro de alternativas. Todas elas presa de sua lógica essencial, que é o desenvolvimento

econômico e a realização do lucro. As escolhas, no entanto, devem surgir de decisões políticas, expressão do consenso que se forma pela harmonização das diferentes lógicas, originárias de situações concretas dos grupos sociais, e somente possível pela adequação dos interesses privados ao interesse nacional.

Nas economias de mercado, os conflitos mais acirrados nascem da tendência de se conferir primazia à lógica do Mercado — que se internacionaliza crescentemente — sobre os valores que fundamentam a própria existência da Nação. Essa tendência só pode ser contraposta pelo exercício da cidadania, pela afirmação da Razão Política que impeça o predomínio da racionalidade linear da economia das empresas públicas ou privadas nas decisões políticas. A inexistência de tal confronto tende a levar a Nação à mera condição de mercado, com consequências diretas sobre o exercício do próprio *Poder Nacional*.

A dissociação, hoje tão aparente, entre a empresa e o desenvolvimento político, provém do não ajustamento da racionalidade econômica ao nível político das decisões. A grande preocupação nacional não deveria ser a de como preencher os chamados vazios da economia, mas a perigosa ocupação do espaço político pela racionalidade econômica.

Na verdade, a busca do equilíbrio, num quadro de crescente complexidade da vida atual, e sobretudo nas condições tão peculiares das economias em processo de desenvolvimento, exige uma presença cada vez maior do Estado como agente responsável pela disciplina, pela orientação e pelo estímulo da atividade produtiva.

No Brasil, os padrões históricos de liberdade econômica têm provocado uma indesejável concentração de benefícios, seja em termos sociais, setoriais ou regionais.

Sob o primeiro aspecto, a liberdade econômica tem privilegiado os segmentos da sociedade que se encontram capacitados — cultural, social ou economicamente — a exercer com maior plenitude o poder de reivindicação. E o exercício

de tal poder, na medida em que não esteja contrabalançado por capacidade reivindicatória de outros grupos sociais, age no sentido de gerar decisões em favor de suas posições e interesses, num processo de concentração crescente da renda produzida por todos.

A intervenção do Estado ao estabelecer e zelar pela aplicação das Leis Trabalhistas, particularmente no que se refere aos níveis mínimos de salário, mostra com clareza a necessidade da ação limitadora da liberdade econômica e impositiva de regras reguladoras no confronto de forças desiguais.

O mesmo liberalismo pode levar, também, a uma concentração de rendas por setores, na medida em que alguns deles revelem capacidade de se sobrepôr a outros, dentro das regras do jogo econômico. Tal situação de prevalência tem privilegiado, por exemplo, o setor financeiro, provocando distorções que tendem a alimentar o processo concentrador.

Difícilmente se poderia, portanto, imaginar a ausência de intervenção da ação do Estado na área financeira, já que a moeda ultrapassa seu papel histórico de meio de pagamento ou reserva de valor, para se constituir em instrumento vital na condução do processo de desenvolvimento.

Cumprе referir, ainda, à intervenção do Estado no sentido de reduzir os desequilíbrios regionais, numa política de descentralização de rendas. E essa ação tem-se feito presente, no Brasil, com a utilização dos mecanismos de incentivos fiscais, tais como a SUDENE e SUDAM, que proporcionam recursos desviados do Imposto de Renda para aplicação em áreas onde as forças de mercado são insuficientes para atrair capitais e gerar empregos. Tais recursos, da mesma forma que os incentivos setoriais para desenvolvimento da Pesca, do Turismo e do Reflorestamento, provocam, paradoxalmente, um processo concentrador de rendas, em contraposição com outros objetivos da ação governamental. A meta de ampliação dos investimentos, estimulada por essa política tende, por-

tanto, a ampliar os desequilíbrios sociais, exigindo estratégias compensatórias para a correção das desigualdades.

Um outro aspecto da intervenção governamental diz respeito ao uso de recursos naturais e à preservação do meio ambiente. As grandes mutações que a atividade econômica vem experimentando nos tempos modernos tem encorajado atitudes predatórias em relação à Natureza. Graves, quando se trata de recursos não renováveis e graves porque a reconstituição do meio ambiente exige novos sacrifícios da sociedade como um todo, e se insere num longo e custoso processo, nem sempre ao alcance dos países mais carentes.

Tal ação predatória é fenômeno originado da demanda crescente de bens e serviços a baixo custo. É, pois, uma atitude racional, a nível micro-econômico, a despeito de levar ao alargamento das divergências entre o interesse privado imediato e o interesse coletivo mais duradouro. Nessa área, portanto, a ação reguladora do Estado é inevitável, quer estabelecendo normas industriais, quer aplicando políticas de desincentivos que penalizem práticas atentatórias contra o meio ambiente e os recursos naturais.

Não se pode deixar sem menção, finalmente, o papel do Estado em defesa do consumidor e na repressão ao abuso do poder econômico, assumindo funções de estabelecer normas técnicas e de conduta, e de zelar pelo seu cumprimento, que seria impraticável ou impossível deixar a cargo dos agentes econômicos.

Contrariamente à miopia do enfoque restritivo, de mero cerceamento da liberdade, a ação reguladora do Estado no domínio econômico deve ser antes encarada como meio de defesa e proteção, a nível de indivíduo, de classes, de setores ou de regiões, e que, embora reconhecendo desigualdades, procure ajustá-las no grau necessário ao convívio harmônico da sociedade como um todo.

A figura do Estado, como tal, já se encontra incorporada aos sistemas políticos do ocidente. Obedecidas as características de cada País. Considerados os diferentes estágios de desenvolvimento de cada nação.

III

A participação direta do Estado brasileiro na atividade econômica, assumindo a função do empresário, não resultou de uma diretriz global, de motivação política ou conteúdo ideológico.

Muito ao contrário, tem ela surgido de circunstâncias específicas, por vezes até fortuitas ou impositivas, objetivando, com frequência, complementar ou suplementar a iniciativa do setor privado.

O parque ferroviário, por exemplo, implantado e explorado por empresas estrangeiras no século passado sob regime de remuneração mínima garantida, teve seu processo de encampação iniciado em 1901. A contratação de um grande empréstimo no exterior, objetivou, pela transferência de propriedade, aliviar o pesado ônus de se pagar tal remuneração, numa época de grave situação financeira e cambial.

No setor de eletricidade, os pesados investimentos governamentais aplicados a partir da década dos cinquenta, visaram, antes de tudo, a garantir o suprimento energético vital ao surto de desenvolvimento então verificado, sobretudo no campo industrial.

Quanto à área das comunicações, em paralelo com razões de segurança e de melhoria e expansão dos serviços, cabe lembrar também o fato de se terem findado os prazos de concessão de diversas companhias estrangeiras.

A estatização de empresas de navegação nacionais e estrangeiras obedeceu aos interesses de segurança nacional à

época da Segunda Grande Guerra, concorrendo também para isso o relativo insucesso do transporte marítimo e fluvial explorado pela iniciativa privada.

Nos casos da Companhia Vale do Rio Doce e PETROBRAS, todavia, deve ser reconhecida uma forte motivação nacionalista, pesando, também, para o petróleo, a preocupação governamental com a segurança de suprimento daquele recurso estratégico.

Mas, o que importa investigar, a essa altura, é se o grau de participação das empresas estatais, na produção de bens e serviços, estaria realmente atingindo níveis que possam ameaçar a posição do setor privado.

Para isso nos valem o trabalho de autoria do Professor Dércio Garcia, da Universidade de Brasília. Esse trabalho tomou por base as informações tradicionalmente divulgadas pela Revista *Visão*, sob o título de *Quem é Quem na Economia Brasileira*, relativas ao ano de 1974, envolvendo as 5.113 maiores empresas operando no País, não computadas as sociedades limitadas, nem o setor financeiro. Utilizou também o Relatório de Pesquisa n.º 29, editado pelo IPEA, sobre *Empresas Multinacionais da Indústria Brasileira*, considerando uma amostra de 318 grandes empresas industriais, no ano de 1972.

A consideração desses dados requer, entretanto, certa cautela, tendo em vista a diferença de critérios que, em face dos elementos disponíveis, foram adotados para a elaboração dos quadros a seguir apresentados. Assim, por exemplo, a estratificação dos diferentes aspectos objeto dos comentários nem sempre compreendem os mesmos universos.

QUEM CONTROLA AS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS

O Quadro I mostra a distribuição das 5.000 maiores empresas brasileiras, segundo o controle de seu capital.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DAS 5.000 MAIORES EMPRESAS, SEGUNDO
O CONTROLE ACIONÁRIO — 1974

Controle	N.º de Empresas
Empresas Governamentais	246
Empresas Estrangeiras	541
Empresas Nacionais Privadas	4.326
TOTAL	5.113

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira — Visão — 31-08-75.

Três observações principais cabem sobre o Quadro acima.

A primeira, é de que a distribuição mostrada leva em conta apenas o controle através do capital social. Sabemos perfeitamente que o controle de uma empresa pode ser exercido mesmo com participação acionária inferior a 50%. Isso ocorre com mais freqüência, por exemplo, quando um dos grupos componentes do quadro social tem o domínio da tecnologia utilizada pela empresa.

Sendo o conhecimento tecnológico uma das razões mais alegadas para estimular a entrada de capitais externos em nossa economia, não é difícil imaginar que o controle estrangeiro, mesmo que em participação minoritária, é efetivamente maior do que o sugerido pelo Quadro em exame.

A segunda observação refere-se ao fato de não integrarem o Grupo das 5.113 empresas em questão, de um modo geral, aquelas constituídas sob a forma de sociedades limitadas, por estarem desobrigadas de divulgar balanços e demonstrativos de lucros e perdas. Foram computadas, porém, algumas dessas empresas, por terem enviado seus balanços à Revista *Visão*. Sabe-se que um número expressivo das corporações que tem participação importante na economia do País são sociedades limitadas e, portanto, privadas, sobretudo aquelas situadas nos escalões mais elevados dos grupos empresariais, como é o caso das *holdings*.

A inclusão completa dessas sociedades, em consequência, reforçaria de maneira significativa a participação relativa do setor privado, particularmente o estrangeiro, no elenco das maiores empresas que operam no País.

A última observação é sobre as esferas de Governo a que pertencem as empresas estatais.

O Quadro II é bastante elucidativo a respeito, mostrando que, das 246 maiores empresas do Poder Público, apenas 105 são federais, o que não significa dizer, por sinal, que todas têm raio de ação em todo o território nacional.

QUADRO II

DISCRIMINAÇÃO DAS 246 MAIORES EMPRESAS ESTATAIS, SEGUNDO A ESFERA DE CONTROLE — 1974

Empresas	Quantidade
Federais	105
Estaduais	119
Municipais	22
TOTAL	246

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira — Visão — 31-08-75.

Setores onde atuam as maiores empresas estatais

Ainda que constituindo um grupo reduzido, inferior a 5% das 5.113 corporações de maior envergadura no quadro empresarial do País, as empresas estatais poderiam estar atuando e/ou dominando setores e ramos de atividades, ameaçando a posição típica da iniciativa privada numa economia de mercado como a nossa. O exame cuidadoso desse importante aspecto da questão, entretanto, não confirma as asserções que possam ser feitas nesse sentido.

O Quadro III apresenta a discriminação setorial dessas empresas, segundo a esfera de Governo a que pertencem.

QUADRO III

EMPRESAS GOVERNAMENTAIS: ONDE ATUAM E QUEM
CONTROLA — 1974

Discriminação	Federal	Estadual	Municipal	Total
1. Mineração (e pelotização)	8	1	0	9
2. Ind. de Transformação	31	3	0	34
3. Agricultura/Silvicultura	2	0	0	2
4. Engenharia, Desenvolvimento Urbano e Rodoviário, etc.	3	3	0	6
5. Serviço Público/Utilidade Pública	54	100	18	172
6. Comércio	1	2	0	3
7. Prestação de Serviços	6	10	4	20
TOTAL	105	119	22	246

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira — Visão — 31-08-75.

Verifica-se, então, que das 246 maiores empresas governamentais, nada menos de 70% (172 empresas) atuam na área de infra-estrutura — serviços públicos ou de utilidade pública — como sejam energia elétrica, telecomunicações, transportes, água, esgotos, saneamento, armazenagem, centrais de abastecimento, habitação popular, etc.

Nos 30% restantes, a concentração maior é no grupo de transformação, com 34 empresas, onde, além das áreas de monopólio (petróleo) e de manifesto desinteresse histórico da iniciativa privada (siderurgia), o Estado exerceu importante função catalítica no desenvolvimento da petroquímica, responsabilizando-se pelas centrais de serviços e de matérias-primas e abrindo à participação privada, inclusive estrangeira, as unidades *dow stream*.

Entre as demais, existem empresas *holdings*, outras que nada mais são, na verdade, do que a mera transformação jurídica de órgãos públicos — com objetivos de racionalização administrativa ou até mesmo de facilitar a obtenção de créditos externos — e ainda empresas de caráter promocio-

nal da própria iniciativa privada, como ocorre no setor de turismo.

Vale notar, por fim, que a participação do Estado no rol das 100 maiores empresas — com exceção da área de serviços públicos — vem-se mantendo praticamente estática desde 1968, como indicado no Quadro IV.

QUADRO IV

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS 100 MAIORES EMPRESAS — 1968/1974

Setores	1968	1971	1974
1. Mineração	1	1	1
2. Transformação (Petróleo, Siderurgia, Petroquímica)	7	8	7
3. Engenharia/Construção	0	2	1
4. Serviços Públicos	29	34	34
5. Prestação de Serviços	0	0	2
TOTAL	37	45	45

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira — Visão — 31-08-75.

O grau de amplitude das empresas governamentais

Já verificamos que o Estado-empresário detém apenas um número relativamente pequeno de empresas, concentradas num Grupo restrito de setores, ou seja, basicamente serviços públicos, mineração/pelotização, siderurgia e petróleo/petroquímica.

Mas se poderia presumir que, através de uma concentração em entidades de grande porte, o Estado conseguisse exercer um domínio muito amplo da atividade econômica.

Ainda assim, não é o que mostram os dados disponíveis. Vejamos a distribuição percentual do faturamento dos três grupos de empresas consideradas, no elenco das 200 maiores.

QUADRO V

DISTRIBUIÇÃO, POR GRUPOS, DO FATURAMENTO
DAS 200 MAIORES EMPRESAS EM 1974

Em Percentagem

GRUPO	Todos os Setores	Exclusive Serviços Públicos	Exclusive Serv. Públicos e Petrobrás
1. Empresas Estrangeiras	41,6	46,8	57,6
2. Empresas Governamentais	35,3	27,2	10,4
3. Empresas Nacionais e Privadas	23,1	26,0	32,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira — Visão — 31.08.75

O Quadro V fala por si só. Retiradas as áreas de monopólio e de serviços públicos, o faturamento das empresas governamentais, que integram o grupo das 200 maiores corporações existentes no País, cai de 35,3% para apenas 10,4%, enquanto o das estrangeiras se eleva de 41,6% para 57,6% e o das nacionais passa de 23,1% para 32,0%.

Um quadro muito parecido se apresenta quando limitamos o exame ao setor industrial, que se selecionou por concentrar os investimentos estrangeiros em uma proporção que se estima seja de cerca de 80%. Para este, são disponíveis, além de indicadores de faturamento, dados relativos ao ativo fixo, patrimônio líquido e nível de empregos, relativos a 318 grandes empresas, no ano de 1972.

Chegou-se a essa amostra de 318 unidades verificando-se, em relação aos três aludidos aspectos, individualmente considerados, as dez maiores empresas em cada um dos 23 setores da classificação de indústria de transformação adotada pelo IBGE.

Nessas condições, embora não se conheça o nível da participação das empresas selecionadas no total de cada setor, pode-se admitir que da conjugação dos valores relativos às 10 maiores, segundo seu patrimônio, faturamento e capital, haja resultado uma imagem satisfatória do que ocorre dentro dos setores, no que concerne à participação estatal e privada, como refletido no Quadro VI.

QUADRO VI

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE INDICADORES ECONÔMICOS DE 318 GRANDES EMPRESAS INDUSTRIAIS EM 1972

GRUPO	Em Percentagem			
	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Emprego	Faturamento
Empresas Estrangeiras	40,3	40,4	51,1	55,3
Empresas Privadas Nacionais	24,5	24,2	35,5	24,0
Empresas Governamentais	35,2	35,4	13,4	20,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: Doellinger e Cavalcanti — Empresas Multinacionais no Brasil — IPEA — 1975

Fica bem claro, pelo exame do Quadro VI, que a relação capital/produto é muito menos favorável no caso dos empreendimentos governamentais. Em outras palavras, os projetos industriais assumidos pelo Poder Público são os que exigem, em conjunto, esforço mais penoso de investimento, por apresentarem prazos mais longos de retorno. De fato, enquanto as empresas estatais, com a terça parte (35%) do Ativo Fixo ou Patrimônio Líquido do grupo estudado, chegam apenas a 20% do faturamento total, as estrangeiras, por exemplo, com Ativo Fixo ou Patrimônio Líquido ligeiramente maior — da ordem de 40% — alcançam um faturamento de 55% do total, ou seja, superior a duas vezes e meia o das estatais.

É interessante assinalar, finalmente, o grau de participação exercido pelas empresas estudadas sobre os respectivos setores de atividade, em termos de faturamento. No grupo das 318 empresas industriais em questão, as estrangeiras respondiam por mais de 90% do faturamento de três setores — Fumo, Materiais de Transporte e Farmacêutico; acima de 70% em Aparelhos Elétricos e de Telecomunicações, Mecânico e Plástico; e mais de 50% em Minerais Não-Metálicos, Alimentos e Química.

As empresas nacionais privadas participavam com mais da metade do faturamento de oito setores: Madeira e Artefatos, Papel e Papelão, Mobiliário, Perfumaria, Têxtil, Vestuário, Bebidas e Editorial.

Enquanto isso, as empresas estatais ocupavam a dianteira em apenas 3 setores — Mineração, Metalurgia e Petróleo e seus derivados — aparecendo ainda de forma pouco significativa na Indústria Química, e simplesmente não figurando em nenhum outro setor industrial, como se vê no Quadro VII.

QUADRO VII

NÚMERO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO RESPECTIVO FATURAMENTO, POR SETORES 1972

CONTROLE/SETOR	EMPRESAS					
	Governa- mentais		Nacionais Privadas		Estrangeiras	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%

I — Controle Estatal

1. Mineração	(1)	75	(4)	9	(8)	16
2. Metalurgia	(4)	53	(5)	21	(4)	26
3. Petróleo e Derivados ..	(2)	50	(5)	9	(4)	4

II — Controle Privado Nacional

4. Mobiliário	—	—	(13)	100	—	—
5. Editorial	—	—	(15)	99	(1)	1
6. Perfumaria	—	—	(11)	97	(3)	3
7. Bebidas	—	—	(9)	85	(5)	15
8. Madeiras e Artefatos ..	—	—	(11)	82	(4)	18
9. Papel e Papelão	—	—	(9)	63	(5)	37
10. Têxtil	—	—	(10)	62	(6)	38
11. Vestuário	—	—	(9)	50	(4)	50

III — Controle Estrangeiro

12.	Fumo	—	—	(3)	...	(5)	100
13.	Material de Transporte	—	—	(3)	4	(11)	97
14.	Farmacêutico	—	—	(3)	7	(14)	93
15.	Apar. Elétrc/Comunic.	—	—	(4)	24	(12)	78
16.	Mecânica	—	—	(3)	25	(8)	75
17.	Plásticos	—	—	(5)	30	(7)	70
18.	Borracha	—	—	(13)	34	(4)	66
19.	Minerais Não-Metálicos	—	—	(7)	40	(7)	60
20.	Alimentos	—	—	(7)	46	(8)	54
21.	Química	(1)	13	(6)	36	(7)	51
22.	Diversos	—	—	(22)	34	(6)	66
TOTAL DOS SETORES		(8)	21	(177)	24	(133)	55

FONTE: Doellinger e Cavalcanti — Empresas Multinacionais no Brasil — IPEA — 1975

Os dados aqui revelados não confirmam a tese da estatização da economia, apontando, isto sim, em outro sentido: o da desnacionalização. De fato, na amostra de 318 grandes empresas industriais, mais de 55% do faturamento, em 1972, foi obtido por empresas estrangeiras, com predominância em setores de tamanha relevância, como sejam os de Material de Transporte, Farmacêutico, Comunicações, Mecânica e Química. Até num ramo tradicional, como a indústria do Vestuário, as empresas estrangeiras aparecem com praticamente a metade (49,7%) do faturamento.

Tal situação já causa clara apreensão até mesmo ao Departamento de Estado Americano, como se vê nas palavras do Secretário-Assistente Joseph Grunwald, transcritas há poucas semanas na imprensa:

"...a recessão mundial está determinando um perigoso processo de desnacionalização da economia brasileira, como também da América Latina; de forma geral, o Governo Brasileiro tem-se despreocupado com o estabelecimento de regras do jogo que controlem a proporção dos investimentos e as atividades das empresas multinacionais no País".

O mesmo fenômeno foi claramente reconhecido pelos autores do chamado *Relatório Church*, divulgado em agosto de 1975, pelo Senado Americano:

"A alta penetração de investimentos estrangeiros na economia brasileira e sua concentração em setores-chave da economia ocasionou significativa desnacionalização industrial".

Empresas estatais e empresas privadas nacionais : conflito ou comunhão de interesses ?

A empresa estatal não tem a mesma racionalidade da empresa privada.

Nesta, a motivação do lucro pode até colocá-la em confronto com os interesses e conveniências da sociedade.

Naquela, convivem objetivos inerentes à estrutura e à filosofia de empresa, ao lado de propósitos mais amplos, que servem mais à comunidade do que a ela própria.

Exemplo disso pode ser retirado da PETROBRAS, no esforço que vem fazendo há muito tempo para estimular a indústria interna de equipamentos. A orientação decidida de maximizar a colocação de encomendas na indústria de bens

de capital do País, ainda que a preços menos favoráveis e riscos adicionais de qualidade, desempenho, assistência técnica e prazos de entrega, certamente não se conforma ao comportamento usual de empresa.

E, para esse mesmo tipo de atitude, estão sendo convocadas pelo atual Governo, dentro de um esquema orgânico, todas as demais empresas estatais com volumes de compra de equipamentos significativos. O esquema concebido vai além da simples transação comercial, buscando ainda promover tempestivamente o desenvolvimento interno do *engineering* correspondente. Assim está sendo conduzido o chamado Estágio III de expansão das usinas siderúrgicas governamentais. Neste caso, o esforço desenvolvido está elevando o índice de nacionalização dos equipamentos para 65%, em valor, em comparação com o Estágio II, em curso, onde o mesmo índice ficou em torno de 25%.

Eis aí um caso em que as corporações estatais se colocam acima de uma linha de conduta exclusivamente empresarial, beneficiando não só o parque fabricante de equipamentos, como, principalmente, todas as empresas que a ele se interliguem.

É de ressaltar, por outro lado, que a concentração de empresas do Estado, como já vimos anteriormente, ocorre em infra-estrutura, serviços públicos e setores industriais básicos, estes últimos, como a siderurgia, geralmente fora do alcance do empresário nacional, pelo vulto dos investimentos exigidos, elevado nível tecnológico, longo prazo de maturação e baixa rentabilidade.

Observa-se, em conclusão, que, no balanço geral, a atuação das empresas estatais se alinha muito mais ao lado dos interesses da empresa privada nacional do que na geração de áreas de atrito.

Deve-se reconhecer, porém, a bem da verdade, que em certos casos ocorre a superposição de áreas de abrangência de empresas estatais e privadas.

Este conflito de interesses, afora algumas ocorrências específicas e, até mesmo acidentais, concentra-se principalmente na área financeira. Convém lembrar, antes de mais nada, que numa economia de mercado como a nossa, ao lado dos incentivos fiscais, está na ordenação do crédito o outro poderoso instrumento de política econômica com que conta o Governo para estimular atividades prioritárias, setores descapitalizados ou regiões atrasadas.

Ora, o sistema financeiro privado tem sua racionalidade própria e imperiosa: em primeiro lugar, manter uma saudável liquidez e, em segundo, realizar lucros.

O abandono irresponsável dos cuidados com a liquidez tem sido a causa de grandes desastres bancários, com todas as suas conseqüências negativas. Natural, portanto, que o sistema privado se aproxime de forma privilegiada dos setores ou empresas que exercitem simétricas qualidades de liquidez e rentabilidade, sob pena de perigoso contágio.

Não deve, pois, o Estado desejar a expansão imoderada do sistema financeiro privado nas áreas de maior risco, muitas delas do mais alto interesse nacional, como a agricultura, ou extensa faixa das pequenas e médias empresas.

São estas circunstâncias que determinam a expansão do crédito oferecido pelos Bancos Estatais. Acidentalmente, confrontam o interesse da rede privada mas, de forma permanente, estão fortalecendo centenas de milhares de empresas, principalmente as nacionais pequenas e médias, na agricultura, na indústria e no comércio.

Cada nova geração reescreve a História, de acordo com a sua atualidade. Destrói mitos conservados, às vezes, por séculos. Cria, também, novas ilusões. Entre esses limites há um trabalho, físico ou intelectual, que deles se avizinha, sem perder de vista o passado, nem as aspirações de uma comunidade de interesses dentro da sociedade e da natureza.

A História é um cemitério de civilizações e de modelos de exploração econômica. É, também, a história da perenni-

dade da civilização, no seu sentido de alçar a raça humana além da miséria, da opressão ou do obscurantismo, para uma dignidade sem qualificativo, que vem das origens greco-cristãs, acalentando o desejo de conhecer, a vontade de fazer e de servir às formas sempre renovadas do ideal.

Os problemas da sociedade, da sua organização política, das atividades culturais ou econômicas, podem, muitas vezes, ser tratados fora da visão histórica ou sem o desejo de construir um destino, nunca porém nas épocas de grandes mudanças, como as que se vislumbram para as últimas décadas deste Século.

A afirmação da nacionalidade é a forma para alcançar-se a universalidade. Não pela reprodução de modelos esgotados, mas pela recriação da realidade, pelo pensamento novo, capaz de interpretar os anseios de uma sociedade que ambicione a duração no tempo, a prosperidade, a paz, e sobretudo o Poder para assegurá-las.

O Brasil escolheu a economia de mercado como o sistema para alcançar o bem-estar coletivo. O jogo das forças do mercado deve exprimir as necessidades do povo e permitir uma competição que possa satisfazê-las nas melhores condições. Presume, também, uma organização política que resolva os antagonismos, sempre emergentes na disputa pela participação nos frutos do trabalho, ou no aparecimento de uma concentração econômica que se sobreponha à concorrência. Uma organização que também permita alcançar aqueles objetivos que escapam à racionalidade da livre empresa, como a preservação do meio ambiente, o uso adequado dos recursos naturais ou a própria segurança nacional.

É dentro desse quadro de referência, gerador de um conceito político nacional, que se deve buscar o limite, a forma e o sentido da ação do Estado na vida econômica do País.

Cabodifusão e Educação:

Perspectivas no Brasil e no Mundo

Cel R-1 Eng Com

JOSÉ MARIA NOGUEIRA RAMOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história das comunicações de massa mostra-nos que estamos na alvorada de uma nova era, no limiar dos tempos modernos do audiovisual. A televisão por cabo, teledistribuição, cabodifusão ou simplesmente cabo não é somente um meio para melhorar as condições de recepção e captar um maior número de programas mas é sobretudo um meio de comunicação de grupos sociais nos planos local, regional e nacional. A cabodifusão existe tão-somente nos países ricos, entre os quais Estados Unidos e Canadá oferecem a prefiguração do que ela poderá vir a ser no futuro.

A televisão que conhecemos por via hertziana (aérea), corresponde ao grau de evolução técnica da década de 50. Criando redes autônomas de extensão limitada, ao nível de bairro, distrito, cidade, a cabodifusão permite a comunicação de grupos ligados por afinidades de língua, costumes e cultura.

No âmbito das telecomunicações a cabodifusão acha-se compreendida no moderno conceito da radiodifusão. Dirimindo dúvidas, a esse respeito, recente tratado interprovincial na Alemanha Ocidental assim define o conceito jurídico da radiodifusão: "É a produção e a distribuição para o grande público, de espetáculos de todos os gêneros, falados,

sonoros ou visuais, por intermédio de ondas elétricas deslocando-se sem um condutor material ou por meio de qualquer condutor". Esse conceito já admitido por vários países europeus, causará certamente a redefinição de radiodifusão pelos regulamentos da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

SITUAÇÃO DA CABODIFUSÃO NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Apenas os países desenvolvidos conhecem a cabodifusão porque esta exige um razoável desenvolvimento da televisão clássica. Podemos dividi-los em 2 grupos:

- os que implantaram a cabodifusão há mais de 20 anos e que dela fizeram um instrumento de difusão ativa; são eles os Estados Unidos, Canadá e num segundo plano Grã-Bretanha e Japão;
- os que utilizam a TV por cabo como uma antena coletiva tipo CATV (antenas comunitárias) ou como retransmissoras de TV; é o caso da maioria dos países europeus.

Estados Unidos

Há 3.200 sistemas ou redes de cabodifusão em operação servindo 6.200 aglomerações. O número de assinantes atinge a 8.300 mil constituindo 13% dos lares que dispõem de TV (taxa de penetração). Os sistemas oferecem em média 12 canais, mas a partir de 1977, devem possuir, no mínimo, 20 canais. A assinatura média mensal é de 6 dólares e a taxa de instalação média, 15 dólares.

O custo de implantação do cabo coaxial varia de 3 mil dólares por quilômetro nas zonas rurais até 50 mil dólares nas grandes cidades. A extensão das redes atinge comumente 250 km. Vinte por cento dos sistemas difundem programas próprios. O custo do equipamento varia de US\$ 25 mil por um estúdio branco e preto, a US\$ 200 mil por um estúdio a cores.

Canadá

Embora nascida nos Estados Unidos, a cabodifusão cresceu mais rapidamente no Canadá, onde, desde 1966, já atinja a taxa de penetração de 13%. Atualmente a taxa de penetração é de 30%, prevendo-se que até 1980 atinja a 50%. Trinta por cento das sociedades de cabodifusão difundem programas originais e 16% possuem um canal dedicado à TV comunitária. O número de assinaturas aumenta de 15% ao ano, sendo a mensalidade de 6 dólares, como a americana.

Grã-Bretanha

Desde 1952 sistemas de cabodifusão tipo CATV retransmitem programas da BBC e agora também os da IBA. A partir de 1972 o Ministério das Telecomunicações autorizou 7 experiências de TV por cabo, com difusão de programas originais, pelo prazo de 4 anos. O número de assinantes é de 2.500 mil presentemente.

Japão

A lei sobre a cabodifusão foi aprovada pelo Parlamento japonês (Dieta) em 1973. Desde 1960 existem sistemas de TV por cabo, mas somente há poucos anos, começaram a ter programas próprios. Nas grandes cidades como Tóquio, Nagoya, Fukuoka, foram criadas Fundações de cabodifusão, com participação do Ministério das Telecomunicações, NHK (rádio e TV do Estado) e da imprensa local. Entre 100 sistemas, 30 difundem programas originais.

Países da Europa Continental

Na Europa, o cabo surgiu há 20 anos nas regiões montanhosas e nas grandes cidades, mas continua em estado embrionário, porque a maioria dos sistemas constituem antenas coletivas tipo CATV.

A prudência preside ao emprego de novas técnicas em solo europeu. Nenhum país europeu possui ainda uma verdadeira legislação sobre TV por cabo, nem sequer de dados sobre o que tal legislação deverá ser. Impera ainda a incerteza em relação ao futuro, porquanto, muitos julgam que a cabodifusão acarreta inúmeras desvantagens. Teme-se a importação de programas estrangeiros que constituem inconveniente concorrência às TV nacionais. Receia-se também a influência comercial na elaboração de novos programas e pergunta-se como controlar eficazmente a quantidade de programas oferecidos ao público.

Bélgica

Com 500 mil assinantes a teledistribuição belga atingiu 20% dos lares que possuem TV (taxa de penetração), não tem programas locais nem comunitários e oferece 12 canais, a maioria estrangeiros.

França

Em 1972 foi criada a Sociedade Francesa de Teledistribuição (SFT), sociedade anônima constituída pelo Ministério das Telecomunicações e a antiga ORTF; sua missão é de estudar as condições e as normas de utilização da teledistribuição no país. Em junho de 1973 o governo autorizou a construção de 7 sistemas experimentais em diferentes regiões do território nacional, controlados pela SFT e pelo Centro Comum de Estudos de Telecomunicações e Televisão (CCETT) recentemente criado.

Suíça

Há 200 mil assinantes de teledistribuição para um total de 2 milhões de televisores. Não há programas originais nem TV comunitárias, estando esta em fase experimental em algumas regiões do país. Existe um sistema interbancário de cabodifusão. Está em elaboração uma regulamentação provisória.

Espanha

Acham-se atualmente em implantação dois sistemas de 18 canais, em caráter experimental, a cargo da Companhia Nacional de Telefones (CNTE). Se a experiência for julgada satisfatória, outros sistemas serão instalados nas outras grandes cidades.

É o primeiro país europeu a definir uma política global para a cabodifusão integrando-a à televisão nacional que também é estatal. Essa decisão está sendo justificada como capaz de assegurar à TV e cabodifusão todo o seu potencial educativo.

APLICAÇÃO DO CABO À EDUCAÇÃO

No que concerne à educação, a TV por cabo pode atingir grupos amplos e homogêneos com exigências particulares tais como escola, rede escolar, cidade ou membros de mesma profissão. Dispondo de inúmeros canais a cabodifusão poderá atender concomitantemente grupos distintos da mesma aglomeração. Existem, atualmente, no mundo inteiro, inclusive no Brasil, sistemas de TV por cabo (mono-canal) em circuito fechado utilizados por escolas e universidades. Exporemos a seguir exemplos esparsos do uso do cabo na educação que bem ilustram o arsenal de meios que tal tecnologia pode oferecer.

Grã-Bretanha

Neste país, o ensino é muito descentralizado e cada região possui estruturas, métodos e matérias que lhe são peculiares. Assim, para a região de Londres a instituição responsável é a "Inner London Educational Authority (ILEA)" que desde 1968 dispõe de uma rede de cabodifusão com 7 canais, 800 quilômetros de extensão, atendendo a 1.400 estabelecimentos de ensino e 1 milhão de estudantes. Trinta por cento dos programas são destinados ao ensino secundário, e

outro tanto à formação pós-escolar. Os programas, de 20 minutos de duração, são escolhidos por comissões consultivas e produzidos no centro de televisão por professores especialmente formados em audiovisual. Há forte pressão para que os programas pós-escolares sejam também difundidos fora do âmbito da ILEA.

A TV comunitária surgiu no Reino Unido em 1972, em Greenwich, perto de Londres, em caráter experimental. Seus programas são em grande parte educativos e todas as emissões são feitas, sem exceção, pelos habitantes que pertencem às classes menos favorecidas. Essa experiência, ora em realização pela "Greenwich Teblevision" é a primeira no gênero na Europa, atende a 15 mil assinantes e servirá de base de estudos para a implantação de sistemas em outros pontos do país e no exterior.

Estados Unidos

Notável experiência de integração escola-cidade processa-se atualmente em Hagerstown (Maryland) onde a Fundação Ford instalou em 1957, circuito fechado de TV unindo estabelecimentos escolares. A cidade possui uma rede de cabodifusão comercial com 8 mil assinantes. Desde 1972 os programas dos estúdios escolares passaram a ser difundidos pelo sistema comercial. Tais programas, preparados pelos alunos, traduzem em audiovisual as lições escolares. As atividades da escola são mostradas ao vivo, o que muito interessa sobretudo aos pais dos alunos. Projeta-se estender o sistema de cabo às bibliotecas, museus e serviços de saúde da cidade.

Em Overland Park (Kansas) desde 1971 acha-se em experiência um sistema bidirecional aplicado ao ensino. Crianças deficientes, sem sair de casa, podem entrar em entendimentos com professores, no âmbito de cursos especiais, pela imagem, voz e sinais digitais.

Os grandes sistemas americanos de cabodifusão são obrigados, por lei, a pôr à disposição da educação e do ensino, gra-

tuitamente, pelo menos 1 canal, durante 5 anos a partir da inauguração do sistema. Compete à Comissão Federal de Comunicações (FCC) decidir se após esse período o concessionário poderá cobrar uma taxa. A "National Education Association" estima que cada rede deveria reservar 20% da capacidade à educação.

O contrato assinado em 1970 entre a prefeitura de Nova Iorque e a sociedade "Sterling", impõe a esta instalar 10% da capacidade do sistema em escolas, hospitais, bombeiros, polícia e prisões; a capacidade da rede deve ser de 24 canais, no mínimo, e a concessionária é obrigada a pagar à prefeitura 5% de sua renda bruta.

A indústria americana está criando redes internas próprias, transmitindo programas adaptados às suas necessidades. Os programas são realizados por empregados das empresas e versam mormente sobre formação técnica e administrativa. É o caso da IBM que dispõe de uma rede de mais de 300 unidades-vídeo instaladas em todas as filiais da empresa e alimentadas por um centro de produção autônomo.

Os primeiros canais de acesso público (televisão comunitária), inteiramente gratuitos, foram inaugurados em julho de 1971, pelo Studio One em (Nova Iorque) (Harlem). É tal o sucesso alcançado com 200 horas semanais de programação que a concessionária projeta construir mais 20 estúdios em diversos bairros da cidade. As 2 concessionárias de Nova Iorque devem reservar, cada uma, 2 canais gratuitos de acesso público, onde a publicidade não é permitida.

Japão

"Tateyama é uma cidade situada a 70 km ao sul de Tóquio, com 60 mil habitantes e 110 km² de superfície. Nessa cidade a Corporação Pública do Telégrafo e Telefone (NTT) instalou em 1970 um sistema de cabo com 11 canais de TV no sentido estúdio-escolas e 3 canais no sentido escolas-estúdio. O sistema utiliza cabo coaxial aéreo de 1 centímetro de diâmetro, numa extensão de 45 quilômetros, interligando 25

escolas. Durante a transmissão dos programas, os alunos podem fazer perguntas por telefone, ao estúdio central e vice-versa.

Outro sistema de 27 canais de TV foi recentemente desenvolvido e instalado em caráter experimental na Escola de Treinamento de Telecomunicações da NTT, em Suzuka, funcionando nos moldes de circuito fechado de TV.

Canadá

A televisão comunitária ou minicomunicação surgiu na província do Quebec em 1969. É chamada a televisão ativa, ao contrário da televisão clássica, considerada passiva, pela não participação do telespectador; é a televisão amadora das pequenas cidades, dos programas de bairro, dos neófitos e da espontaneidade. Pelo fato de proporcionar programas mais educativos, a televisão comunitária está sendo vivamente estudada na Europa, onde já começaram as primeiras experiências. Das 380 sociedades da cabodifusão existentes no Canadá, 150 realizam programas regulares de emissões locais, educativos em sua maioria. Somente na região de Montreal foram recenseados 5 mil amadores, participantes ocasionais na elaboração de emissões. Uma das mais interessantes experiências de TV comunitária é o "Videographe" de Montreal, primeiro laboratório de audiovisual aberto ao público. O "Videographe" é ao mesmo tempo, centro de produção, videoteatro, videoteca e laboratório de pesquisa técnica, noite e dia, à disposição do público. Célebre no mundo inteiro, essa instituição vem alcançando grande sucesso e já começa a ser imitada.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA CABODIFUSÃO NO MUNDO (DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS)

Gerais

A cabodifusão surgiu em 1949 nos Estados Unidos sob forma de antena comunitária (CATV) para atender aglomera-

ções impossibilitadas de receber os programas de TV aérea; era a primeira geração de sistemas por cabo, também adotada na Europa na década de 50.

A partir de 1969 começou a proliferar no Canadá a 2.^a geração de sistemas, isto é, a cabodifusão com programas próprios e aparecia assim a TV comunitária.

Com a regulamentação de abril de 1972 pela FCC, o cabo passou também a emitir programas originais nos Estados Unidos, oferecendo canais comunitários. Começa atualmente a despontar nos Estados Unidos, Canadá e Japão, a 3.^a geração, isto é, o cabo bidirecional pelo qual a comunicação se faz nos 2 sentidos estúdios-assinante e vice-versa e que será a cabodifusão da década de 80. O sistema bidirecional permitirá a consulta a distância de videotecas e bancos de dados; teleconferências, proteção contra incêndio e roubos, jornais eletrônicos em fac-simile, videofone, correio eletrônico, etc. Alguns mais ousados chegam a prever o fim da imprensa escrita (galáxia Gutemberg) com a transmissão eletrônica de livros. A fim de evitar a dispersão de meios, todos os países desenvolvidos constituíram grupos de trabalho que preparam a "integração das telecomunicações"; basicamente essa integração permitirá que nas grandes cidades um mesmo condutor (cabo coaxial) seja usado para telefonia, telegrafia, transmissão de dados, videofonia e cabodifusão. A videofonia e a cabodifusão seriam assim implantadas e administradas, no futuro, por uma empresa telefônica ou de telex e transmissão de dados.

Quanto à expansão da TV por cabo, estima-se que em 1980, 40% dos televisores americanos utilizarão essa técnica. A capacidade dos sistemas ultrapassará a centena de canais. Nos países europeus, todavia, a penetração do cabo, mesmo no estágio CATV deverá ser lenta. É de comedida prudência a atitude européia diante da TV por cabo, o que não impede que sejam amplamente estudadas e dissecadas as experiências canadense e americana. São ainda escassas as estatísticas

em relação ao público de que dispõe a cabodifusão. Prevê-se que somente na década de 80 a cabodifusão rivalizará com a TV clássica na preferência dos telespectadores.

Educacionais

Relativamente à educação, a regulamentação dos países industrializados exige atualmente, em cada sistema pelo menos 1 canal destinado a esse fim.

Mas a previsão é de que, no futuro, a cabodifusão consagrará à educação 30% da capacidade em canais, 50% às atividades econômicas e sociais e 20% à cultura, comunicação local e distração.

Não é, portanto, de se esperar uma aplicação maciça da TV por cabo na educação, mesmo nos países desenvolvidos. Experiências-piloto continuarão surgindo em pontos variados do universo, mas além dos obstáculos técnicos e financeiros, persistem ainda fortes barreiras psicológicas inerentes ao próprio ambiente do ensino.

Acha-se em curso nos Estados Unidos forte movimento no sentido de dar à cabodifusão o estatuto de "veículo comum" ("common carrier") já anteriormente aplicado ao telefone e às ferrovias; trata-se de uma forma de serviço público, que implica na separação entre a transmissão e a produção dos programas; caso seja aplicado à cabodifusão, somente o meio de transmissão (cabo coaxial) seria instalado e explorado pela sociedade concessionária. A produção e emissão dos programas ficariam a cargo dos usuários, o que é bem difícil de ser regulamentado.

A frente desse movimento encontram-se as Fundações Ford e Carnegie que pugnam por uma televisão e cabodifusão mais educativas.

Tal estatuto, se adotado, reformularia também por completo todo o sistema de televisão desse país.

A Fundação Carnegie propõe uma taxa de 2 a 5% na compra dos televisores para garantir o financiamento das TV educativas. Procurando compensar as deficiências das estações comerciais, os reformadores americanos aproximam-se das concepções européias.

No Canadá, os governos de várias províncias, à frente o de Quebec, querem que a TV por cabo seja subordinada à Autorarquia de Serviços Públicos afim de melhor utilizá-la a favor da educação, ensino e informação.

O uso coordenado da cabodifusão computadores e videogramas (vídeo-cassetes, vídeo-discos e filmes) estenderá a ação das universidades e bibliotecas. A universidade não mais permanecerá isolada, mas será integrada à cidade; não se dirigirá mais somente a seus alunos, mas será aberta a toda a população. É o que, em parte, já se passa na Universidade de Stanford (Califórnia) onde as conferências dos professores são difundidas a 60 km do local, a estabelecimentos descentralizados, animadas por monitores. Os estudantes podem receber em seus televisores conferências complementares gravadas em vídeo-cassetes.

A biblioteca e o centro de documentação da Universidade de Laval (Quebec) dispõe de um fichário eletrônico que permite aos alunos consultar documentos mediante televisores instalados em diversas salas.

Ligada a um sistema de cabodifusão, a biblioteca do futuro deixará de ser um local reservado a uma minoria intelectual para ser uma encruzilhada aberta ao grande público.

PERSPECTIVAS DA CABODIFUSÃO NO BRASIL (E OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO)

A cabodifusão poderá tornar-se no futuro um importante fator de desenvolvimento sócio-econômico, no Brasil, contanto que sua implantação seja minuciosamente estudada e planejada sob todos os ângulos inclusive o social e não somente sob o aspecto técnico-comercial.

Há grande diferença entre o advento da televisão clássica em princípios de 50 e a possível instalação da televisão por cabo nos próximos anos. É que hoje as telecomunicações brasileiras apresentam razoável infra-estrutura. Assim sendo, o surgimento da cabodifusão poderá processar-se ordenadamente. O controle da nova técnica poderia ficar a cargo da atual Empresa Brasileira de Radiodifusão. É no entanto essencial que a regulamentação seja ampla e demoradamente debatida no âmbito de comissões em que também tenham representação os Ministérios de ação social, Educação, Trabalho, Previdência Social e Interior. O problema deveria também ser encarado sob o enfoque do interesse dos futuros usuários, que são os atuais possuidores de receptor de TV e a opinião destes deveria ser considerada. Esse debate poderia durar de 1 a 2 anos, uma vez que não há urgência na implantação da cabodifusão no Brasil, porquanto já dispomos, de quase uma centena de emissoras de TV, cujos programas, em sua maioria, os próprios órgãos governamentais reconhecem não serem satisfatórios.

Os países europeus estão há anos estudando a regulamentação da TV por cabo com programas originais, sem terem ainda decidido adotá-la, mas continuamente estão realizando experiências em pequenas cidades. Julgamos também necessárias experiências-piloto no Brasil em vários pontos do território nacional antes de qualquer regulamentação definitiva.

O importante, no entanto, é que num país ainda carente de meios de educação, como o nosso, a cabodifusão venha atenuar essa deficiência, reservando em cada sistema pelo menos 1 canal à educação. Devido ao pagamento da assinatura mensal e o baixo poder aquisitivo da maioria de nossa população, a penetração da cabodifusão deverá ser muito lenta, passada a fase inicial de atraente novidade. Tudo indica, salvo agradável surpresa, que a implantação começará nos bairros mais favorecidos das grandes cidades. Tal hipótese configuraria entre nós o caráter elitizante da inovação, motivo por-

que seria conveniente, desde agora, estudar e talvez imitar no futuro a experiência inglesa nos bairros pobres de Londres. Embora TV por cabo não seja filantropia e deva ser rentável, uma fórmula deverá ser encontrada para atender também aos bairros menos favorecidos.

Igualmente, é provável e mesmo recomendável nos próximos anos, a instalação, em nossas universidades, de circuitos fechados com vários canais de TV.

Outrossim, será imprescindível o preparo da indústria nacional à eventualidade da introdução da TV por cabo em nosso meio. Assim agiu a Austrália em relação à TV a cores; há 5 anos atrás o governo australiano anunciou a adoção da TV a cores a partir de março de 1975, dando tempo à indústria eletrônica do país de se preparar para enfrentar a concorrência estrangeira.

O lançamento apressado da cabodifusão não dará ao Brasil nenhum prestígio a mais no exterior; o bom uso que se fizer da nova tecnologia, este sim, poderá mesmo vir a ser imitado e redundará em elevação do nosso conceito além fronteiras.

CONCLUSÃO

Após o esboço da situação e dos prognósticos sobre o futuro da cabodifusão no mundo, releva notar que a mais elevada taxa de penetração até hoje atingida (30%) foi obtida pelo Canadá após mais de 20 anos de adoção da TV por cabo.

Vimos também que o uso na educação restringe-se a experiências cujos resultados não foram ainda avaliados. Convém assinalar que os europeus, talvez devido à atual crise econômica mundial, não se sentem estimulados a impulsionar a moderna cabodifusão; a tendência européia é de realizar experiências limitadas, antes de tomar decisões globais.

É de se meditar sobre a fórmula adotada pelo Japão nas grandes cidades, constituindo Fundações com a participação do Estado e da imprensa e sobre a solução francesa, criando uma sociedade de cabodifusão sob controle do Estado. A participação do Estado enseja a possibilidade de um maior emprego na educação.

Exemplo também digno de consideração é o da Austrália, país desenvolvido com avançadas indústrias de telecomunicações, renda por habitante superior a US\$ 5 mil, superfície quase igual à do Brasil e que age com ponderada cautela quando se trata de inovações técnicas. Assim é que para adotar TV a cores preparou sua indústria durante 5 anos. No caso do satélite doméstico de telecomunicações, apesar de profundos estudos sobre o assunto, não foi ainda sequer prevista nem decidida a época da implantação. No que tange à TV por cabo, esse país segue o mesmo critério que é o de aproveitar ao máximo a experiência dos outros desenvolvidos. Observe-se, finalmente, a constante preocupação dos órgãos governamentais dos países desenvolvidos, no sentido de possuir, uma cabodifusão mais consagrada à educação e cultura.

Diante desse panorama mundial, somos de opinião que não teria sentido no Brasil, implantar a cabodifusão apenas com intuítos comerciais, sem levar em consideração que, num país em desenvolvimento, a finalidade da radiodifusão é informar antes de distrair.

B I B L I O G R A F I A

1. *Plan et Prospectives, Postes et Télécommunications, Commissariat du Plan.* Librairie Colin, Paris.
2. *On the cable. The television of abundance.* Relatório da Fundação Alfred Sloan, Mac Graw hill, 1972.
3. *Cable television, opportunities and problems in local origination.* N.E. Feldmann, Santa Monica, 1970.
4. *Die Zukunftsperspektiven der Massen-Kommunikation.* U. Magnus, revistas Rundfunk und Fernserhen, Hamburgo.

5. *Vision of cablevisions*. R.L. Sterner, Stephen Wilder Foundation, 1972.
6. *La programmation au canal local des systemes de câble*. Conseil de la Radio Télévision Canadienne, Ottawa, 1972.
7. *A galaxia Gutemberg é para compreender os meios de comunicação de massa*. M. Mac Luhan.
8. *The BBC in the 80th*; discurso do Diretor Geral C. Carran, 1972.
9. *Fernsehen in den 70er Jahren*. Z.D.F. (TV alemã).
10. *Evolution des réseau de télévision de service public*. P. Schaeffer, Conselho da Europa, Strasburgo, França.
11. *Cablecast; An analysis of its users and their attitudes*. Singer and Green, Ontario (Canadá).
12. *Télévision passive — Télévision active*. Gauthier et Pilard, Téma Communications, Paris.
13. *Révue Française des Télécommunications*, publicação trimestral do PTT da França.
14. *Revista da União Européia da Radiodifusão*, publicação da U.E.R., Genebra, Suíça.
15. *Australian Telecommunications Research*, 1973, publicação trimestral australiana, Melbourne.
16. *Millecanali TV*; revista mensal italiana.

A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater certamente são perniciosas à eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.

Interpretação das Imagens de Radar

Maj Cav

ANTONIO JORGE RIBEIRO

INTRODUÇÃO

Como consequência dos êxitos obtidos durante os conflitos mundiais, o emprego da fotografia aérea teve larga aplicação nos mais diversos campos de atividade durante os períodos de paz.

Nos países desenvolvidos a desativação de especialistas que se reintegraram à vida civil, levando conhecimentos adquiridos, trouxe um grande incremento no uso de novas técnicas no que tange à *Foto Interpretação*.

A *Era Espacial*, desde o lançamento do primeiro satélite artificial, transformou o mundo em uma aldeia, principalmente com o advento dos satélites espões utilizados pelas grandes potências.

O Brasil, sensibilizado pela importância do aerolevante, lançou-se na exploração dos seus recursos, dentro de sua política de desenvolvimento. Os recursos não tardaram a surgir, pois a Amazônia já nos dias de hoje não é um mistério insondável, graças ao Projeto RADAM, ou seja a utilização do radar na obtenção de imagens, e em consequência, a cartografia expandindo-se na confecção de cartas mais precisas e atualizadas, além da sua grande aplicação no campo da geologia e dos Recursos Naturais.

Por sua vez a *Escola de Instrução Especializada do Exército*, através da *Seção de Foto Informação*, procurando revi-

talizar seu ensino, voltado para o campo militar, pesquisando junto ao Projeto RADAM, adquiriu subsídios necessários para que estas imagens fossem utilizadas para esta finalidade.

A *Seção de Foto Informação* da Es IE não visa apenas à formação de seus especialistas, ela também é um laboratório de pesquisas que tem por meta contribuir com novos conhecimentos para o Exército. Para isto, dedica-se atualmente à busca de novos dados no que tange ao *Sensoriamento Remoto*, dentro das técnicas mais evoluídas.

IMAGEM DE RADAR

O processo em uso para tomada de imagens de radar, consiste na *varredura lateral*, chamada SLAR (Sid-looking Radar).

Ao lado do equipamento radar geralmente é instalado uma câmara cartográfica, supergrande angular que fotografa na vertical, que tem superposição na faixa *varrida* pelo radar.

No caso brasileiro, foram utilizadas fotografias infravermelho falsa cor, que, neste caso, serviriam de elementos auxiliares para a interpretação das imagens de radar. Foram ainda utilizadas fotos multiespectrais, obtidas através de uma câmara de quatro lentes operando com auxílio de filtros, na faixa do azul, verde, vermelho e infravermelho.

Estas fotos, entretanto, são elementos descontínuos, porque a operação radar prossegue com qualquer tempo, mesmo que as condições atmosféricas não permitam a fotografia aérea.

A imagem radar assemelha-se em muito à imagem fotográfica, dela diferindo, entretanto, em alguns aspectos, dentre os quais podemos citar os seguintes:

- a) O radar é um sistema de sensoriamento remoto que dispõe de fonte própria de *iluminação* (sensor ativo) emitindo sinais eletromagnéticos que se refletem no

objeto e retornam à antena, provocando, em função da distância percorrida e das características superficiais do terreno, um registro que se transforma em imagem. Este tipo de *iluminação* produz uma variedade de tonalidades, que difere daquela que resulta da *iluminação* solar, captada pela imagem fotográfica.

O brilho, por exemplo, é na imagem radar, função da intensidade do sinal de retorno, de modo que um curso d'água, que na fotografia convencional pode apresentar um intenso reflexo espelhado, produz na imagem radar, a mancha negra característica da ausência do retorno do sinal.

- b) Sendo o radar um *sensor ativo*, isto é, dispõe de fonte própria de *iluminação*, as imagens podem ser tomadas mesmo à noite, e não exigem atmosfera límpida, nisto residindo, sem dúvida, uma das grandes vantagens do processo.
- c) As elevações do terreno, produzem com o SLAR, sombras que dependem do ângulo de depressão do feixe e da declividade do terreno na encosta oposta à linha de voo. Essas sombras radarscópicas acentuam, porém, algumas deformam o contraste da paisagem.
- d) Os acidentes lineares, como falhas geológicas são facilmente percebidas, principalmente quando se desenvolvem paralelamente à linha de voo.
- e) A interpretação da altimetria é difícil na imagem de radar de visada lateral, constituindo-se pois na principal desvantagem do método.

INTERPRETAÇÃO DA IMAGEM DE RADAR

Apesar das escalas utilizadas pelo Projeto RADAM (principal 1/250.000) não serem bastante favoráveis para alguns tipos de interpretação militar (ampliando estas imagens a

escala poderá ser fixada em até 1/50.000); no entanto, ótimos resultados para o estudo de vias de acesso e trafegabilidade do terreno são obtidas.

Separação dos conjuntos geomorfológicos

Utilizando-se os mosaicos na escala de 1/250.000 bem como as faixas com estereoscopia, facilmente um foto intérprete conseguirá fazer a separação dos conjuntos geomorfológicos, esta em princípio, deverá ser a primeira operação para a interpretação das imagens do SLAR.

Interpretação da drenagem

A rede de drenagem é rapidamente analisada pelo foto intérprete, sendo deduzida pelo tipo da mesma, bem como pela sua densidade, a qualidade de solo existente na área.

Interpretação da vegetação

Principalmente em regiões movimentadas onde o relevo é dissecado por erosão, e as linhas de drenagem se evidenciam, as imagens de radar permitem ótima delimitação das unidades fitomorfológicas.

Interpretação geológica

As imagens do SLAR levam nítida vantagem sobre as fotografias aéreas convencionais, neste tipo de interpretação. O sistema radar é considerado excelente para delimitação de formações geológicas, principalmente quando o relevo é acentuado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dois últimos conflitos mundiais a Fotografia Aérea foi cognominada de *Olhos das Forças Armadas*. Com o desenvolvimento do avião e da câmara, com o advento dos

satélites e dos sensores, todas as grandes potências procuraram também atualizar o pessoal especializado nas novas técnicas de interpretação de imagens.

As imagens de radar de visada lateral merecem um capítulo especial nos *Cursos de Foto Informação e Foto Interpretação* da EsIE, pois só assim o Exército poderá também acompanhar o desenvolvimento do sensoriamento remoto, tendo em mente que os Objetivos Nacionais Atuais e Permanentes somente poderão ser mantidos se as novas tecnologias forem acompanhadas, e mesmo desenvolvidas, nos múltiplos campos de atividade.

BIBLIOGRAFIA

Resultados obtidos e suas utilizações, Projeto RADAM.

Comparison of imaging for radar and camera photograph, Earl S. Leonard.

"Mais importante do que a organização e as armas são os homens que compõem um moderno Exército. A modernização exige que o soldado seja bem preparado, alerta e inteligente. Ele deve saber pensar e agir rapidamente e ter versatilidade. E deve saber combater em condições superiores contra um inimigo acirrado.

Deve possuir, pelo menos em igual medida, a coragem moral e a devoção ao dever demonstradas pelos seus antepassados".

Barão do Rio Branco: Um Símbolo da Pátria

Maj Eng QEMA
WALDECK NERY DE MEDEIROS

ORIGEM

1823 — Salvador. Aos quatro anos de idade, José Maria da Silva Paranhos — o futuro Visconde do Rio Branco, pouco poderia compreender diante da correria pelas ruas. Eram os últimos dias de resistência das tropas do General Madeira, que fiéis a Lisboa, se opunham à independência.

1836 — Com dezessete anos viaja para a Corte, e matricula-se na Academia da Marinha.

1841 — Matricula-se na Escola Militar e diploma-se Tenente de Engenharia. De seu casamento, em 1843, com Teresa Figueiredo Faria, nasce, em 1845, 20 de abril, José Maria da Silva Paranhos (Júnior). Desde cedo, pois, habitua-se Júnior a apreciar a farda e a conviver com militares. Seu pai, já segundo-tenente do Corpo de Engenheiros, havia se tornado lente de Artilharia da Escola Naval e professor de Matemática.

Lançando-se mais tarde à carreira política, ampliando seus estudos nesse setor, e em administração, não abandona o futuro Visconde o estudo da matemática, assumindo a cátedra de Artilharia e Fortificações da Escola Militar.

1863 — Passaria a lecionar Economia Política, Estatística e Direito na Escola Central, surgida com a reorganização das escolas militares do Império.

As operações bélicas contra Oribe e Rosas levam, por diversas vezes, o Visconde a viajar ao Prata.

Júnior cresce nesse ambiente, empolgado pelos brilhantes feitos d'armas de seus irmãos e pelos êxitos diplomáticos alcançados por representações diplomáticas brasileiras.

Já em plena mocidade, assiste à eclosão do maior conflito militar sul-americano — a Guerra da Triplíce Aliança.

1869 — Quando Caxias entra vitorioso em Assunção, o “velho” José Maria é encarregado de assessorar o novo governo paraguaio.

Valheu-lhe o título pelo qual ficaria famoso: Visconde de Rio Branco.

INFLUÊNCIA DO SOLDADO E DO ESTADISTA

Na casa do Visconde, soldado e estadista, cresceu o garoto José Maria, logo apelidado de “Juca” pelos colegas.

Não é, portanto, de admirar, assim, que venha a dedicar-se, cada vez com maior entusiasmo, ao estudo da história de nossas campanhas militares.

1855 — Ingressa no Colégio Dom Pedro II, sempre empolgado pelo estudo da História do Brasil e literatura. Já revelava seu invulgar interesse pelo assunto, quando, aos dezessete anos de idade, frequentando a Faculdade de Direito de São Paulo, escrevia seu primeiro ensaio — *Episódio da Guerra do Prata* — inspirado na missão do pai.

1866 — Termina, no Recife, seu curso de Direito, e trabalha em pesquisas históricas — a Guerra do Paraguai, o grande assunto do momento. O jovem estudante torna-se correspondente de uma revista francesa, para a qual escreve uma série de artigos sobre a guerra.

Ao tornar-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Juca começa a alimentar outras pretensões; deseja ser diplomata. Poderia assim aprofundar seus estudos de história e ao mesmo tempo viajar representando o Brasil.

Todos previam para aquele jovem aos 23 anos, uma brilhante carreira política à sombra do pai. Não tinha, todavia, ambições políticas, mas muito se interessava pela campanha abolicionista e pela Guerra do Paraguai, questões que empolgavam o Parlamento Imperial.

Em ambas, torna-se colaborador do pai que lança uma inflama campanha em favor da *Lei do Ventre Livre* e acompanha o pai nas missões diplomáticas ao Rio da Prata e ao Paraguai.

Em início da década de 70, conhece a jovem atriz belga Marie Stevens com quem casar-se-ia quase vinte anos depois.

FINALMENTE, O DIPLOMATA BARÃO

Com 32 anos José Maria começava, finalmente, a ambicionada carreira diplomática, quando foi nomeado cônsul brasileiro em Liverpool (1876), graças ao empenho de Caxias.

Acabaria morando 25 anos em Paris, de 1876 a 1901, tendo encontrado aí o ambiente adequado ao seu espírito. E como sempre, as bibliotecas e arquivos puderam fornecer o material para as suas pesquisas. À sua casa chegavam quase diariamente livros, mapas, documentos, que estudava atentamente.

O advento da República encontraria o Barão em Paris, a serviço da nossa diplomacia.

Seu pai, falecido em 1880, concorrera para apressar a queda da monarquia, como líder abolicionista que foi.

As vésperas da Proclamação da República, receberia o último reconhecimento do Império pelos serviços prestados: a Princesa Isabel lhe conferiria o título nobiliárquico de Barão do Rio Branco (maio de 1888).

O 15 de Novembro não altera sua conduta, ainda que as raízes de sua formação e de sua educação política estivessem ligadas ao Império. O Barão será absolutamente fiel aos ideais republicanos, reconhecendo a justeza das causas que deram origem à nova ordem.

"Será ele mesmo, o homem providencial, o elo de ligação entre as duas épocas, que irá assegurar, de forma indestrutível, a Unidade Nacional".

Ai, podemos citar: Missões, Amapá, Acre, Condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, entre outros.

Em 1902, a convite do Presidente Rodrigues Alves, assume a pasta das Relações Exteriores. Após 26 anos de ausência, retorna ao Brasil, e nesse posto permaneceria por dez anos.

Orientaria, portanto, como Chanceler, a política externa durante os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO: INSTRUMENTO NECESSÁRIO À DIPLOMACIA

Diversos movimentos procuraram atrair o Barão para a política.

Durante a campanha pelas candidaturas Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, Rio Branco apóia o Marechal Hermes que havia empres-

tado grande significado ao reaparelhamento do Exército, coisa que o próprio Barão preconizava como apoio indispensável à sua diplomacia.

Fator grandemente favorável, no desenvolvimento dessa reforma militar, fora a influência do Barão, que, como Ministro das Relações Exteriores preconizou sempre a renovação das Forças Armadas Brasileiras, para que o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações. Rio Branco, ao mesmo tempo, motivava e prestigiava os esforços da corrente que propugnava pelo fortalecimento das Forças Armadas, continuando e prolongando exemplos anteriores de unidades de vista e de ação, de civis e militares, em favor da segurança nacional.

"Por esse tempo surge o movimento capitaneado pelo Almirante Alexandrino de Alencar contra a estagnação naval com o lema *Rumo ao Mar*, que, sem dúvida, trouxe além de novas unidades a eficácia combativa".

"O Barão do Rio Branco, o mesmo Almirante e o Marechal Hermes começaram a dar às Forças Armadas do Brasil uma organização capaz de racionalizar a nossa defesa, principalmente por haver um objetivo delineado na política do grande Chanceler".

Indiscutivelmente, foi o Barão do Rio Branco um dos maiores artífices da segurança e integridade nacionais.

CONCLUSÃO

Desde cedo habituara-se Juca a apreciar e conviver com os militares, influência da profissão de seu pai. Ao mesmo tempo crescera no ambiente empolgado pelos brilhantes feitos d'armas de nossos irmãos e pelos êxitos diplomáticos alcançados pelas representações brasileiras, das quais seu pai havia participado de muitas. Crescera, pois, o garoto José Maria, na casa de um soldado e estadista, o Visconde de Rio Branco.

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912, fruto de uma grave insuficiência renal, estava de luto a Nação brasileira. Homem que possuía a serenidade peculiar aos líderes de boa tempera, talhado para vencer, para dominar as dificuldades e para não temer sacrifícios, enfibrando a vontade e enrijecendo o caráter no permanente cumprimento do dever, sua vida passará à posteridade como um dos mais legítimos orgulhos de nossa pátria.

Visão da América Latina *

RODRIGUES GARCIA TREVINO

Apesar de suas graves deficiências e fraquezas, e talvez por causa da agitação de nossa época, a ONU tem sido de alguma utilidade para o mundo. Portanto, é lamentável que, há vários anos, a imprensa e os altos funcionários do país que é o seu principal financiador, os EUA, venham expressando, de forma cada vez mais freqüente e enérgica, condenações pelo que está sucedendo naquela organização. Tais condenações são tão freqüentes e numerosas que somente será possível citar algumas.

Em 14 de julho de 1975, Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA, de acordo com o texto de um comunicado de imprensa, "advertiu o Terceiro Mundo de que seu país poderá reduzir sua contribuição financeira à ONU se aquele grupo continuar a utilizar a entidade como *lugar de confrontação*, e não como *tribunal de entendimento*. Em seu mais duro ataque sobre o assunto acusou os países não-alinhados de estarem apelando para "votos sectários, resultados inócuos e táticas arbitrárias", na ONU. O papel da Assembleia Geral da ONU, como válvula de segurança e como instrumento de cooperação internacional, está em perigo. A influência moral que a assembleia deve exercer acha-se enfraquecida, e poderá desaparecer se alguns países, especialmente os principais sustentáculos da organização, perde-

* Transcrito de o *Digesto Econômico*, Ano XXXIII, n.º 249, Mai/Jun 1976.

rem confiança nela...; os que buscam manipular os membros da ONU por meio de abusos de procedimento poderão herdar uma casca vazia".

Como se vê, as palavras acima mostram em que baixo conceito Washington tem as nações atrasadas, às quais se dá hoje piedosamente o nome de países em desenvolvimento. Contudo, o mais importante é que Kissinger fez a ameaça de que seu país está considerando a possibilidade de abandonar a ONU, para não agir em comum com governos demagógicos e irresponsáveis. E esta não é apenas uma opinião do secretário de Estado, pois, segundo a mesma fonte, "o ponto de vista de Kissinger é, aparentemente, compartilhado pelo Congresso dos EUA, que há pouco reduziu de 100 para 77 milhões de dólares o montante de sua contribuição à UNESCO".

A esse respeito, há algo ainda mais significativo. Na mesma data, foi publicada outra informação originária de Washington, que dizia, ao pé da letra: "Desde 1968, não foi ratificado um único tratado sobre direitos humanos. Parece que, depois de ter encabeçado a luta para defendê-los, os EUA se tivessem transformado no país mais recalcitrante em dar-lhes seu apoio...; é deplorável saber que se negam a ratificar alguns desses documentos que antes apoiaram tão entusiasticamente".

Sem dúvida, tal mudança é deplorável; mas, a que se deve ela? A resposta é óbvia e os fatos em que se baseia, evidentes, embora semelhante atitude do Congresso norte-americano tenha provocado uma onda de condenações e gritos histéricos da facção vermelha latino-americana. Consistem em que essa facção utilizou-se durante anos dos direitos humanos como arma de luta, calúnia, injúria e desprestígio das nações, grupos e personalidades que se opõem ao fascismo vermelho.

Assim, *verbi gratia*, o regime chileno do general Pinochet é exposto diariamente à repulsa pela violação dos di-

reitos humanos. Não interessa esclarecer se há nisso exagero, ou não. O importante é saber que sob o governo de Salvador Allende cometeram-se, no Chile, numerosos assassinios políticos e abusos de diversos tipos, embora os comunistas e os "progressistas" e seus seguidores o endeusem acima de tudo. Também defendem Fidel Castro, elogiando-o com a máxima veemência, como o fazem políticos e, até mesmo, chefes de Estado latino-americanos, calando ou desculpando os crimes que ele cometeu, não só no princípio de seu desgovorno, como também hoje, quando o terror segue imperando em Cuba, onde, nestes últimos tempos, para abrigar os prisioneiros políticos que continuam sendo apanhados, foi necessário aumentar, em grande escala, o número dos cárceres e dos campos de concentração.

AS ACUSAÇÕES DE MOYNIHAN

Quanto à atitude que os defensores "revolucionários" e "progressistas" dos direitos humanos mantêm em relação à Rússia, seus satélites europeus, e a China, nada é preciso dizer, pois nunca se soube que tenham condenado as perseguições de que foram e continuam sendo vítimas milhões de pessoas anônimas, para não falar de casos universalmente conhecidos, como de Solzjenitsyn, Sakharov, etc. Mas prosigamos com a atitude dos EUA em relação à ONU, isto é, em relação à maioria dos delegados que nela impõem seus pontos de vista. Pois bem, em 11 de dezembro de 1975, o diplomata norte-americano que representava seu país na organização, Patrick Moynihan, condenou o que ali acontece em termos inusitadamente antidiplomáticos, afirmando que a "assembléia chegou a transformar-se num teatro do absurdo. Pretendemos seriedade diante de um auditório que percebe que tudo é fingido. Começo a sentir que o desprezo do mundo é cada vez mais merecido".

Na ocasião a que nos referimos, Moynihan falava concretamente sobre um comunicado da comissão de descoloni-

zação da ONU, no qual, a pedido de Cuba, pretendia condenar os EUA — como aconteceu, por grande maioria — pelo fato de manter bases militares nas ilhas Virgens, no Caribe, e porque “dá apoio à África do Sul e ao governo de minoria branca da Rodésia, através do Pacto do Atlântico Norte”, ao que respondeu, indignado, o diplomata: “São mentiras... Mentiras!”, esclarecendo, a seguir, que seu país “mantém, nas ilhas Virgens, um serviço de navegação e salva-vidas com 3 homens do serviço de guarda-costas, cujo armamento consiste numa espingarda, um escritório de administração da guarda-costeira e uma embarcação de 27 metros, destinada à busca e resgate, equipada com um canhão de lançar cabos”; informou, de outro lado, que os amigos dos EUA no Caribe e na América Latina disseram aos primeiros que “não temem que a soberania, a independência e a integridade territorial de suas nações estejam ameaçadas por essas instalações e pelos 14 homens que as guarnecem”.

Moynihan também afirmou, na ONU, que a delegação norte-americana recebeu uma advertência indireta dos patrocinadores de que se não recomendasse a adoção pelo conselho do relatório sobre a descolonização teria de enfrentar “uma redação mais enérgica da resolução e um retorno à linguagem de 1974”, ameaça à qual o representante dos EUA respondeu: “Não nos submeteremos a canalhices dessa espécie, somos uma nação de homens e mulheres livres. Não foi por nos assustarmos com facilidade que mantivemos essa liberdade durante dois séculos. Os EUA desejam anunciar que, depois dessa votação, não querem que nenhum membro lhes venha com explicações, como aconteceu antes de que seu nome figurou entre os dos co-patrocinadores sem o seu conhecimento, que não havia lido o relatório, ou que não sabia no que estava votando. Esse jogo acabou”.

O antecedente envergonha qualquer latino-americano que se respeite. Somente pode ser concebido pelos irresponsáveis comunistas cubanos de Fidel Castro. E somente pode ser apoiado pelos “pequeno-burgueses” progressistas, ressentidos

e também irresponsáveis que, como veremos adiante, são donos e senhores de muitos governos do Terceiro Mundo em geral, e da América Latina, em particular. Principalmente considerando-se que as afirmações indignadas de Moynihan não foram refutadas com fatos por ninguém, na ONU; mas, sem dúvida, provocaram a indignação de certos delegados.

Mas, dir-se-á, como as condenações à ONU que mencionamos procedem de um governo, pode muito bem ser que obedeçam a razões exclusivamente políticas. Mas não. Não é apenas um governo que tem hoje péssima opinião da ONU, ou que a considera desvirtuada. Em telegrama procedente de Estocolmo, dizia-se literalmente: "Numa declaração conjunta hoje (12 de dezembro) publicada nesta Capital, 46 laureados com o Prêmio Nobel afirmaram que a ONU não fez "quase nada" para que os Estados-membros respeitem seus acordos sobre os direitos humanos, e instaram a opinião pública mundial a apoiar e estimular os esforços das organizações que lutam pela aplicação desses direitos. A organização internacional perdeu — diz o comunicado — sua eficácia e seu prestígio. Nela são pronunciados discursos sem significado, porque as palavras democracia, liberdade, verdade, justiça ficaram desprovidas de conteúdo".

OS INVEJOSOS E RESSENTIDOS

A seguir, a informação que citamos diz que, no referido comunicado, seus signatários afirmaram que o princípio da não-intervenção serve unicamente à ONU para salvar as aparências, e termina explicando que "a declaração conjunta dos 46 premiados foi difundida com a finalidade de coincidir com as cerimônias deste ano de entrega do Prêmio Nobel", coincidência que, a nosso ver, não pode ter sido casual, mas foi premeditada para que ocorresse nos momentos em que a maior evidência da cerimônia em questão foi a impossibilidade de que o cientista e contestatário russo, Andrei Sakharov, comparecesse a ela, devido à proibição do Kremlin, o

que implica numa acusação à ONU de estar sendo manipulada por Moscou.

O quadro que esboçamos de forma breve ficaria incompleto se não lembrássemos que, também na ONU, os delegados do Terceiro Mundo e do mundo "socialista" utilizaram essa tribuna internacional para identificar, em benefício das mais retrógradas nações árabes, o sionismo com o racismo; para pedir que os EUA tratem o totalitarismo cubano não como é, mas como uma democracia; para exigir que a riqueza mundial seja "redistribuída equitativamente" entre os povos desenvolvidos e os subdesenvolvidos — isto é, entre os que trabalharam muito e os que pouco trabalharam — tudo isso aprovado pela organização, com esmagadora maioria de votos, embora tenha havido também sufrágios negativos dos Estados industrializados que, sem dúvida, consideram, como qualquer pessoa normal, que se está pretendendo converter a ONU numa arena de uma espécie de luta de classes entre as nações.

Perguntar-se-á por que, na ONU, se apresentaram como donos e senhores, por grande maioria, homens que levaram a organização à situação na qual se encontra atualmente. Terá sido obra dos delegados que participam dessa tribuna internacional? Ou, ao contrário, é reflexo da política dos governos, que enviam tais delegados com a pretensão não de os representar, mas sim aos povos do Terceiro Mundo, em geral e, repetimos, da América Latina, em particular? Naturalmente, é o último caso e, no que se refere a quase todas as nações latinas da América, explicaremos a causa específica, ainda que, para fazê-lo, tenhamos de reportar-nos um pouco ao passado.

Na América Latina vê-se constantemente como muitos políticos, funcionários públicos e intelectuais, invocando a ONU, se comprazem em denunciar a roupa suja das grandes potências (eufemismo que, na realidade, é quase sempre aplicado aos EUA), para o que, como é óbvio, aproveitam-se de certos episódios históricos do passado, embora estes sejam

irreversíveis. No plano ideológico, a origem e a causa está na influência, pretensamente marxista, que, por intermédio dos intelectuais e de certos órgãos da chamada "grande imprensa", exerce sobre as referidas pessoas a propaganda antiimperialista que é promovida, em escala mundial, pelos centros políticos do comunismo. O alvo principal é os EUA, porque constituem o maior obstáculo à realização do sonho russo de conquista do mundo. Mas também, porque, no plano psicológico, é natural que os ressentidos e invejosos dirijam suas flechas contra a nação mais poderosa e mais rica do mundo. Como também é explicável que, dada a ignorância que se tem, em geral, sobre o verdadeiro marxismo, tal coisa seja feita sob a sua bandeira, ora com franqueza, ora de forma encoberta, ou mesmo ignorando que se está sendo instrumento do comunismo.

Pois bem, há mais de um século Marx e Engels lançaram ao mercado político a teoria de que o capitalismo, por causa de suas contradições internas e por meios violentos ou pacíficos, mas quase sempre pelos primeiros, teria que converter-se, fatal e necessariamente, num regime socialista e coletivista, em que a propriedade privada dos meios de produção e da moeda não mais existiria, sendo a riqueza nacional administrada pelo proletariado, em primeiro lugar, e depois, por toda a sociedade, a partilha dos benefícios econômicos e das distinções sociais teriam tendências igualitárias e, numa palavra, a exploração e a opressão do homem pelo homem desapareceriam.

Nas doze ou treze décadas que transcorreram depois de tal profecia, o desenvolvimento histórico desmentiu-a totalmente, mas apesar disso, inúmeros membros da pequena burguesia de todas as latitudes e, especialmente, dos países do Terceiro Mundo, continuam a considerá-la válida. Para tanto, baseiam-se, não no conhecimento do verdadeiro marxismo, mas no fato de que primeiro a Rússia e depois as nações do chamado "mundo socialista" pretendem que se realizaram as previsões do esquema marxista de evolução da humanidade,

pretendendo ainda que neles se registraram todas as previsões anunciadas pelo citado esquema.

APÁTICOS E CRUÉIS

O fato de ter havido na Rússia uma revolução que liquidou a propriedade privada e que, na opinião de seus líderes, partidários e simpatizantes, estabeleceu o socialismo, prova, segundo dizem, como eram corretos os anúncios de Marx e Engels sobre a evolução da sociedade capitalista e seu fatal desaparecimento. Não é verdade, porque o regime que surgiu do golpe de Estado bolchevique e de todos os movimentos que, nos diversos países, seguiram o programa de Lenin, nada têm a ver com o socialismo autêntico, constituindo um totalitarismo cruel e opressivo, somente comparável ao que Hitler estabeleceu na Alemanha nazista. Com efeito, na pretensa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o poder está absolutamente nas mãos de uma burocracia de "dirigentes apáticos, hipócritas, cruéis e pequenos burgueses", segundo as palavras do sábio e contestatário russo Andrei Sakharov.

O regime soviético não pratica o decantado internacionalismo proletário, pois não passa de um imperialismo militarista e retrógrado, que nem sequer pode ser comparado com o imperialismo econômico capitalista, parecendo-se mais com os imperialismos primitivos da Antiguidade. A propriedade dos meios de produção e de troca foi, de fato, completamente abolida na URSS, mas não substituída pela propriedade coletiva e democrática de todos os integrantes da sociedade, mas sim por um coletivismo burocrático que é junto com o resto, a causa de construir a burocracia uma classe privilegiada cujos membros, embora não sejam individualmente donos de grandes riquezas, em conjunto controlam, dirigem e desfrutam da parte do leão de riqueza que, teoricamente, pertence à nação, representada pelo Estado; mas, como uma e o outro sempre foram pretextos sociais e políticos, na prática tudo o que forma tal riqueza é, de fato, propriedade da burocracia.

E esta burocracia, como todas as classes privilegiadas que a História registra, explora os trabalhadores, assegurando sua submissão, sem que eles tenham qualquer instrumento de defesa, por meio das leis e demais disposições que dita e faz cumprir, pela força do exército e da polícia. Quanto aos trabalhadores, não havendo na Rússia e nos demais países que se ajustam ao seu modelo outro padrão que não seja o Estado, falta-lhes até a relativa liberdade que o capitalismo lhes confere de servir à empresa que lhes convier, além de que, ao contrário do que acontece igualmente nas nações democráticas, não têm direito à greve nem contam com os meios jurídicos e associativos que, nas democracias, são coisas óbvias e naturais.

Tão retrógrado e desumano é o totalitarismo "soviético", autodenominado de "socialista", que Trotsky, apesar de ter sido até a sua morte defensor do sistema de que ele e Lenin foram os principais artífices, ao qual, quando muito, chamou de "Estado operário degenerado" e que, até às vésperas de seu falecimento, negou constituísse a burocracia soviética uma classe à parte, Trotsky, dizíamos, ao referir-se ao estatismo do governo russo, afirmou: "A propriedade do Estado não é a de *todo o povo*, a não ser na medida em que desapareceram os privilégios e as distinções sociais... Em outras palavras, a propriedade do Estado se faz socialista na medida em que deixa de ser propriedade do Estado. Ao contrário, quanto mais o Estado soviético se eleva acima do povo, mais duramente se opõe, como guardião da propriedade, a esse povo, e mais claramente se coloca contra o caráter socialista da propriedade estatizada".

Por todas essas características do chamado "socialismo soviético", os operários das nações industrializadas não acreditam nele e voltaram-lhe as costas, até o ponto de apesar do que disse recentemente Solzjenitsyn e da ajuda dos capitalistas dos EUA, por exemplo, nesses países as grandes organizações sindicais constituem a vanguarda da luta contra o regime russo, criticando a classe capitalista e o seu próprio governo por tal ajuda.

BUROCRATAS E ESQUERDISTAS

Por seu turno, o proletariado das nações da América Latina tem uma atitude parecida com a de seus irmãos de classe da maioria dos países industrializados. Sem dúvida, há ocasiões em que alguns pequenos burgueses conseguem erigir-se como líderes de seus sindicatos, dirigindo-os, por certo tempo, pelos caminhos comunistóides que lhes convêm. Mas, quando chegam os momentos culminantes, a massa dos sindicatos operários demonstra com fatos que não simpatiza com o "socialismo" à moda russa. Isto sucedeu em Cuba, por ocasião da entrada de Castro e de seus asseclas em Havana. No Chile foi mais claro, enérgico e eloqüente, pois no princípio do caótico governo de Salvador Allende, os dirigentes sindicais conseguiram que os sindicatos apoiassem aquele regime; mas, à medida que o tempo avançou e as dificuldades do país cresceram, as organizações sindicais chilenas viram-se diante dos fatos e não há dúvida de que as grandes greves que realizaram, até mesmo contra empresas do Estado, constituíram um fator importante, não só para a tomada de consciência do exército contra Allende, como também para a queda final deste.

No Uruguai, os discípulos de Emilio Frugoni, que dirigiam a poderosa central sindical daquele país, um belo dia traíram o seu mestre e se declararam castristas. Mas não apoiaram os tupamaros. E quando o governo uruguaio — que, de um civilismo exemplar teve de passar a um quase militarismo — decidiu exterminar aqueles funestos aventureiros, o proletariado não moveu um dedo. Na Argentina, o sindicalismo operário não é comunista. No Brasil, também não. No México, idem, embora existam pequenos núcleos sindicais dirigidos por comunistas. E assim em toda a América Latina. Portanto, nesta não será pelo caminho do apoio ativo do proletariado que o comunismo poderá conquistar o poder, embora em algumas nações da região seja possível uma ajuda por omissão, inatividade ou cretinismo político dos sindicatos. Por que via, portanto, poderá o totalitarismo, com etiqueta comunista ou

não, chegar ao poder no conjunto de nações de que falamos, ou, pelo menos, num bom número delas? Tentemos uma explicação.

Marx, Engels e Lenin desprezaram sempre, olímpicamente, a pequena burguesia urbana, baseando-se na crença errônea de que, nas sociedades contemporâneas, sua constituição de classe se polarizaria, cedo ou tarde, em proletariado e burguesia, motivo pelo qual os demais extratos sociais não deveriam contar muito ou nada em sua evolução histórica. Erro crasso.

Na América Latina e em quase todos os outros países subdesenvolvidos, durante as últimas décadas, a pequena burguesia e política é constituída pelos: os intelectuais, os políticos oficialistas mais ou menos cultos ou incultos, os funcionários e empregados do Estado, bastante instruídos, os professores, a oficialidade dos exércitos, os líderes sindicais, os profissionais e técnicos de várias especialidades, o clero católico, os empregados das empresas privadas, os jornalistas, os pequenos proprietários, os comerciantes e os artesãos médios e pequenos, etc. Nos países desenvolvidos, todos esses grupos juntos ou separados, têm muito menos peso específico do que as classes burguesa e proletária, as quais, por seu relacionamento cooperativo ou de luta, são as que marcam o rumo histórico, ao lado do grosso do povo, que tem alto sentido de civilidade, pelo qual, nas eleições, faz respeitar seu voto, e o emite de acordo com os interesses nacionais.

Nos países subdesenvolvidos da América Latina não é assim, e resulta natural que a pequena burguesia assinale o sentido da evolução, não por que atuem premeditadamente, numa mesma direção, todos os grupos ou categorias que a formam. Não, mas, dentre eles, o fazem — ainda que seja por algo assim como um instinto político — parte dos intelectuais, os políticos oficialistas, os funcionários e os empregados governamentais, em muitas nações os líderes sindicais e os numerosos jornalistas que vendem suas penas.

Toda essa gente tem como denominador comum as tendências inerentes ao burocratismo e a inclinação para o lado de onde supõem que nascerá o sol da História, quando a batuta é erguida pelos intelectuais e por aqueles membros dos grupos citados que julgam ter informações sobre problemas universais. Mas nem hoje, nem nunca, tais informações passaram do superficial e, em troca, sempre se deixaram levar pelo oportunismo, que é inerente aos indivíduos e grupos que formam a pequena burguesia.

OS RÓTULOS PARA DISFARÇAR

Assim, por exemplo, o escritor russo Máximo Gorky declarou, em 1920, a um grupo de intelectuais norte-americanos e de outras nacionalidades: "No transcorrer dos últimos anos, os gritos de alarma dos intelectuais (sobre a revolução russa) tornaram-se coisa corrente. É natural, pois o trabalho dos intelectuais se reduziu sempre, em grande parte, a embelezar a vida dos burgueses". E, durante a guerra européia, em março de 1917, Romain Rolland escreveu: "A monstruosa razão de Estado levou os espíritos da Europa ao seguinte artigo de fé: o homem não tem ideal mais alto do que o de converter-se em servidor da comunidade. E a comunidade é definida como sendo o Estado". Ou seja, a permanente inclinação para o lado dos poderosos que de alguma forma satisfazem suas ambições. Tal inclinação chega a tal grau que o livro de Milovan Djilas, intitulado *A Nova Classe*, escrito com a tinta do heroísmo e cujo objetivo foi o de fazer o mundo compreender a infâmia do comunismo, sobretudo à pequena burguesia e aos intelectuais latino-americanos, resultou contraproducente, pois, graças às suas denúncias, essa gente pensou que era possível e conveniente pertencer à referida "nova classe", uma vez que, devido ao cretinismo político das grandes potências ocidentais, o chamado mundo socialista se fortalece cada vez mais.

Se, além do anterior, tivermos em conta que, segundo os estudiosos do fascismo de todas as cores, a pequena burgue-

sia foi, na Itália e na Alemanha, quem formou as hostes de seus respectivos totalitarismos, e que, na Rússia, a casta dominante, ainda que proletária na origem, converteu-se logo, como vimos, em pequena burguesia; por tudo isso, é natural, insistimos, que as influentes pequeno-burguesias latino-americanas, no poder ou ainda fora dele, simpatizem com a essência do fascismo, do totalitarismo comunista ou, pelo menos, com a tendência totalitária, seja ou não comunista, isto é, com qualquer tipo de totalitarismo.

Sendo assim, em muitos países da América Latina e de quase todo o Terceiro Mundo, vive-se atualmente um dos maiores paradoxos da História. O de que a pequena burguesia, desprezada por Marx, Engels e Lenin, teria em suas mãos o leme do Estado, da economia e dos mais importantes aspectos da vida social, cultural e política, devido ao fato de que as classes capitalista e proletária são fracas. Como a sua tendência é inevitavelmente totalitária, encaminha-se para o totalitarismo mais ou menos "puro" pela via da burocratização estatal, mediante o fomento da inflação e a nacionalização (estatização) dos bancos, das mais variadas empresas industriais e comerciais e, inclusive, da agricultura.

Por tudo isso, e até o ponto em que, com espírito objetivo e científico se pode fazer previsões sobre o futuro da América Latina, o porvir da maioria dos países que a formam será o totalitarismo pequeno-burguês e burocrático, que na essência se identifica com o comunismo, não importando que se disfarce com os rótulos do nacionalismo, do antiimperialismo, do revolucionarismo, do esquerdismo e até mesmo da democracia.

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes."

NAPOLÊÃO

A Logística das Forças Terrestres Soviéticas *

GRAHAM TURBIVILLE

Ao contrário da crença popular ocidental, os soviéticos desenvolveram um sistema logístico capaz de apoiar as operações de combate móveis, de alta rapidez, advogadas pelos seus planejadores militares.

A União Soviética ocupa uma posição particularmente vantajosa na Europa Central, onde suas divisões e as do Pacto de Varsóvia, ultrapassam amplamente em número as forças da OTAN e onde suas unidades de Infantaria Motorizada, Blindadas e Aerotransportadas, representam uma formidável força de choque, tanto em termos de potência de fogo como em pessoal. Muitos analistas militares ocidentais, no entanto, têm duvidado da capacidade do Exército Soviético para suprir estas divisões no combate de alta rapidez e de grande intensidade advogado pelos seus planejadores.

A Logística Soviética tem sido retratada como sendo primitiva e extremamente austera, em face dos padrões ocidentais. Esta imagem, em sua maior parte, permanece em razão de informações desatualizadas e incompletas. No entanto, sua menção parece evocar em muitas mentes a imagem de agonizantes colunas de suprimento hipomóveis, lutando através da neve até as ilhargas. Esta concepção está muito longe da verdade.

* Traduzido da Revista *Army Logistician*, Jul/Ago 72, pelo Maj Int QEMA Luiz Carlos Prati Molina.

Na Segunda Guerra Mundial, a indústria da URSS estava apta a produzir grandes quantidades de armas, munições e outros materiais. Esta capacidade de produção, combinada com vastas somas de ajuda militar das Potências Aliadas, dotou o Exército Vermelho com estoques de suprimento mais do que adequados. As maiores deficiências de os soviéticos sustentarem operações de combate foram nos setores de organização e transporte na área de retaguarda. Eles sofreram uma aguda escassez de viaturas de transporte e foram diversas vezes forçados a valer-se, em parte, de animais de tração, particularmente no nível tático (divisão e abaixo). Os movimentos estratégicos de suprimento foram executados principalmente por ferrovias. Os registros militares da URSS na Segunda Guerra Mundial estão cheios de numerosos exemplos de unidades do Exército Vermelho sendo forçadas a retrair devido a transporte inadequado de suprimentos e deficiente planejamento de serviços de retaguarda. Mesmo com esta imagem sombria, eles registram, no entanto, que as Unidades do Exército Ativo despenderam 427 milhões de bombas e minas, cerca de 17 bilhões de cartuchos, mais de 13 bilhões de toneladas de combustíveis e cerca de 40 milhões de toneladas de alimentos e forragens. Destes e de outros suprimentos, registram que 100 milhões de toneladas foram transportadas unicamente por viaturas motorizadas, um fato impressionante, considerando-se o precário estado desse seu transporte. A União Soviética tem trilhado um longo caminho após o período de 1940-45, quer econômica quer militarmente.

Os serviços de retaguarda soviéticos parecem ser tão eficientes em modelo e equipamento, quanto os de qualquer exército ocidental. Conquanto a União Soviética mantenha estreita segurança em muitos detalhes de possibilidades militares e organização, pode ser feita uma análise do seu sistema logístico através dos inúmeros artigos e estudos publicados em periódicos profissionais militares e jornais. O mais notável entre eles, do ponto de vista logístico, é o *Tyl i snabzheniye Sovetskikh vooryzennykh sil* (Retaguarda e

Suprimento das Forças Armadas Soviéticas). Este mensário apresenta uma variedade de artigos sobre diversos aspectos da logística das Forças Armadas Soviéticas e é usado como um meio de treinamento para o pessoal do serviço de retaguarda.

Nas Forças Armadas Vermelhas, há um Vice-Ministro de Defesa, que também tem o título de Comandante da Retaguarda, que aparece como responsável pela coordenação da maioria das atividades logísticas, e, evidentemente, dirige diretamente estas atividades até seus níveis mais baixos. Nos escalões sucessivamente mais baixos, também aparece um Comandante da Retaguarda, que tem relações de responsabilidade tanto junto a seu Comandante de Unidade quanto ao Comandante da Retaguarda do nível imediatamente mais elevado. Ainda que estes Comandantes coordenem as funções logísticas gerais, um certo número de áreas logísticas permanece sob responsabilidade de Diretorias Independentes e Organizações de tropa. Por exemplo, a Diretoria Principal de Mísseis e Artilharia é responsável pelo suprimento de munição e o Comandante das Tropas de Engenharia é responsável pelos suprimentos e equipamentos de Engenharia. Dentre estes itens logísticos e funções controladas, quer pelo Comandante da Retaguarda ou Diretorias Independentes que tenham sido identificadas em publicações militares soviéticas, estão as seguintes:

- Combustíveis e Lubrificantes (Diretoria de Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes);
- Munições e Armamento (Diretoria Principal de Mísseis e Artilharia);
- Blindados e Armas de Assalto (Diretoria de Blindados Pesados);
- Equipamentos e Suprimentos de Veterinária (Chefe do Serviço de Veterinária);
- Alimentos e Suprimentos Correlatos (Diretoria de Suprimento de Rações);

- Materiais de Propaganda e Outros Itens Selecionados de Treinamento (Diretoria Principal de Política);
- Materiais de Construções e Edificações (Diretoria de Construção e Quartéis Militares);
- Vestuário e Equipamento (Diretoria de Suprimento de Vestuário e Equipamento).

Em complemento a estas Diretorias de suprimentos e serviços, estão as Unidades e Diretorias que provêm transporte motorizado, tropas ferroviárias, construção de oleodutos e outros serviços correlatos.

O valor das Unidades Específicas que desempenham funções logísticas é geralmente desconhecido. Há indicações, no entanto, que existe um decréscimo em complexidade no sentido dos mais altos para os mais baixos escalões, com algumas funções encontradas como elementos independentes nos escalões mais altos, porém combinadas com outras nos escalões mais baixos.

Na Segunda Guerra Mundial, o Exército Vermelho dividiu seu sistema logístico em um sistema tático e um operacional. Pode-se esperar que uma disposição semelhante possa existir em qualquer conflito futuro. O sistema tático desempenha funções logísticas no nível divisão e abaixo. A estrutura do sistema tático repousa em uma organização móvel. Ela está fixada na Zona de Combate, 5 a 30 quilômetros da linha de frente, e acompanha cerradamente as tropas na ofensiva. O sistema tático possui depósitos de suprimentos menores e menos subunidades logísticas de manutenção, transporte, saúde e outras, do que o sistema operacional.

O sistema de apoio logístico operacional, baseado em exércitos de campanha e *fronts* (grupos de exércitos), compreendem bases e depósitos que armazenam todos os tipos de armamento, equipamento e suprimentos. Inclui, também, meios de transporte motorizados, ferroviários, aquáticos e aéreos, bem como manutenção de saúde, de estradas e ferro-

vias e diversas outras organizações. O sistema operacional está ligado cerradamente com o sistema central de transporte, desenvolvendo-se quer através da União Soviética, quer sobre o Teatro de Operações. O fluxo dos suprimentos é do nível mais alto para o mais baixo. Assim, os depósitos centrais suprem os distritos militares ou *fronts*; os *fronts* suprem os exércitos, e assim por diante.

As prioridades de suprimento colocam as munições e os combustíveis como itens mais essenciais ao sucesso das operações de combate no TO. Os registros militares enfatizam a entrega tempestiva de munições e combustíveis às unidades de combate cuja cadência de progressão possa exceder a 80 quilômetros por dia.

A munição é suprida e armazenada de acordo com um padrão específico chamado *unidade de fogo*. Uma unidade de fogo para uma determinada organização, é a soma total de munição atribuída a cada tipo de armamento para a organização inteira. Uma percentagem específica ou múltiplo da unidade de fogo é estabelecido para as unidades, como o total a ser armazenado ou transportado. O consumo de munição também é expresso em unidades de fogo. Por exemplo, os soviéticos registram que um exército de armas combinadas na Segunda Guerra Mundial consumia uma média de 0,1 a 0,2 unidade de fogo por dia ou tanto quanto 600 toneladas. É lógico que eles assinalam um grande aumento na potência de fogo após a Segunda Guerra Mundial e o consumo de munição deve ser, provavelmente, muito maior para um exército moderno.

Assim como a munição, o suprimento e a armazenagem de combustíveis são feitos segundo um padrão. Para combustíveis, este padrão é chamado *recompletamento*. Dependendo do tipo de viatura, um recompletamento é a quantidade de combustível necessária para encher integralmente seu tanque ou a quantidade de combustível necessária para uma viatura deslocar-se a uma determinada distância. Um

recompletamento de unidade é o total dos recompletamentos de todas as viaturas atribuídas a uma determinada unidade. Na Segunda Guerra Mundial um exército soviético podia consumir cerca de 300 toneladas de combustível por dia, durante uma operação de oito a dez dias (esta soma, certamente, cresceu enormemente).

! Outras categorias de suprimento incluem rações, vestuários, peças de reparação e outros suprimentos, técnicos ou não. Pouco tem sido publicado a respeito dos requisitos e procedimentos de suprimento aplicáveis a esses itens, além de que eles têm sido fornecidos de acordo com o princípio da entrega à frente.

Através de toda a Segunda Guerra Mundial as forças terrestres soviéticas se apoiaram principalmente no transporte de suprimento. Conquanto a ferrovia deva, certamente, desempenhar importante papel nos seus futuros planos de transporte, sua doutrina acentua a vulnerabilidade das linhas férreas e indica que as futuras operações de suprimento podem depender grandemente dos meios rodoviários e aéreos. Outro fator que torna essencial o transporte logístico flexível é o tipo de operações de combate, móveis e de alta velocidade, previsto pela doutrina.

Dentre os caminhões soviéticos, mencionados mais freqüentemente como sendo viaturas de transporte logístico, estão os de modelos ZIL-157, ZIL-131 e URAL-375, para uso geral. As viaturas especiais de transporte de combustível têm tanques de mil galões, montados em variações das viaturas-padrão de uso geral. Os combustíveis também são transportados por oleodutos de campanha. Nos escalões mais altos existem unidades especiais de construção de oleodutos.

Na Segunda Guerra Mundial um "front" soviético era apoiado por uma brigada de transporte motorizado, composta de várias centenas de caminhões. Quando necessário, foram destinados batalhões adicionais, destinados aos elementos do "front". Um exército de campanha era, normalmente, apoia-

do por diversos Batalhões de Transporte Motorizado. Conquanto nenhuma informação recente tenha sido publicada a respeito do valor atual das unidades soviéticas de transporte motorizado, freqüentemente é dada ênfase a que a mobilidade e a capacidade dos serviços de transporte da retaguarda aumentaram grandemente. A inclusão das viaturas de transporte arroladas acima representa uma significativa melhoria qualitativa nesses transportes.

O uso de aviões e de helicópteros para operações de ressuprimento, foi demonstrado com grande sucesso durante a invasão da Tchecoslováquia, em 1968, e recebeu muita atenção pela imprensa militar soviética. Durante os exercícios do Pacto de Varsóvia têm sido executadas operações de transporte por aviões e helicópteros.

A manutenção das armas e equipamentos é, evidentemente, responsabilidade da organização militar ou da Diretoria de Serviço especializada. A manutenção dos carros de combate, por exemplo, é responsabilidade da Diretoria de Blindados Pesados, onde o material de comunicações é reparado por equipes das OM de Comunicações.

A reparação de viaturas pelo Exército Soviético é dividida em três categorias gerais:

- “reparos de rotina”, que envolvem a substituição, ajuste ou reparo de peças simples que possam ser substituídas com um gasto de tempo mínimo. Os componentes principais não são desmontados. Este tipo de manutenção é desempenhado nos escalões abaixo de divisão;
- “reparos médios”, que envolvem a reparação completa de pelo menos dois conjuntos básicos. Este tipo de reparação é desempenhado normalmente no nível Divisão ou Regimento;
- “reparos capitais”, que envolvem a reparação completa ou a desmontagem completa de uma viatura.

Este é o tipo mais extenso de reparo desempenhado pelos soviéticos e corresponde ao mais elevado escalão de manutenção do Exército Americano. Os *reparos capitais* são desempenhados nos níveis Exército e *Front*.

Em complemento às três categorias principais de reparação há procedimentos periódicos de manutenção, programados e conhecidos como prestação de serviços técnicos. A manutenção e reparo de armas leves, artilharia, morteiros e outros armamentos estão sob a responsabilidade dos Chefes de Armamento de Mísseis e de Artilharia. Assim como nas viaturas, a manutenção e reparos são executados em bases programadas ou segundo as necessidades.

Segundo o desejo dos planejadores soviéticos de ter uma Área de Retaguarda completamente móvel, a reparação de equipamentos pode ser desempenhada por viaturas-oficinas móveis. Estas viaturas, montadas sobre caminhões de carga para fins gerais, de fabricação soviética, são capazes de reparar virtualmente em campanha todos os tipos de equipamentos. O fato de que muitos equipamentos podem ser reparados, nas linhas de frente, por estas oficinas móveis, reduzindo grandemente o tempo de indisponibilidade das viaturas danificadas. As unidades móveis de reparação têm sido mencionadas pelos soviéticos como existentes em níveis tais como batalhões. Os níveis mais elevados normalmente são responsáveis pela evacuação do equipamento danificado, dos níveis mais baixos, quando necessário. As viaturas que necessitam reparos são recolhidas aos Pontos de Serviço Técnico de Campanha (PTO, em sigla russa). Estes PTO podem ser consolidados em Pontos de Coleta de Viaturas Danificadas (SPPM, em sigla russa), mais amplos. Dentro do SPPM, as viaturas são dispostas em setores especiais, dependendo do tipo de reparação necessitado. As viaturas que requerem a menor soma de trabalho são reparadas primeiro.

Dentro dos anos recentes, os militares soviéticos têm prestado crescente atenção ao uso de computadores na solução de problemas logísticos. Conquanto ainda estejam atrás

de alguns exércitos ocidentais na aplicação de computadores na Logística, há neles uma presente e crescente capacidade. Nas publicações sobre os serviços de retaguarda também é mencionado o crescente interesse dos soviéticos em pesquisa operacional e análise de sistemas.

Talvez o desenvolvimento mais significativo seja (em termos de efeitos imediatos) o uso de helicópteros em operações de ressuprimento. Os helicópteros usados mais frequentemente para trabalhos logísticos são os modelos MI-4 e MI-6. Em um exercício de serviço de retaguarda há alguns anos, os helicópteros MI-4 e MI-6 entregaram 50 toneladas de munição, 100 toneladas de combustíveis e 20 toneladas de rações para um campo de aterrissagem. Esta operação foi executada de acordo com um plano bem coordenado. Os helicópteros chegavam à área de aterrissagem, com um intervalo de 1,5 a 2 minutos entre os grupos. Assim que cada helicóptero aterrissava, seu número de identificação era transmitido a um ponto de despacho, onde equipes de viaturas os esperavam e transferiam suas cargas para as viaturas. Os ressuprimentos por aterrissagem convencional e por lançamento, são também, praticados pelos soviéticos em escala cada vez maior.

A explanação precedente tocou somente em alguns dos mais importantes aspectos dos Serviços de Retaguarda soviéticos. Uma grande quantidade de informações está indisponível e assim permanecerá no futuro previsível. Isto é particularmente verídico, tanto quanto os dados quantitativos sobre o valor das unidades, viaturas disponíveis, suprimentos necessários versus suprimentos disponíveis, e assim por diante. É na base de tais informações específicas que uma avaliação real das possibilidades logísticas soviéticas deve ser efetuada. No entanto, apesar desta falta de informações, um número de observadores ocidentais tem expressado a crença de que os efetivos logísticos soviéticos não são suficientes para promover o suprimento dos itens essenciais. Não há base real para manter esta crença. De fato, todas as indicações parecem ser ao contrário. A doutrina logística soviética está

baseada em princípios sólidos nos quais os suprimentos vitais ao combate recebem a mais alta prioridade. O suprimento de rações e o apoio de saúde, conquanto esparsos segundo os padrões ocidentais, são considerados adequados pelos soviéticos, que se orientam pela missão. No passado a doutrina soviética indicava que muitos suprimentos fossem obtidos principalmente através da exploração dos recursos locais. Tem sido dito às tropas soviéticas para basear-se principalmente em tal atividade para suprir suas necessidades em rações. É improvável que isto seja ainda o caso. Em um ambiente nuclear os soviéticos acreditam que existirão áreas amplamente espalhadas de contaminação nuclear, sem mencionar a possibilidade de contaminação química e biológica. Esta perspectiva não é compatível com alimentação em áreas muito espalhadas. Em resumo, os soviéticos estão equipados com modernas rações e cozinhas de campanha perfeitamente capazes de suprir as necessidades de alimentação.

As viaturas soviéticas são de desempenho moderno e são comparáveis aos modelos dos Estados Unidos. Realmente, alguns dos caminhões soviéticos não especializados têm maior capacidade de carga de que os americanos. Os modernos procedimentos de manutenção e equipamentos muito contribuem para promover a rápida reparação de viaturas e equipamentos danificados. Tem sido aventado que os serviços de retaguarda soviética são concebidos para atuar em uma guerra nuclear móvel, de alta velocidade e seriam inadequados para um conflito convencional. No entanto, a doutrina soviética é orientada para a ofensiva altamente móvel, com ou sem o uso de armas nucleares.

O Tenente-General M. Novikov, Chefe de Estado-Maior de Logística das Forças Armadas Soviéticas, escreveu:

“Presentemente temos uma estrutura logística capaz de garantir operações móveis pelas tropas, em qualquer situação, com ou sem armas nucleares envolvidas”.

O treinamento do pessoal dos serviços de retaguarda é evidentemente intenso. Através de um número de escolas de treinamento logístico especializado, o uso do treinamento "no trabalho", manobras das unidades e participação em exercícios conjuntos do Pacto de Varsóvia eles procuram melhorar, constantemente, a qualidade do pessoal desses serviços.

Em síntese, todas as informações disponíveis indicam que os soviéticos usufruem de uma moderna organização de serviços de retaguarda em cada sentido da palavra. Conquanto enfrentem, indubitavelmente, muitos problemas logísticos (como todos os exércitos), aparentam ter o pessoal, equipamento e doutrina necessários para suprir modernas forças terrestres em combate.

"Se um dia já homem feito e realizado, sentires que a terra cede aos teus pés, que as tuas obras se desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta à tua infância e balbucia entre lágrimas e esperanças as últimas palavras que sempre te restarão na alma: MINHA MÃE, MEU PAI!"

RUI BARBOSA

INFORMAÇÕES

1. AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DO EXERCITO SOVIÉTICO

Idéia Geral

- Na última década, os soviéticos realizaram uma ampla modernização e melhoramento de suas forças terrestres.
- As forças terrestres são o componente mais numeroso das Forças Armadas da URSS.
- O exército está estruturado, basicamente, para uma guerra terrestre intensa e de curta duração, caracterizada por operações ofensivas maciças e velozes.
- A doutrina e a instrução soviéticas, tanto para a guerra convencional como para a nuclear, dão ênfase à primazia da ofensiva, ressaltando a utilização da surpresa, do poder de fogo, da manobra e da velocidade.

Efetivo em Pessoal

- O efetivo total das Forças Armadas Soviéticas da ativa é 2,1 vezes maior que a das FA dos EUA (4,4 versus 2,1 milhões).
- O efetivo das forças terrestres russas supera em mais de 300 por cento o do Exército Americano (2,5 versus 0,735 milhões).
- A Reserva soviética é três vezes mais numerosa que a dos Estados Unidos (6,8 versus 1,8 milhões). Nesse item estão incluídas as Guardas Nacionais do Exército e da Força Aérea.

Organização das Forças Terrestres

- Há três diferentes tipos de divisão nas forças terrestres russas: de infantaria motorizada, blindada e pára-quedista.
- As divisões soviéticas são menos numerosas em pessoal que as suas correspondentes americanas (9.500 a 12.000 na URSS versus 16.000 nos EUA) porém se equivalem em poder de fogo e, em alguns casos, as ultrapassam.

- Em tempo de paz, as divisões russas são mantidas em uma das três categorias de aprestamento a seguir:

Categoria I — de 3/4 do efetivo à sua totalidade.

Categoria II — entre 1/2 a 3/4 do efetivo, com a dotação completa de viaturas de combate.

Categoria III — cerca de 1/3 do efetivo, possivelmente com a dotação completa em viaturas de combate.

- Todas as divisões soviéticas na Europa Oriental são de Categoria I.

Comparação Quanto ao Material mais Importante

	URSS	EUA
Carros de Combate Médios	42.000	9.000
VBTP e Viaturas Blindadas de Combate	30/40.000	22.000
Artilharia	15/20.000	6.000
Helicópteros	2.500	9.000

Iniciativas Soviéticas em Equipamento para as Forças Terrestres

- Os russos produziram e distribuíram às suas unidades uma série de sistemas de armas que aumentaram consideravelmente a capacidade de combate de suas forças terrestres, tanto para a guerra convencional como para a nuclear. Entre eles se incluem:

772 carros de combate médios (em produção)
 Viaturas blindadas para combate de infantaria BMP
 Viaturas de combate anfíbias aerotransportáveis
 BMD
 Artilharia autopropulsada (122mm e 152mm)
 Mísseis táticos terra-ar (SA8, SA9)
 Helicóptero Hind-A
 Canhão antiaéreo ZSU23-4

- Os soviéticos desenvolveram um amplo sistema de defesa aérea, com armas que vão desde o escalão companhia/bateria até o mais alto escalão — a frente de combate.
- O sistema engloba desde os SAM portáteis, conduzidos pelo homem, até os montados em viaturas sobre lagartas, os quais cobrem o espectro de baixa e média altitudes.

- Os russos também dispõem de uma variedade de canhões antiaéreos, desde o de 57mm auto-rebocado, até o ZSU23-4 de quatro tubos, autopropulsado.

Comparação Entre as Razões de Produção Relativa

- A URSS ultrapassa os EUA na produção de todos os itens mais importantes de material bélico para as forças terrestres, exceto em helicópteros.

1972-74 (Média Anual)

	URSS	EUA
Carros de Combate Médios	3.000	462
VBTP	4.400	860
Artilharia	1.200	170
Helicópteros	710	920

Capacidade Soviética em Guerra Química

- As forças soviéticas são as mais bem treinadas e equipadas do mundo para realizar ataques químicos e para atuar sob condições de guerra QBR.
- Os russos poderiam iniciar e manter uma guerra química em larga escala, seja especificamente, seja em combinação com armamento convencional ou nuclear.
- Dispõem de suficientes sistemas de lançamento para empregar uma grande variedade de agentes químicos, seja por terra, por mar ou pelo ar.

(Military Review)

2. SIMULADORES DE VEÍCULOS TERRESTRES

A divisão *Link-Miles da Singer Company* obteve aprovação do Ministério da Defesa Britânico, para iniciar os trabalhos relativos à instalação de simuladores de condução para diversos veículos blindados, destinados ao Exército

O complexo n.º 1 será instalado no *Royal Armoured Corps Centre*, de Bovington, e compreenderá quatro cabines de condução que reproduzirão as cabines dos carros *Chieftain*, *Scorpion*, VTT FV 432 e CET. Neste complexo, a cabine do *Chieftain* estará associada a um assento independente para o instrutor e a uma calculadora PDP 11/35, e as outras três estarão associadas a um único assento para o instrutor e a uma calculadora PDP 11/05. Ambas as calculadoras

estarão ligadas, por meio de um multiplexador, a uma mesma representação do terreno de tipo europeu sobre o qual se instalarão duas câmaras de televisão a cores. Deste modo será possível usar simultaneamente as duas cabines, a do *Chieftain* e uma das outras três.

O complexo n.º 2 será instalado em Catterick e constará de duas cabines do carro *Chieftain* e duas do carro *Scorpion*. Este complexo estará organizado de maneira diferente do anterior. Cada uma das cabines do *Chieftain* e do *Scorpion* corresponderá uma cabine para o instrutor e uma calculadora 11/05. As quatro calculadoras estarão ligadas por multiplexadores a maquetes do terreno, sobre as quais se instalarão duas câmaras de televisão a cores. Assim poderão ser utilizadas simultaneamente as quatro cabines associadas a cada uma das maquetes.

O contrato estimado oficiosamente em 3 milhões de libras, é o mais importante do gênero obtido até agora pela *Link-Miles* e consolida a posição dominante da empresa em matéria de simulação de veículos terrestres.

A empresa conseguiu seus primeiros grandes êxitos em 1974, com um simulador do *Chieftain* para o Irã, que foi rapidamente seguido pela Holanda (*M 113* e *Leopard*), Dinamarca (*Leopard* e *Centurion*) e Índia (*Vijayanta*).

Acredita-se que a empresa desenvolve, agora, simuladores de veículos não europeus, buscando obter pedidos do exército dos Estados Unidos da América.

(*Revista Internacional de Defesa*)

3. RADAR PARA LOCALIZAÇÃO DE MORTEIROS

O novo radar do Exército norte-americano, para localização de morteiro (MLR), pode vir a ser a solução para a velha exigência militar de localização rápida, precisa e logo ao primeiro disparo, de morteiros inimigos.

Segundo os testes oficiais, a velocidade de reação do novo sistema é tão rápida que na maior parte das vezes as armas foram localizadas antes que a primeira granada atingisse o solo. O radar emprega novos filtros especiais para processamento do sinal e para o programa do computador, combinados com outras técnicas, as melhores conhecidas atualmente, de rejeição e de interferência.

Os testes têm demonstrado, ainda, que dentro de seu alcance, pode o sistema localizar também peças de artilharia.

(*Military Review*)

4. ESTRUTURA DAS FUTURAS GRANDES UNIDADES FRANCESAS

As divisões blindadas e de infantaria, previstas na reorganização do Exército francês, terão estrutura diferente das atuais GU.

As divisões blindadas terão a seguinte organização:

- 2 Rgt mecanizados;
- 2 Rgt de carros de combate;
- 1 ou 2 Rgt de artilharia;
- 1 Cia de projétores;
- 1 Cia anticarro;
- 1 Rgt de engenharia;
- 1 Rgt de Cmdo a Apoio.

Estas divisões serão equipadas com os carros de combate AMX-30, viaturas de transporte de pessoal AMX-10 e importantes meios anticarro e de morteiros. Os Rgt de artilharia serão dotados de Can 155mm, de grande cadência de tiro, ou de lança-foguetes múltiplos.

As divisões de infantaria serão assim organizadas:

- 3 Rgt Inf motorizada;
- 1 Rgt de carros leves;
- 1 Rgt de artilharia;
- 1 Cia de engenharia;
- 1 Rgt de Cmdo e Apoio.

Nestas Div, os RI disporão de seus meios de transporte, de Mrt 120mm e de um potente armamento anticarro, notadamente 72 *Milan*.

Nesta nova organização serão mantidas uma Div de montanha e uma Div aeroterrestre.

Os C Ex terão os seguintes elementos orgânicos:

- 2 ou 3 Rgt *Pluton*;
- 1 Rgt Inf motorizada;
- 2 Rgt de reconhecimento;
- 2 Rgt de artilharia superfície-superfície
- 4 Rgt de artilharia superfície-ar;
- 2 Rgt de engenharia;
- 2 Rgt de aviação leve do exército;
- 1 Rgt de busca de alvos;
- Unidades de Cmdo e Apoio.

(Défense Nationale)

5. MARDER EQUIPADA COM O MILAN

A Bundeswehr deu à sua VMCI (viatura mecanizada para combate de infantaria) Marder a possibilidade de atuar contra carros de combate, através da colocação, no lado direito da torre, de um lançador do míssil anticarro *Milan*, de alcance médio.

Esse sistema de míssil filoguiado, semi-automático, de rotação estabilizada, tem alta probabilidade de impacto à distância de 25 a 2.000m. Ele pode também ser utilizado em viaturas mais antiga como a VBTP M 113.

(Military Review)

6. MULHERES EM WEST POINT

Em julho de 1976, 80 a 100 mulheres quebraram 174 anos de velha tradição. Elas serão as primeiras moças a ingressar na Academia Militar de West Point.

West Point deverá formar cerca de 50 mulheres para atender a projeção da necessidade de tenentes para 1980. O planejamento para esse curso teve início na primavera de 1975, quando uma lei a respeito foi aprovada.

O programa da Academia não foi modificado e pouca coisa relativa ao treinamento militar será mudado. As modificações serão feitas nas áreas de treinamento físico, alojamento e uniformes. Por exemplo, durante o 1.º ano de West Point, todos os cadetes aprendem box e luta livre, mas, baseado em recomendação de autoridades médicas, a autodefesa está sendo substituída para os cadetes femininos.

Por uma série de razões, as mulheres também estarão proibidas de participar com os homens, nos duros contatos de vários esportes como o futebol e o hóquei. Outras modalidades esportivas, porém, estarão abertas para qualificar as atletas.

O ginásio de esportes dos cadetes está sendo previamente ampliado. Os planos prevêm o acréscimo de dependências femininas. Banheiros estão sendo remodelados e locais destinados aos esportes estão sendo preparados perto dos alojamentos femininos, em cada batalhão.

Como em muitos colégios internos em todas as partes do país, as mulheres serão alojadas no mesmo pavimento dos homens mas eles não terão companheiros de quarto femininos. Essas acomodações exigirão uma série de normas para o trajar no interior dos alojamentos.

O uniforme feminino é outro problema criado que vem sendo estudado.

(Infantry)

7. A PROGRAMAÇÃO MILITAR FRANCESA DE 1977 A 1982

A programação militar aprovada para ser posta em execução na França, no período compreendido entre 1977 e 1982, pretende realizar um justo equilíbrio entre as despesas relativas ao pessoal, as atividades operacionais e o equipamento das forças convencionais e nucleares.

No que concerne às forças nucleares estratégicas, os recursos serão orientados para o seu desenvolvimento, de modo a que possam salvaguardar sua credibilidade, qualquer que seja a evolução das ameaças eventuais.

A parte os Mirage IV, que serão mantidos em serviço até cerca de 1985, a melhoria dessas forças será efetuada, primeiro com o aperfeiçoamento das cargas nucleares e depois pela construção de novos mísseis com ogivas múltiplas e alcance consideravelmente aumentado.

Um quarto submarino nuclear entrará em serviço até 1977 e um quinto, entre 1979 e 1980. Um sexto submarino aperfeiçoado será contruído e se constituirá no primeiro de uma nova geração de submarinos atômicos.

Os mísseis S2 de *Plateau d'Albion* serão entre 1978 e 1982, substituídos pelos S3 de carga termonuclear.

Aos dois Rgt *Pluton* atualmente em serviço virão se juntar dois outros em construção e um quinto será implantado até o término da programação.

Será possível, também, o desenvolvimento e a modernização do armamento tático nuclear da força aérea e aviação embarcada.

O exército se beneficiará sobretudo de um importante esforço para supri-lo de novos equipamentos a partir de 1980. Durante a primeira parte da programação ele realizará sua reorganização de modo a formar 16 divisões, das quais 8 serão blindadas, 6 de infantaria, 1 de montanha e 1 aeroterrestre. Essas GU serão mais leves do que as atuais, de tal modo que essa reorganização será compatível com uma diminuição do efetivo total do exército.

No que se refere ao material, o número de carros em linha atingirá 1.200, em 1982, enquanto os veículos de transporte de pessoal e os carros de reconhecimento não atingirão os totais previstos até essa data. Já a construção do armamento anticarro *Milan* estará, praticamente, coberto. Moderno armamento individual de fabricação francesa entrará em serviço em 1979.

LIVROS

1. ALVIN TOFFLER E O ADMINISTRADOR MODERNO (*)

Ten Cel Inf QEMA

OMAR LIMA DIAS

O Choque do Futuro

Embora a grande obra *O Choque do Futuro*, de Alvin Toffler, tenha tido uma relativa difusão no Brasil, a partir de sua edição brasileira de 1973, não foi possível sentir sua influência, ou pelo menos sua apreciação, nos trabalhos dos estudiosos da Administração ou da Sociologia. Entretanto, mais do que simples apresentação de fatos tendentes a novas formulações nas áreas de vivência do homem, a obra de Toffler apresenta esquemas de solução nos rumos prováveis dos acontecimentos atuais e futuros. Mais do que simples futurologia, sua obra é prospecção, pesquisa e tomada de posição em face de problema de transcendental importância: o choque que as mudanças estão causando no ser humano.

A amplitude profissional

Um fato vem ocorrendo comumente nos dias de hoje, particularmente no campo de trabalho daqueles que têm ao seu encargo funções de planejamento, tomada de decisões e gerência dos complexos assuntos administrativos. Tal fato é a capacidade, sempre crescente, exigida do executivo no tocante à coordenação e execução das inúmeras tarefas que envolvem as organizações atuais. Modernização administrativa, comunicações, sistemas de informações, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, gestão financeira e orçamentária, eficiência técnica, vendas, mercados e inúmeros outros assuntos parecem se engajar no esforço de vencer o administrador ou de obrigá-lo a uma constante atualização técnica e cultural para que possa sobreviver.

* TOFFLER, Alvin — *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1973. 406p.

Essa conjugação de esforços que envolve o moderno executivo parece tender a formas sofisticadas de atuação. Se de um lado a tecnologia avança, criando novos campos e métodos, por outro lado o homem de nossos dias necessita absorver uma capacidade de adaptação, em níveis até hoje desconhecidos, para permanecer em atualização compatível com a época. Tal necessidade ocorre não somente na área profissional, mas nas inúmeras outras áreas em que o homem se integra. Além disso, evoluindo rapidamente os conceitos tradicionais relativos ao trabalho, a lealdade profissional, à vivência conjugal e familiar, à vida em sociedade, ao ensino, às artes, e a tudo mais que nos envolve, gerando segundo Toffler, um novo tipo de indivíduo: o homem modular.

Novos Conceitos

Alvin Toffler, em sua obra *O Choque do Futuro*, conseguiu captar o conteúdo e a significação das mudanças que se processam no mundo, bem como suas possíveis conseqüências para o homem, este considerado como ente modular, composto de aspectos diversos.

Emergem de sua obra conceitos novos ainda não percebidos pelas diversas áreas do conhecimento, tais como o fim da permanência, a ênfase da transitoriedade, a novidade, a diversidade, os limites de adaptação e as estratégias de sobrevivência. Estes conceitos não devem ser desconhecidos pelo executivo moderno, porquanto têm grandes reflexos em suas áreas de atividades. Hoje, segundo Toffler, não mais existe a permanência, e a transitoriedade é a tônica atual nas relações profissionais, sociais e culturais. No mundo de hoje deverão sucumbir os que se deixam superar e que negam a existência da mudança — darão lugar aos que, apresentando grande capacidade de adaptação, preparam-se para a liderança na sociedade do futuro que se avizinha.

Os Ultrapassados

Toffler apresenta a caracterização daqueles que se deixam ultrapassar, a despeito de viverem numa era evolutiva, grandiosa e plena de desafios à capacidade do homem:

"Muitos de nós temos um vago sentimento de que as coisas estão mudando com uma velocidade maior do que a do costume. Tanto os médicos quanto os homens de negócios queixam-se de que não podem acompanhar os últimos acontecimentos do progresso nos seus respectivos campos de atividades. É rara a reunião ou a conferência que hoje ocorre sem que haja alguma oratória ritualística

acerca do *desafio das mudanças*. Em muitas nota-se um mal-estar qualquer — uma suspeita de que as mudanças estão fora de qualquer controle.

Nem todos, no entanto, compartilham desta ansiedade. Milhões transitam como sonâmbulos ao longo de suas vidas como se nada houvesse se modificado desde a década dos anos 1930 e, ainda, como se nada se modificasse no futuro. Vivendo no selo do que certamente é um dos períodos mais estimulantes na história da humanidade, tais pessoas tentam escapar dele, bloqueá-lo de suas vidas, como se fosse possível fazer com que a época se esvanecesse pelo simples fato de ignorá-la. Procuram a consecução de uma "paz em separado", uma imunidade diplomática que os proteja das mudanças.

Vêem-se tais pessoas por toda parte: velhos, resignados em deixar passar os seus dias e anos, tentando evitar, a qualquer custo, as intrusões das coisas novas. Pessoas de trinta e cinco anos de idade e de quarenta e cinco — já velhas, que ficam nervosas em relação aos conflitos provocados por estudantes, pelas demonstrações de sexo, pelo LSD ou pelo uso das minissalas, tentando febrilmente persuadir-se a si mesmas de que, no final, a juventude sempre foi rebelde, e que o que se passa nos dias de hoje não é diferente daquilo que ocorreu no passado. Até mesmo no selo dos jovens encontramos uma incompreensão quanto às mudanças: são estudantes tão ignorantes das coisas do passado que não vêem nada de estranho nas ocorrências do presente.

O fato conturbador está em que a vasta maioria das pessoas, incluindo-se as pessoas educadas e de qualquer forma refinadas nos seus gostos, acha a idéia de mudança tão ameaçadora que tenta negar a sua existência. Mesmo as várias pessoas, que compreendem intelectualmente que a mudança acha-se em processo de aceleração, não conseguiram compenetrar-se da situação e não levam em consideração este crucial fato social ao planejarem as suas próprias vidas.

Nota-se na obra de Toffler a presença constante da concepção sistêmica sendo possível observar-se a permanente preocupação do autor quanto à interação dos diversos aspectos que envolvem o homem e o seu ambiente.

O futuro e o moderno executivo

A obra de Toffler estabelece bases sobre as quais o homem atual pode assentar seus pensamentos em busca de uma prospecção mais real. Apresenta as implicações decorrentes das mudanças sobre o

homem, sua família, sua comunidade e sua profissão. Tais implicações, de um modo geral, já podemos sentir nos dias que transcorrem, mas Toffler as apresenta calcadas em dados concretos e em pesquisas de elevado gabarito, sugerindo, em consequência, linhas de conduta, possíveis, de conhecimento indispensável àqueles que chegam grupos ou empresas.

A organização vindoura — A Ad-hocracia

Superadas as linhas tradicionais clássicas e a burocracia, deverão advir estruturas menos formais de organização, nas quais o homem, por certo, não deverá ser exaurido em sua individualidade. Terá nelas participação mais criativa, em bases mais independentes. Resultará, em consequência, um homem descompromissado com qualquer tipo de organização e mais voltado a sua própria realização.

Segundo Toffler, "as organizações que se agrupam e se dissolvem, os agrupamentos e comitês *ad-hoc* — reunidos para uma finalidade específica tão-somente — não substituem necessariamente as estruturas funcionais permanentes, mas alteram-nas além de qualquer proporção, exaurindo-as tanto de homens quanto de domínio". Desta forma é possível prever-se mudanças profundas nas relações entre o homem e a organização e na própria estrutura desta. Tais mudanças já podem ser sentidas pelos que, com maior preocupação, procuram determinar as tendências das organizações de nossos dias.

Estratégias de Sobrevivência

A obra de Toffler se encerra com a apresentação de estratégias de sobrevivência, através das quais será possível alcançar-se uma sistemática de vida mais humana dentro do crescente tecnicismo do futuro.

As idéias apresentadas por Toffler merecem uma análise mais demorada pelos que detêm, na época atual, poderes de decisão, em quaisquer que sejam os campos de atividades. Suas argumentações, conteúdos e prospecções poderão ser discutíveis, se assim for julgado. Entretanto, é válida a tomada de posições que encarem os problemas de mudanças, não somente no sentido de atualização cultural, mas primordialmente como forma de adaptação e de estratégia de sobrevivência.

2. ULLMO JEAN ET ALII — *A Revolução da Informática*. Trad. José Batista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 14 Op.

A Revolução da Informática, do original em francês *L'Ordinateur dans la Vie Quotidienne*, é um estudo elaborado por um grupo de especialistas que apresenta a verdadeira imagem dos computadores eletrônicos: nem monstros com poderes ocultos, nem pobres máquinas de calcular aperfeiçoadas.

Dependendo do homem e a serviço do homem, essas máquinas eletrônicas deflagraram não só uma revolução mas também uma nova era — a *Era da Informática*.

Nos negócios, nos serviços, nas áreas militares, na administração pública, nas fábricas, e também no ensino, na Medicina, nos laboratórios, a informática fez o seu aparecimento irresistível e fecundo, alargando e conferindo novos poderes à inteligência humana.

Os autores em número de onze, todos, numa linguagem clara e simples, substituem as complicações tecnológicas por exemplos práticos, por definições e explicações ao nível do leitor médio. Assim em seu primeiro capítulo — *Os Novos Poderes do Pensamento* — Jean Ullmo tece, inicialmente, considerações sobre a relação entre o homem e a máquina. O homem inventou as máquinas e os instrumentos que são máquinas peculiares. Os instrumentos prolongam e ampliam seus sentidos. Até o presente, as máquinas multiplicavam sua força, forneciam-lhe esses *escravos mecânicos* de que tanto se falou.

Hoje, os computadores multiplicam sua inteligência e ampliam seu pensamento. É uma revolução.

Diz o Autor que a mais notável originalidade das *máquinas de pensar*, que são os computadores, é que elas nada têm de originais, porque reencontram e reproduzem os mesmos procedimentos pelos quais a evolução constituiu e desenvolveu o cérebro humano. E prossegue, conhecer é entrar em relação com o mundo; essa relação não é passiva, o pensamento e o mundo dos fenômenos atuam um sobre o outro; o pensamento formou nesse confronto, o mundo revelou-se nessa ação recíproca. Mas uma grande parte desse progresso paralelo da inteligência e do conhecimento permaneceu obscuro, submerso no passado ou inconsciente no presente.

Depois que esse processo foi confiado aos computadores, tornando-se explícito, aprendemos muito melhor como o poder do pensamento desenvolve-se e como o conhecimento do mundo exterior se

aprofunda quando esse duplo efeito resulta das nossas elaborações e programações. Lançou-se, retrospectivamente, uma viva luz sobre a atividade mental. É o que o Autor, em sua explanação, procura mostrar, analisando as funções intelectuais por meio dos modelos que delas nos fornecem o computador.

Mais que Uma Técnica: Uma Arte é o título do segundo capítulo do livro e é apresentado por B. Le Rossignal. O Autor, numa linguagem simples, agradável e muito acessível, inicialmente, através de comparações e exemplos procura mostrar o que é o computador, o que ele faz e como ele opera. Diz o Autor: o computador é uma máquina à qual é possível ensinar a técnica de um trabalho, capaz de explorar conhecimentos adquiridos, de tomar decisões lógicas e, em consequência, de substituir o homem em seus trabalhos, tornando-se objeto de regras precisas.

Ao final de seu trabalho, conclui o Autor: — "Forçando os homens a analisar com maior vigor seu comportamento, a desmontar o mecanismo de suas instituições, a encarar os problemas de maneira realista, o computador impõe uma nova disciplina de pensamento e de ação: impõe-lhes a superação do interesse individual, o respeito pelo real".

No terceiro capítulo do livro — *Os Sucessores da Pascalina* — da autoria de Christian Herbert, é feita uma apreciação sobre como nasceu o computador. Trata-se de um breve relato da história do computador, indo as suas origens, inicialmente a máquina de Blaise Pascal — a *Pascalina* — em 1624, uma máquina que subtraía e somava. Mais tarde, Charles Babbage, em 1840, aproveitando-se da técnica de Pascal e da de Falcon, cartões perfurados, compreendeu que poderia construir uma máquina matemática aplicável a trabalhos científicos, máquina essa que por motivos técnicos, jamais veio à luz. Entretanto, foi ela a precursora das modernas máquinas.

Continuaram-se os estudos, porém, somente em 1937, é que o professor Howard H. Aiken, da Universidade de Harvard, tomou contato com os departamentos de estudos da IBM.

Sete anos mais tarde, fruto das pesquisas, surgia o *Automatic Sequence Calculator* ou *Mark-1*, considerado como o primeiro dos calculadores aritméticos universais. Outros calculadores surgiram, porém, todos limitados à rapidez de cálculo e à capacidade de memória. Essa limitação foi resolvida pelo aproveitamento e utilização da válvula eletrônica, empregada pela primeira vez no ENIAC (calculador e integrador numérico eletrônico), construído na Universidade da Pensilvânia.

Estava aberto o caminho. Modernas e aperfeiçoadas máquinas, valendo-se de técnicas novas, tais como, emprego de numeração binária, utilização pela memória de meios menos volumosos que as válvulas, noção de programa registrado, etc, irão aparecer.

O Autor encerra sua participação com um breve relato sobre as gerações e os fabricantes de computadores.

Charles Salzmann nos apresenta o quarto capítulo da obra: *O Computador, o Estado e o Interesse Coletivo*.

O Autor apresenta um estudo dos aspectos políticos que deverão intervir sobre o desenvolvimento dos computadores e das aplicações dos mesmos no interesse coletivo.

O estudo fundamenta-se basicamente sobre a seguinte indagação: Quais são as novas aplicações tornadas possíveis pelos recentes progressos tecnológicos dos computadores e quais os problemas que eles colocam? A partir dessa indagação Salzmann, de uma maneira objetiva, das novas possibilidades dos computadores, apresenta as novas aplicações na economia, finanças, medicina, setor jurídico, nas empresas, etc, todas voltadas para o interesse coletivo.

Tece o Autor, ainda, rápidas considerações sobre as novas possibilidades de aplicações do computador, por parte do Estado.

Citando entre outras, os benefícios que advém de sua utilização na administração, principalmente, na avaliação das prováveis consequências decorrentes das decisões governamentais.

Para finalizar, Charles Salzmann, tece breves considerações sobre o perigo que ameaça os direitos individuais, decorrentes dessa revolução.

Dos capítulos seguintes, três, abordados por autores diversos, tratam de *O Computador na Fábrica*, *O Computador na Empresa* e *O Computador e as Indústrias de Serviço*. Capítulos esses escritos respectivamente por N. Manson, F. Rochette e Jean Barroux.

Em ambos os capítulos os autores tratam da importância do computador na *fábrica*, assim entendida pelo autor, como sendo o lugar onde se concebem, se fabricam, se elaboram produtos manufaturados que, após terem deixado a refinaria de petróleo ou a linha de montagem das indústrias de eletrodomésticos, tornam-se bens de consumo.

A exposição do Autor abrange essa importância nos três estágios da evolução de um produto, quais sejam:

- a concepção do produto;
- fabricação ou elaboração do produto;
- organização e controle do produto.

Em *O Computador na Empresa*, F. Rochette realça em seu estudo a importância da utilização do computador na administração de empresa, particularmente no que se refere ao trato das informações, por demais volumosas e diversificadas, ligadas às tarefas administrativas e que merecem uma rapidez de tratamento.

De uma maneira objetiva e simples, o autor cita algumas das informações que a Empresa deve tratar. Apresenta, também, a estrutura de uma rede de tratamento da informação.

Em *O Computador e as Indústrias de Serviço*, Jean Barroux, em poucas linhas, procura mostrar a importância da utilização do computador para as indústrias de serviço, para tanto ele se propõe a responder:

- Como?
- Por quê
- Até que ponto?

Para elucidar estas respostas o Autor faz um paralelo entre a empresa tradicional e a que utiliza o computador.

O capítulo nove, escrito por J. C. Pages, trata sobre *A Informática Médica*. Este Autor, à semelhança dos anteriores, também realiza seu trabalho a partir de três indagações. São elas:

- Em que o computador pode ajudar o médico?
- Qual é o atual alcance dessa ajuda?
- Que avanços podemos prever?

Pages mostra a importância do computador para as pesquisas médicas, principalmente na organização e utilização de um banco de dados. Mostra, ainda, essa importância para o futuro da biologia quantitativa, na simulação quantitativa das regulações fisiológicas por computador, bem como no *diagnóstico automático* e no ensino da medicina, na simulação de doentes.

Nos últimos capítulos, Pierre Demarne, com o título *Um Laboratório Pedagógico* e A. Kaufmann em *A "Máquina" de Amanhã e o Homem*, tratam, aquele, sobre como ensinar o que são os computadores e como ensinar com os computadores, e esse último faz uma abordagem de como serão os computadores no futuro e o papel que desempenharão para o Homem e suas conseqüências, não só para ele, mas, também, para a sociedade.

A Revolução da Informática é um livro editado em 1968, em França, portanto, há 8 anos atrás. Nem por isso deixa de ser atual, apesar do grande avanço que sofreu a *Informática*.

Evidentemente, muitas das previsões e dos empregos preconizados já foram concretizados.

O livro apresentado numa linguagem simples e acessível proporciona ao leitor conhecimentos que permitam a compreensão da nova era e uma introdução segura ao conhecimento dos computadores e sua utilização.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvorar a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

Uniformes do Exército

(Continuação do número anterior)

BRASIL-REINO

Nesta época, pormenores lembram os uniformes do século XVIII. As fardas são fechadas e as bandas reunidas formam o peitilho. As calças são colantes e compridas, terminando dentro das polainas.

A Lei de 19 de maio de 1806, que aprovou o plano geral de uniformes do Exército Português, influuiu, grandemente, sobre o Brasil. Dela vieram as pantalonas e as elegantes casacas fechadas.

Em 1816, o Decreto Real descreve os fardamentos de 1.^a e 2.^a linhas, para o Exército Brasileiro. As calças são largas e as divisas dos inferiores, amarelas. Todos os metais de 1.^a linha são dourados e os da 2.^a linha prateados.

BRASIL-IMPÉRIO

Foi uma das preocupações de D. Pedro I, tornar os uniformes militares distintos dos de Portugal. As cores portuguesas cederam lugar ao verde e amarelo nacionais.

O 1.^o Regimento de Cavalaria adotou gola verde e canhões azuis, que durou até 1823. A 2.^a linha composta pelas milícias, distinguiu-se pelos penachos verde-amarelos que o povo chamava de "periquitos".

Em 1823, através de Decreto, foi criado o 1.^o Plano de Uniformes para o Estado-Maior do Exército e Engenheiros, regularizando emblemas, bordados e distintivos. A folhagem de carvalho estilizada dos bordados dos generais portugueses continuou nos uniformes dos generais brasileiros, até nossos dias.

No 1.^o Reinado, inauguram-se as pantalonas brancas apresilhadas ou com polainas para quase todas as tropas. Usam-se as chouriças (dragonas enchumaçadas) vermelhas e brancas para os granadeiros, vermelhas para os fuzileiros e negras para os caçadores a pé.

BRASIL-REGENCIA

A Regência caracterizou-se pela abolição dos granadeiros e fuzileiros, dando importância aos caçadores, para os quais se adotou o fardamento verde, que ficou tradicional, botões pretos e barretinas de novo modelo, cintada, que desapareceu com a Guerra do Paraguai.

O Decreto de 7 de agosto de 1852 pôs fim às irregularidades e confusões dos uniformes do 2.º Reinado. Daí até 1860 a indumentária militar atingiu o máximo de seu esplendor. O Estado-Maior manteve o tipo tradicional. Os Corpos Especiais pouco mudaram. Deram-lhe dragonas escamentadas com presilhas de galão, cuja forma ainda subsiste. Em 1856, adota-se o boné denominado quepe, em substituição às várias formas de bonés e gorros. Nessa época, criou-se a Guarda Nacional.

GUERRA DO PARAGUAI E SUA INFLUÊNCIA

Essa guerra obrigou o governo a grandes modificações. Sentiu-se de modo definitivo a influência francesa, que já se acentuava na pomposa indumentária de 1850 e 1860. Deu-se aos generais o boné francês, o quepe de pequeno uniforme, chamado à Cavagnac, por ter sido, talvez, o general desse nome o primeiro a usá-lo. Esse quepe, a barbilha em ponta, o cavanhaque, foram características da época.

Com o Decreto de 28 de fevereiro de 1866, aboliram-se as casacas, as cores regimentais, a farda verde dos caçadores e as polainas. Adotaram-se barretinas afuniladas, guriões com cordões e borlas em primeiro uniforme e gorro de dois bicos, para a tropa, os quais ainda são usados.

Desde a guerra, até 1883, não foram grandes as modificações, daí em diante começou a decair o esplendor e o valor tradicional.

Em 1883, os cordões encarnados das barretinas dos oficiais são trocados por torçais dourados e o penacho toma a forma de coqueiro.

Treze anos depois, trocou-se o cinzento escuro da infantaria pelo azul-ferrete. A Campanha de Canudos, mais tarde, apontou os graves defeitos do fardamento até então em voga, os soldados vestiam-se em confusão, uns à gaúcha e outros à sertaneja.

BRASIL-REPÚBLICA

Profundas modificações se fizeram nos uniformes. Vieram os capacetes, alamares postiços e meia-botas. Restauraram-se vivos, carcelas, listas e golas de cor a esmo. Voltou o antigo aspecto dos generais e do Estado-Maior.

O Colégio Militar adota a túnica castanha, cor de pinhão, da velha infantaria portuguesa, cor que foi trocada pelo azul, no centenário de Independência, sem nenhuma razão.

De 1903 datam os capacetes coloniais brancos empenachados e o dólma para todas as armas. Desapareceram os bordados dos generais. Usa-se, pela primeira vez, o brim cáqui.

Cinco anos mais tarde, pelo Decreto n.º 7.201, novas transformações, que originaram os uniformes usados até nossos dias, com pequenas modificações.

As fardas dos soldados passaram a ter gola dupla e canhões de cor mais escura. As dos oficiais, passaram a cinzentas escuras com calças mais claras, tiveram gola aberta e gravata, com distintivos na gola. Desapareceram os galões, substituídos por estrelas raladas em ouro para os oficiais superiores.

Apesar das inovações, começou o Exército a voltar ao culto de suas tradições gloriosas. Essa reação foi iniciada em 1916 pelo então Deputado Gustavo Barroso, com seu projeto de restabelecimento n.º 1 (um) de Cavalaria, do uniforme dos antigos Guardas de Honra de D. Pedro I, sob o nome de Dragões da Independência. Essa idéia, muito combatida, vingou em 1926 e foi realizada. Depois, a Escola Militar adotou em grande gala, a farda das infantarias imperiais, criou-se o Batalhão de Guardas com o uniforme tradicional dos antigos Henriques e, o Colégio Militar recebeu barretinas copiadas das do Segundo Reinado.

A evolução de nossos uniformes a partir da década de trinta será tratada em outra oportunidade.

DESENVOLVIMENTO HUMANISTA

"O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista — humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados" afirmou o Presidente Geisel em sua Mensagem ao Congresso por ocasião do início da Legislatura de 1975. Este ano, o Chefe do Governo, no Dia do Trabalho, em Volta Redonda, reforçou essa visão humanista de sua atuação, declarando: "Não me canso de afirmar que a meta fundamental do meu governo é o homem".

No II PND, fez, ainda, constar o Governo do Presidente Geisel, no campo da Estratégia do Desenvolvimento Social, importante item no qual destaca a eliminação "no menor prazo, dos focos de pobreza absoluta existentes, principalmente, na região semi-árida do Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos", destacando em outro local do Plano, a "articulação natural e fecunda entre o Governo e a iniciativa privada".

A Caixa de Pecúlio dos Militares Beneficente — CAPEMI rejubila-se ao sentir-se em perfeita consonância com o pensamento governamental, seja no que diz respeito ao homem como objetivo de sua atuação, propiciando-lhe segurança através de seu trabalho previdenciário, seja no esforço de eliminar os focos de pobreza absoluta. Os Planos de Benefícios da CAPEMI proporcionam tranqüilidade a toda a família capemista — cerca de 1.500.000 inscritos; e o Sistema Integrado Assistencial da CAPEMI, através do LAR FAELIANO DE CRISTO e da CAVADI, proporciona assistência ao menor e seus familiares, situados na faixa da pobreza absoluta — 89.013 amparados em todo o país numa plena articulação natural e fecunda com os órgãos governamentais, com vistas ao desenvolvimento humanista do país.